

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM LETRAS
NÍVEL DE MESTRADO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

**LULA-LÁ E O PT EM CIRCULAÇÃO NAS CHARGES DE ANGELI, UM ESTUDO
EM ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**

SILMARA SIQUEIRA BATISTEL

**CASCADEL – PR
2010**

SILMARA SIQUEIRA BATISTEL

**LULA-LÁ E O PT EM CIRCULAÇÃO NAS CHARGES DE ANGELI, UM ESTUDO
EM ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras: Linguagem e Sociedade, nível de Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Cascavel, na Linha de Pesquisa: Interdiscurso: Práticas Culturais e Ideologias.

ORIENTAÇÃO: Prof. Dr. Gustavo Biasoli Alves.

**CASCADEL – PR
2010**

LULA-LÁ E O PT EM CIRCULAÇÃO NAS CHARGES DE ANGELI, UM ESTUDO EM ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, nível de Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, em 30 de agosto de 2010.

Prof(a). Dr(a). Aparecida Feola Sella (UNIOESTE)
Coordenadora

Apresentada à Comissão Examinadora, integrada pelos Professores:

Prof. Dr Edson Carlos Romualdo (UEM)
Membro Titular

Profa. Dra Roselene de Fátima Coito (UNIOESTE)
Membro Titular

Prof. Dr Pedro Navarro (UEM)
Membro Titular

Prof. Dr João Carlos Cattelan (UNIOESTE)
Membro Titular

Prof. Dr Gustavo Biasoli Alves (UNIOESTE)
Orientador

Cascavel, 30, de agosto de 2010

Dedico este trabalho aos professores da Graduação do curso de Letras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Cascavel, aos docentes do Mestrado e aos familiares e amigos, aos quais, muitas vezes, deixei em segundo plano em detrimento desta Dissertação.

Agradeço,

Àquele que mantém viva e latente a vontade de viver e denunciar os problemas sociais existentes.

Aos meus pais, perseverantes na luta pela sobrevivência, me ensinaram a não desistir diante dos tropeços. Agradeço a educação calcada em sólidos princípios que me movem...

Aos meus amigos, figuras importantes e incentivadoras nos dias mais difíceis e pelos convites negados e o aceite de desculpas...

Aos meus colegas de trabalho da Escola Reverendo e da Secretaria Municipal de Educação, que infinitas vezes, trocaram datas e compromissos para que eu pudesse participar da Orientação e de Eventos, ouviram choros e lamentações de alguém em crise, tensão pré-qualificação, pós-qualificação, defesa de dissertação...

Ao meu orientador, professor Gustavo Biasoli Alves, quem soube contornar cada tropeço no percurso desta dissertação. Quem demonstrou extrema humildade em compartilhar seus conhecimentos e soube compreender as crises existenciais que movem os mestrados... Quem me ensinou que autonomia se conquista e que somos sempre capazes!

A todos, dedico um dos mais nobres sentimentos, a gratidão!!!!

BATISTEL, Silmara Siqueira. **Lula-Lá e o PT em Circulação nas Charges de Angeli, um Estudo em Análise Crítica do Discurso.** 2010, 153 páginas. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2010.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Biasoli Alves
Defesa 2010.

RESUMO

A pesquisa objetiva desenvolver estudo do *corpus* de dados da galeria de charges de viés político do cartunista Angeli, veiculadas na *Folha de São Paulo*, sob o enfoque da Análise Crítica do Discurso, postulada por Teun A. Dijk. Neste sentido, discutiremos a representação e a materialização do discurso político. O estudo das charges políticas concerne à dicotomia humor/política que permeia os principais suportes de comunicação midiática do século XXI. As charges de Angeli constituem uma representação da imagem do político e o rompimento com os modelos mentais e a configuração ideológica do discurso proferido por tais representantes, visto que estabelece um cotejo entre o discurso imagético que refrata a figura do político, especificamente, do presidente Lula, e o contexto sociopolítico e econômico que remonta ao período do governo petista. Logo, faz-se pertinente compreender o contexto em que as charges foram produzidas, visando a descortinar os valores que a caracterizam e o discurso polifônico e intertextual que compõe o estilo do gênero, bem como do autor. Discutiremos os conceitos de discurso embasados na acepção teórica da ACD, mais precisamente, nos estudos de Van Dijk e suas considerações acerca das categorias Acesso, Ideologia, Poder e Modelos Mentais que permeiam os discursos.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso, charge, discurso, político, *Folha de São Paulo*.

Batistel, Silmara Siqueira. **Lula-Lá e o PT em Circulação nas Charges de Angeli, um Estudo em Análise Crítica do Discurso.** 2010, 153 Páginas. Dissertação (Mestrado Em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Cascavel, 2010.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Biasoli Alves
Defesa 2010.

ABSTRACT

The objective of this research is to develop an analysis of the of the galley of charges of political inclination of Angeli published in Folha de São Paulo, under the focus of Critical Discourse Analysis, postulated by Teun A. Dijk. It is discussed the representation and the materialization of the political discourse. The study of the political charges concerns to the dicotomy humor/politics that permeates the main supports of media communication in the 21 century The charges of Angeli constitutes a representation of the politician's image and a breaking with the mental models and the ideological configuration of the discourse uttered by such representatives, because it establishes a compare among the imagetice discourse that refracts the politician's illustration, specifically, president Lula, and the sociopolitical and economic context that goes up to the period of the PT government . Therefore, it is pertinent to understand the context in that charges were produced, seeking to analyse the values that characterize it and the polyphonic speech and intertextual that composes the style of the gender, as well as of the author, the discourse concepts based in the theoretical meaning of ACD will discuss, in fact, in the studies Van Dijk and its considerations concerning the categories Access, Ideology, Power and Mental Models that permeate the discourses.

Key-words: Critical Discourse Analysis, charge, speech, political, *Folha de São Paulo*.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÃO	10
INTRODUÇÃO	12
1. ASPECTOS HISTÓRICOS E ELEMENTOS NORTEADORES DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO	14
1.1 FORMAÇÃO DE UM GRUPO, O INÍCIO DE REDE DE ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO	14
1.2 A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E OS ASPECTOS HISTÓRICOS	17
1.3 A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO POR TEUN A. VAN DIJK	22
1.3.1 Os Analistas do Discurso e a Sociedade.....	23
1.3.2 Os Conceitos de “Crítica”, “Ideologia” e “Poder” nos Estudos de Van Dijk.....	25
1.3.3 O Controle da Mente e o Discurso	27
1.3.4 A influência do Contexto no Discurso.....	30
1.3.5 Discurso, Cognição e Sociedade.....	31
1.3.6 O Conhecimento e o Discurso – O Papel da Mídia na Sociedade	33
1.3.7 Acesso Discursivo aos Meios de Comunicação e seu Controle	37
1.3.8 Opiniões e Ideologias na Imprensa.....	42
1.3.9 Os Modelos e o Discurso	43
1.3.10 Coerência Local e a Coerência Global	44
2. A HISTÓRIA DA CHARGE NO BRASIL E SEU PAPEL NA TRANSMISSÃO DO DISCURSO	47
2.1 BREVE HISTÓRICO DA CHARGE NO BRASIL	47
2.2 O PAPEL DA CHARGE NO JORNAL	52
2.3 A CHARGE COMO PRODUTO NOTICIOSO.....	54
2.4 UM RETRATO DO CONTEXTO SOCIAL POR INTERMÉDIO DO GÊNERO CHÁRGICO	58
2.5 UM CÓDIGO EM COMUM COM O LEITOR.....	61
3. A HISTÓRIA DA FOLHA DE SÃO PAULO	67
3.1 A FOLHA E O CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.....	68
3.2 A FOLHA DE SÃO PAULO	72
3.3 ANGELI, CONTRA O HUMOR A FAVOR SEMPRE! UM POUCO DE ANGELI E SUA OBRA.....	80

4. LULA LÁ, UMA BREVE HISTÓRIA.....	90
4.1 LULA-LÁ E A HISTÓRIA DO PT	90
4.1.1 O Conceito de Partido Político e a Tipologia	93
4.1.2 A Crise Identitátia do PT	95
4.1.3 O PT Configurando-se como Partido Catch-All.....	97
5. DOSSIÊ, A GALERIA DE CHARGES POLÍTICAS ACERCA DO GOVERNO LULA.....	107
5.1 ANÁLISES DAS CHARGES DE ANGELI.....	107
CONCLUSÃO	146
REFERÊNCIAS.....	149

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Tira Luke e Tantra	82
Ilustração 2 – Tia Orelha	83
Ilustração 3 – Tira Magralha	83
Ilustração 4 – Tira Comando Revolucionário Kurt Cobain do B	84
Ilustração 5 – Meiaoito	85
Ilustração 6 – Os Skrotinhos	86
Ilustração 7 – Rê Bordosa	87
Ilustração 8 – Wood e Stock	88
Ilustração 9 – Charge Além do Horizonte	112
Ilustração 10 – Charge A Alma do Negócio	119
Ilustração 11 – Quadro Os Comedores de Batata	121
Ilustração 12 – Charge Coisa estranha Dirceu! Somos nós que estamos diminuindo ou é o palácio que está crescendo?	128
Ilustração 13 – Charge Poder Aprecie com moderação	135
Ilustração 14 – Charge Fidelidade Partidária	139
Ilustração 15 – Produtos Piratas	143

Sou um gigolô das palavras. Vivo às suas custas. E tenho com elas a exemplar conduta de um cáften profissional. Abuso delas. Só uso as que eu conheço, as desconhecidas são perigosas e potencialmente traiçoeiras. Exijo submissão. Não raro, peço delas flexões inomináveis para satisfazer um gosto passageiro. Maltrato-as, sem dúvida.

[...]

Se bem que não tenha também o mínimo escrúpulo em roubá-las de outro, quando acho que vou ganhar com isto. As palavras, afinal, vivem na boca do povo. São faladíssimas.

Luís Fernando Veríssimo, (1985)

INTRODUÇÃO

A dissertação justifica-se por meio da relevância do estudo e análise do que se denomina discurso jornalístico, mais precisamente, o discurso que encerra o gênero chágico, ao refletir acerca de sua natureza, trajetórias, estruturas e práticas discursivas, as quais se traduzem como um dos sustentáculos sociais dos discursos que veiculam na sociedade. Neste enfoque teórico, entende-se o discurso como manifestação social que perpassa os conceitos de Hegemonia, Ideologia, Poder, Domínio, Controle e Modelos Mentais, categorias discutidas por Van Dijk e que permeiam as relações sociais.

Logo, considera-se que os estudos da ACD (Análise Crítica do Discurso) constituem-se vias para entender o discurso como produção de efeitos de sentido materializados em práticas discursivas que se manifestam por meio de relações sociais interceptadas pelo imaginário cultural que as sustenta, bem como remete a reflexão acerca das correlações pertinentes à linguagem, ideologia e poder que compreendem os discursos.

A Análise do Discurso, na abordagem crítica, visa demonstrar que qualquer manifestação linguística emerge da transformação cultural da sociedade e desvela a conflituosa relação do sujeito com o meio social. A análise que se propõe desenvolver nesta pesquisa concerne na tradição interpretativa, macro (remete a sociedade na totalidade) e microsociológica (contexto social imediato, circundante), as quais consideram a prática social como algo produzido e apreendido pelos sujeitos. Neste quadro teórico, a análise interpretativa trabalha com a natureza da produção e interpretação discursiva.

Por ser entendida como prática social, a linguagem, por conseguinte, é definida como formadora de representações e de significações, o que inevitavelmente, significa considerar como norteador das práticas discursivas social, histórico e culturalmente situadas - o contexto. Cabe ressaltar que os sujeitos são enredados em tais manifestações discursivas. Entretanto, a afirmação não desconsidera o papel de aspectos psicológicos e cognitivos, haja vista, serem constituintes e resultantes do histórico vivido pelos sujeitos.

Logo, o objeto de estudo da Análise Crítica do Discurso concerne nas relações de poder e de dominações por intermédio da utilização da linguagem e, concomitantemente, das mudanças sociais que esse uso pode promover. Assim, tem-se entre a “dicotomia sociedade e discurso uma relação dialética, em que esta molda aquele e, também, por ele é moldada” (FAIRCLOUGH, 2001, p.91).

Diante dos fatos, considera-se a ACD:

Uma disciplina pautada na interface dos estudos sociais e linguísticos, portanto, a abordagem teórica busca estabelecer uma interrelação com estas áreas do saber. A ACD apresenta uma visão científica de crítica social, visto que tem como motivação o questionamento crítico da vida social em termos políticos e morais, ou seja, em termos de justiça social e poder (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 15).

O trabalho concerne ao estudo da charge política como veículo de representação do político construída/transmitida por intermédio de elementos verbais e não-verbais que constituem a charge. Logo, se propõe um estudo de um conjunto de charges de cunho político, que refratam o contexto sócio-político e econômico do governo de Lula e dos Programas do PT. As charges são de autoria do cartunista Angeli e a partir destas pretende-se analisar qual a representação que este apresenta acerca do Presidente da República.

Para tanto, objetiva-se investigar a representação do discurso de Lula e do PT veiculadas na *Folha de São Paulo*, bem como estudar o discurso como produção de efeitos de sentido materializados em práticas discursivas e, ainda, refletir acerca das correlações pertinentes à linguagem, ideologia e poder que permeiam ou constituem os discursos, analisando a relação estabelecida entre a formação discursiva e o outro na materialização do discurso.

No capítulo I, apresenta-se o histórico acerca da Análise Crítica do Discurso e discutem-se conceitos relevantes no desenvolvimento das análises do objeto de pesquisa. No capítulo II, estuda-se o gênero chágico e a função deste na sociedade, ou seja, qual a influência da charge e como esta deve ser compreendida. No capítulo III, contextualiza-se a *Folha de São Paulo*, de sua gênese à atualidade e, discorre-se sobre Angeli e sua obra para se compreender quem é o sujeito/chargista que produz esse objeto de estudo. No capítulo IV, a história de Lula e do Partido dos Trabalhadores é relatada a fim da melhor compreensão sobre a relação da história do Presidente com o conteúdo abordado nas charges. Por último, no capítulo V, realiza-se um exercício analítico das charges de Angeli, sob o aporte teórico da Análise Crítica do Discurso.

PARTE I
ASPECTOS HISTÓRICOS E ELEMENTOS NORTEADORES
DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

1.1 FORMAÇÃO DE UM GRUPO, O INÍCIO DA REDE DE ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

A Análise de Discurso Crítica apresenta uma abordagem cujo enfoque propõe uma análise da linguagem pautada nos estudos de diversas áreas do conhecimento, visto que seu campo de pesquisa requer estudos interdisciplinares, os quais consideram os aspectos linguísticos, sociológicos e políticos que permeiam o discurso. Logo, com o intuito de compreender como as práticas discursivas imiscuem-se às estruturas sociais, percebe-se a relevância de apresentar um histórico acerca da gênese da Análise Crítica do Discurso.

Utilizados como sinônimos os termos Linguística Crítica (LC) e Análise Crítica do Discurso (ACD) referem-se à teoria da linguagem como prática social. Contudo, atualmente o termo ACD (Análise Crítica do Discurso) parece coerente para referendar a teoria que concebe a “linguagem como prática social” (FAIRCLOUGH e WODAK, 1997, p. 89), por considerar o contexto de uso da linguagem como elemento fundante e primordial, segundo Wodak (2000c) e Benke (2000). É salutar afirmar que a ACD se interessa particularmente na relação entre linguagem e poder. Sendo assim, a abordagem teórica da Linguística Crítica compreende pesquisas cujo tema remete ao discurso institucional, político, de gênero social e da mídia, espaços que materializam relações de luta e conflito.

O termo ‘crítica’ está relacionado ao trabalho de alguns linguistas críticos, ligados à Escola de Frankfurt ou de Habermas. Contudo, o termo ‘crítica’, atualmente, é empregado como argumenta Krings como a combinação prática do “engajamento social e político” com “uma construção de sociedade sociologicamente embasada” (KRINGS *et al.*, 1973, p. 808), e ainda, como aponta Fairclough, “que, em questões humanas, as interconexões e as redes de causa e efeito podem ser distorcidas a ponto de saírem do campo de visão. Assim, a atividade crítica consiste, essencialmente, em tornar visível a natureza interligada das coisas” (FAIRCLOUGH, 1985, p. 747).

Desse modo, as relações de discriminação, poder e controle manifestadas no discurso interessam a LC e a ACD, visto que objetivam analisar como a desigualdade social é

expressa, sinalizada, constituída, legitimada por meio da linguagem. Neste aporte teórico, grande proporção dos analistas críticos do discurso concordaria com Habermas “a linguagem também é um meio de dominação e força social. Ela serve para legitimar relações de poder organizado. Na medida em que as legitimações das relações de poder, [...] não são articuladas, [...] a linguagem é também ideológica” (HABERMAS, 1977, p. 259).

Assim, três conceitos são relevantes para a ACD: o conceito de poder, o conceito de história e o conceito de ideologia. Desse modo, a abordagem crítica exige uma explicação dos processos e estruturas sociais que promovem a produção de um texto, bem como, das estruturas e processos sociais por intermédio dos quais indivíduos ou grupos, como sujeitos sócio-históricos, criam significados em suas interações com os textos (FAIRCLOUGH e KRESS, 1993, p. 2). Ainda no que se refere aos estudos desenvolvidos por proponentes da ACD pode-se afirmar que estes:

[...] possibilitam a análise de pressões e modos de resistência às relações desiguais de poder, uma vez que as estruturas dominantes estabilizam as convenções e as tornam naturais, isto é, os efeitos da ideologia e do poder na produção de significados são mascarados, e assumem formas estáveis e naturais: eles são tomados como ‘dados’. A resistência é vista, então, como a quebra de convenções, de práticas discursivas estáveis, por intermédio de atos de ‘criatividade’ (FAIRCLOUGH e KRESS, 1993, p. 4 *apud* WODAK, 2004, p.226).

Na Retórica Clássica, na Linguística Textual, na Sociolinguística, na Linguística Aplicada e na Pragmática, podemos encontrar raízes da Linguística Crítica e da Análise Crítica do Discurso. Neste percurso para a interpretação ou para a explicação do texto (discurso) são conceitos fundamentais: a ideologia, o poder, a hierarquia, o gênero social e variáveis sociológicas.

Ao término de um pequeno simpósio em Amsterdã, no mês de janeiro de 1991, desponta a Análise Crítica do Discurso como rede de estudos. Ocasionalmente, com o apoio da University of Amsterdã, os estudiosos Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Teo van Leeuwen e Ruth Wodak passaram dois dias juntos e discutiram teorias e métodos de análise do discurso, especificamente de ACD, de acordo com as informações abordadas no artigo de Ruth Wodak, o qual se denomina “Do que Trata a ACD – Um Resumo de Sua História, Conceitos Importantes e Seus Desenvolvimentos” (2004). Os pesquisadores confrontaram abordagens distintas, as quais marcam as tendências existentes atualmente.

Ainda no que concerne ao histórico de formação do grupo de Análise Crítica do Discurso, Wodak explicita:

Nesse processo de formação de grupo, diferenças e similaridades foram expostas; diferenças em relação a outras teorias e metodologias em análise do discurso e semelhanças numa forma programática que poderiam estruturar as diferentes abordagens teóricas apresentadas pelas várias biografias e escolas dos estudiosos que integram a rede da ACD (WODAK, 2004, p. 227).

Embasados nos estudos de Wodak (2004) ainda pode-se citar como o marco institucional do grupo da ADC, encontro que a Universidade de Amsterdã promoveu e, constituiu intercâmbio de estudos, o qual teve duração de três anos (ERASMUS). Nesse período de intercâmbio teórico, o resultado consta de edição especial do periódico *Discourse and Society*, cujo conteúdo promoveu discussões de abordagens distintas, bem como múltiplos projetos conjuntos e colaborações entre distintas acepções teóricas e diversos estudiosos. Desde o simpósio, novos periódicos foram publicados, vários ‘estado da arte’ foram escritos, fatos que promoveram a ACD como paradigma estabelecido na linguística.

Dentre os periódicos importa citar como marco inicial dos estudos a obra *Discourse and Society*, produzida desde 1990, cujo autor é Van Dijk; obra que constitui marco inicial no que se refere aos estudos da Análise Crítica do Discurso. Contudo, não se pode esquecer de referendar aos livros que antecedem esta publicação, tais como: *Language and Power*, de autoria de Norman Fairclough, elaborado em 1989; assim como, *Language, Power and Ideology*, cuja autoria remete a Ruth Wodak, datado de 1989 e a obra de 1984, denominada *Prejudice in Discourse*.

Diante disso, a fim de acompanhar e aprimorar os estudos desenvolvidos pela Análise Crítica do Discurso ocorrem anualmente, simpósios e conferências promovidos por um grupo de estudiosos internacionais. A autora Ruth Wodak (2004), que integra o grupo de intelectuais da ACD assevera estas informações em sua obra. Salienta a autora que o grupo desenvolve trabalhos acerca da aceção teórica da ACD relacionando-os ao empírico, esta rede de estudos compreende *Methods of Critical Discourse Analysis*.

1.2 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E OS ASPECTOS HISTÓRICOS

A Análise do Discurso e do Texto tem sua gênese em 1970 e refratam as relações de poder que perpassam a sociedade, portanto, estudam a função da linguagem neste enfoque teórico.

No final dos anos 80, os objetivos, interesses de pesquisa, perspectiva e métodos de análise da Linguística Crítica são descritos com maior rigor teórico. Nesse contexto, as características mais importantes da pesquisa em linguística crítica, tal como foram estabelecidas em projetos continuados de pesquisa, são enumerados, explicados e ilustrados por Wodak (1989). A autora salienta a necessidade de investigar o uso da linguagem em ambientes institucionais, assim como, a relevância da adoção de uma perspectiva histórica (a abordagem histórica do discurso).

Neste sentido, Kress (1989) citado em Wodak (2004) visa entender como diferentes sociedades utilizam e valorizam modos distintos de representação, ou seja, a formação do ser humano como indivíduo social em resposta aos “recursos representacionais” (WODAK, 2004, p. 230).

O estudioso Fairclough (1989) constitui outro expoente da ACD, que por intermédio de seus estudos com enfoque social tece contribuições que sustentam a Análise Crítica do Discurso, as quais compõem o campo, os objetivos e os métodos de análise para corroborar seus questionamentos.

Posteriormente, Ruth Wodak (2004, p.230) na parte do artigo denominada “História da Linguística Crítica e da Análise Crítica do Discurso” afirma que “Fairclough (1992, 1995), Chouliaraki e Fairclough (1999) explicam alguns avanços da ACD. Neste sentido, os autores demonstram os procedimentos utilizados pelo quadro analítico da ACD para investigar a natureza discursiva das mudanças sociais e culturais ocorridas na sociedade, bem como tecem considerações de como a Análise Crítica do Discurso contribui na investigação das relações pertinentes entre o poder e a ideologia que permeiam os discursos.

A linguagem da mídia, em particular, é analisada como um espaço de poder, de lutas, bem como um espaço em que a linguagem ainda é considerada transparente por muitos jornalistas ou profissionais que atuam nos periódicos, embora seja do conhecimento que o discurso é essencialmente ideológico. As instituições midiáticas costumam considerar o conteúdo de seus discursos neutros por acreditar que veiculam o discurso público, refletem acerca dos fatos de modo desinteressado, expressam as percepções e os argumentos dos jornalistas. Contudo, “Fairclough demonstra a falácia dessas presunções e ilustra o papel

mediador e construtivo da mídia por intermédio de uma variedade de exemplos”, segundo aponta Wodak (2004, p. 231).

Deste modo, não se pode considerar o discurso publicado no gênero chárstico como neutro, pois se este reflete as percepções e os argumentos dos jornalistas ou chargistas há neles a presença da ideologia de determinados grupos ou instituições sociais.

Numa visão panorâmica do desenvolvimento de uma tradição crítica na análise do discurso, a autora menciona a sugestão de outros linguistas críticos os quais asseveram que as relações entre a linguagem e a sociedade são complexas e multifacetadas, dados que conduzem à adoção de um foco interdisciplinar de pesquisa.

Como fora mencionado anteriormente, a ACD é uma abordagem linguística interdisciplinar e, nesta perspectiva, alguns pesquisadores focalizam seus estudos nos mecanismos semióticos presentes no discurso. Nessa acepção teórica, Theo van Leeuwen foi pioneiro no desenvolvimento de trabalhos que abordam o significado das imagens e, ainda, sobre a relação entre os aspectos verbais e visuais que permeiam os textos e os discursos. Desse modo, considerar o potencial comunicativo dos recursos visuais que veiculam nos meios midiáticos resultou do desenvolvimento de uma teoria, cuja autoria é delegada a Kress e van Leeuwen (1996).

A produção cinematográfica, televisiva, a linguística hallidayana, a análise sistemática de protagonistas e seus papéis semânticos em diversos gêneros discursivos constituem alguns dos estudos de Theo van Leeuwen. A entoação de apresentadores de jornais, a linguagem de entrevistas televisivas e reportagens jornalísticas e a semiótica da comunicação visual e da música são o foco de suas principais publicações. Van Leeuwen citando Wodak distingue dois tipos de relações entre discursos e práticas sociais:

O discurso em si [como] prática social, discurso como uma forma de ação, como algo que as pessoas fazem para, ou com, as outras. E também há o discurso no sentido foucaultiano, discurso como uma forma de representar a(s) prática(s) social (ais), como uma forma de conhecimento, como as coisas que as pessoas falam sobre a(s) prática(s) social (is) (LEEUVEN, 1993, p. 193 *apud* WODAK, 2004, p. 233).

O discurso como “manifestação de poder e controle e o discurso como meio de construção social da realidade deveria ser de interesse da Análise Crítica do Discurso” (VAN LEEUVEN, 1993 *apud* Wodak, 2004, p.234).

A Análise Crítica do Discurso apresenta o conceito de ‘crítica’ definido a partir de diferentes concepções teóricas, em que alguns estudos aderem à escola de Frankfurt, ou a noção de crítica literária ou aos estudos de Marx. Contudo, é consenso o entendimento de que a noção de ‘crítica’ também significa situar os dados no social e adotar uma posição política de modo explícito.

No que tange aos conceitos de ideologia e cultura, Thompson citando Wodak discute:

[...] as relações entre esses conceitos e certos aspectos da comunicação de massa. Thompson aponta que o conceito de ideologia foi usado pela primeira vez no final do século XVIII na França, e que, portanto, vem sendo usado por volta de dois séculos. O termo tem recebido diferentes funções e significados ao longo do tempo. Para Thompson, a ideologia refere-se às formas e processos sociais dentro das quais, e através das quais, formas simbólicas circulam no mundo social (THOMPSON, 1990 *apud* WODAK, 2004, p. 235, grifos nossos).

O conceito de ideologia é considerado um aspecto fundamental que auxilia na criação e manutenção de relações desiguais de poder, de acordo com a acepção teórica da ACD. O entendimento de como a linguagem medeia à ideologia perante a variedade de instituições sociais constitui interesse particular da Linguística Crítica.

Wodak cita Thompson (1990), para quem “o estudo da ideologia pode desvendar como o significado é construído e transmitido por intermédio de formas simbólicas diversas, bem como investigar os contextos sociais nos quais as formas simbólicas são empregadas e organizadas” (THOMPSON, 1990 *apud* WODAK, 2004, p. 235). Logo, para Wodak o analista crítico do discurso está interessado em descobrir se tais formas estabelecem ou sustentam relações de dominação.

A Análise Crítica do Discurso focaliza a produção de conscientização e da emancipação dos sujeitos. Assim, embora adotem conceitos diferentes de ideologia, um dos objetivos da ACD consiste em ‘desmistificar’ os discursos a fim de decifrar as ideologias, como assevera Wodak:

As teorias críticas, portanto também a LC e a ACD, possuem uma posição especial como guias para a ação humana. Elas objetivam a produção de conscientização e da emancipação. Tais teorias buscam não apenas descrever e explicar, mas também expor um tipo particular de engano. Ainda que adotem conceitos diferentes de ideologia, as teorias críticas pretendem despertar nos agentes a consciência de que, com frequência, eles são enganados a respeito de suas próprias necessidades e interesses. Esse tema, é claro, também foi explorado pelos conceitos de Pierre Bourdieu de

‘violência simbólica’ e ‘*meconnaissance*’. Um dos objetivos da ACD é ‘desmistificar’ os discursos decifrando as ideologias (WODAK, 2004, p. 236).

Nessa acepção teórica, a ACD enfatiza a necessidade de um trabalho interdisciplinar para compreender como a linguagem funciona, por exemplo, na constituição e transmissão do conhecimento, na organização das instituições sociais e, ainda, no exercício do poder.

As diferenças de poder, de acordo com o acabouço teórico da Análise Crítica do Discurso, regem a esfera discursiva e os sujeitos envolvidos as negociam no discurso. Desse modo, Wodak assevera:

Uma importante perspectiva em ACD é que, muito raramente, um texto é resultado do trabalho de apenas uma pessoa. As diferenças discursivas são negociadas nos textos; elas são regidas por diferenças de poder que são, elas mesmas, em parte codificadas e determinadas pelo discurso e pelo gênero. Consequentemente, os textos costumam ser espaços de luta uma vez que guardam traços de diferentes discursos e ideologias em disputa pelo controle. Uma característica marcante da ACD é sua preocupação com o poder como condição central da vida social, e seus esforços para desenvolver uma teoria linguística que incorpore essa visão como uma de suas premissas fundamentais. A ACD volta-se não só para a noção das lutas pelo poder e pelo controle, mas também para a intertextualidade e a recontextualização de discursos que competem entre si (WODAK, 2004, p. 237).

Neste enfoque teórico, pode-se afirmar que a ACD manifesta interesse na investigação de como as formas linguísticas são utilizadas em diversas expressões e manipulações do poder. Logo, a autora de “Do que Trata a ACD – Um Resumo de Sua História, Conceitos Importantes e Seus Desenvolvimentos”, explicita:

O poder envolve relações de diferença, particularmente os efeitos dessas diferenças nas estruturas sociais. A unidade permanente entre a linguagem e outras questões sociais garante que a linguagem esteja entrelaçada com o poder social de várias maneiras: a linguagem classifica o poder, expressa poder, e está presente onde há disputa e desafio ao poder. O poder não surge da linguagem, mas a linguagem pode ser usada para desafiar o poder, subvertê-lo, e alterar sua distribuição a curto e longo prazo. A linguagem constitui um meio articulado com precisão para construir diferenças de poder nas estruturas sociais hierárquicas. Pouquíssimas estruturas linguísticas não foram colocadas, em algum momento, a serviço da expressão do poder através de um processo de metáfora sintática ou textual (WODAK, 2004, p. 237).

Os estudos iniciais de Van Dijk, no que tange aos pressupostos em Linguística Textual e Análise do Discurso, no período que remonta a 1977 e 1981, apresentam como ponto de interesse os discursos compreendidos como unidades básicas, isto é, práticas sociais. Desse modo, Van Dijk atribui aos discursos, por suscitarem o desenvolvimento de um modelo cognitivo, cujo conteúdo explique como os indivíduos entendem o discurso, as origens de seu interesse e de outros estudiosos da Linguística Crítica. Conforme Dijk e Kintsch (1983) citados em Wodak, o discurso é relevante para o estudo do processamento da linguagem.

Os trabalhos iniciais de van Dijk em lingüística textual e análise do discurso (1977, 1981) já demonstravam seu interesse nos textos e nos discursos como unidades básicas e como práticas sociais. Como outros teóricos da lingüística crítica, ele traça as origens do interesse por unidades lingüísticas maiores que a sentença, e de como os significados dependem do texto-contexto (WODAK, 2004, p. 231).

Logo, de acordo com Wodak, tais autores “desenvolveram um modelo cognitivo de como os indivíduos entendem o discurso, estudo que gradualmente gerou outros modelos cognitivos para explicar a construção do significado em um nível social” (WODAK, 2004, p. 232).

O foco de interesse das pesquisas desenvolvidas por Dijk concerne no discurso midiático, haja vista as contribuições deste autor no que se refere à comunicação de massa, bem como na produção, nos usos e funções do discurso veiculado na mídia. Ao desenvolver os conceitos pertinentes à Análise Crítica do Discurso Dijk elabora um modelo teórico com o objetivo de explicar como os preconceitos são evidenciados por meio de mecanismos do processamento cognitivo do discurso.

O exercício analítico proposto, nesta pesquisa detém-se no arcabouço teórico da Análise Crítica do Discurso, a partir da acepção teórica postulada por Dijk, haja vista a relevância dos estudos do autor no que concerne aos conceitos fundantes da ACD e, especificamente, do trabalho pertinente à mídia, visto que o objeto de estudo desta dissertação parte da leitura e das interpretações do gênero chárigo, aqui em especial, as charges produzidas por Angeli, veiculadas na *Folha de São Paulo*. Para o exercício analítico foram selecionadas seis charges, cujas temáticas remetem ao governo e ao presidente da República. Algumas charges foram selecionadas por meio de pesquisas no site UOL, em que Angeli posta charges produzidas para a *Folha de São Paulo* online.

1.3 A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO POR TEUN A. VAN DIJK

No desfile que se abriu com a pretensão de apresentar autores e enfoques diferentes que compõem o quadro teórico da Análise Crítica do Discurso, trata-se de esboçar as contribuições de Dijk, visto que as categorias de análise tais como: Acesso, Ideologia, Poder e Modelos, desenvolvidas pelo autor, serão utilizadas para a análise do objeto de estudo desta dissertação, no caso, as charges produzidas por Angeli.

Conforme Dijk (1999) a Análise Crítica do Discurso consiste “un tipo de investigación analítica sobre el discurso que estudia primariamente el modo en que el abuso del poder social, el dominio y la desigualdad son practicados, reproducidos, y ocasionalmente combatidos, por los textos y el habla en el contexto social e político” (DIJK, 1999, p.23). Neste enfoque, a contribuição efetiva para que ocorra resistência às desigualdades sociais concerne no objetivo da ACD.

No que se refere ao uso da linguagem, dos discursos e da comunicação entre os sujeitos reais e concretos observa-se que estas estão intimamente relacionadas às dimensões cognitivas, emocionais, sociais, políticas, culturais e históricas.

A Análise Crítica do Discurso, na perspectiva de explicar o uso da linguagem e do discurso em termos extensos de estruturas, processos e contextos sociais, políticos, culturais e históricos, ancora seu trabalho investigativo na superação dos limites da frase, da ação e da interação. Portanto, alça instrumentalização teórica em outras áreas do conhecimento.

Dentre as importantes contribuições da ACD citam-se os estudos com o intuito de compreender as relações entre o discurso e a sociedade, cujo conteúdo linguístico/discursivo expressa a reprodução do poder e, em consequência, da desigualdade social. Em outras palavras, a Análise Crítica do Discurso vislumbra entender como os grupos dominados resistem ou não ao estabelecimento, manutenção, legitimação ou domínio dos grupos dominantes por meio dos recursos discursivos, os quais refletem as contradições sociais.

Nesse sentido, a ACD apresenta as relações estabelecidas entre texto e fala com os contextos sociais e políticos. Isto é revelado por meio de análises das estruturas e estratégias de texto e fala. Desse modo, Dijk (1999) embasado nos estudos de Fairclough e Wodak (1994, p. 241-270) apresenta alguns princípios básicos da ACD:

1. El ACD trata de problemas sociales.
2. Las relaciones de poder son discursivas.

3. El discurso constituye la sociedad y la cultura.
4. El discurso hace un trabajo ideológico.
5. El discurso es histórico.
6. El enlace entre el texto y la sociedad es mediato
7. El análisis del discurso es interpretativo y explicativo.
8. El discurso es una forma de acción social (DIJK, 1999, p. 24-25).

Questões pertinentes às estruturas específicas do discurso atrelado à reprodução do domínio social são investigadas por meio dos estudos desenvolvidos pela Análise Crítica do Discurso.

1.3.1 Os Analistas do Discurso e a Sociedade

O discurso acadêmico imiscui-se à estrutura social, visto que é por ela influenciado e produzido no processo de interação entre os sujeitos. Portanto, a consciência de seu papel na sociedade constitui preocupação imanente para os analistas críticos do discurso. Segundo Van Dijk “la elaboración de teoría, la descripción y la explicación, también en el análisis del discurso, están “situadas” sociopolíticamente” (DIJK, 1999, p. 23).

A reflexão acerca da função que exerce na sociedade e no campo político é primordial para os analistas críticos do discurso. E, sobre essa preocupação Dijk explicita:

Como todos los investigadores, los analistas críticos del discurso deberían ante todo ser críticos de si mismos y de los demás en su propia disciplina y profesión”. La ‘crítica’ a la que se refiere el adjetivo ‘crítico’ en el ACD va sin embargo más allá de las conocidas vigilancia y autocritica profesionales. Los investigadores críticos no se contentan con ser conscientes de la implicación social de su actividad (como cualquier sociólogo de la ciencia lo sería), sino que asumen posiciones explícitas en los asuntos y combates sociales y políticos. Y lo hacen no sólo como ciudadanos, sino también en tanto que, precisamente, investigadores. Aspiran a producir conocimiento y opiniones, y a comprometerse en prácticas profesionales que puedan ser útiles en general dentro de procesos de cambio político y social, y que apoyen en particular a la resistencia contra el dominio social y la desigualdad. Lo cual significa que los investigadores críticos con frecuencia estarán al lado de los distintos grupos y gentes socialmente dominados en el mundo, por los que preferirán trabajar y con quienes se declararán solidarios (DIJK,1999, p.23-24).

Logo, o abuso de poder dos grupos e instituições dominantes junto aos grupos dominados deve ser analisado de forma crítica, a fim de imprimir poder àqueles que necessitam dele para ampliar o acesso de todos ao princípio da justiça e da igualdade social.

Assim, a investigação do analista crítico do discurso ocorre no intuito de assegurar o acesso de todos a estes princípios e, concomitantemente, aos recursos sociais valorizados.

O micro nível é compreendido por intermédio do discurso e outras interações situadas socialmente e desempenhadas por atores sociais. As instituições, os grupos e as relações de grupos e, portanto, o poder social se organiza em seu macro nível. A ACD desenvolve o estudo de como o discurso pode revelar indícios da reprodução do poder e, para tanto, tenta solucionar o abismo existente entre o micro e o macro.

Eis alguns níveis de análises sociais que podem relacionar-se, de acordo com os estudos de Dijk:

- a) Miembro de un grupo. Los actores sociales, y portanto también los usuarios del lenguaje, se involucran en el texto y en el habla al mismo tiempo como individuos y como miembros de variados grupos sociales, instituciones, gentes, etc. Si actúan en tanto miembros de un grupo, es entonces el grupo el que actúa a través de uno de sus miembros. Quien escribe un reportaje puede escribirlo como periodista, como mujer, como negra, como perteneciente a la clase media o como ciudadana de los Estados Unidos, en otras “identidades”, alguna de las cuales puede ser más prominente que las otras en un momento dado.
- b) Relaciones entre acción y proceso. Lo anterior no es sólo cierto para los actores sociales, sino también para sus mismas acciones. Escribir un reportaje es un acto constitutivo de la producción un periódico o de un noticiario de televisión por parte del colectivo de periodistas de un periódico o de una cadena de televisión; en un plano más elevado, dichas acciones colectivas son a su vez constituyentes de las actividades y procesos de los media en la sociedad, p.e. en la provisión de informaciones o de entretenimientos, o incluso en la reproducción de la desigualdad (o en su crítica). De este modo, las acciones de los niveles más bajos pueden conformar directa o indirectamente procesos sociales o relaciones sociales globales entre grupos.
- c) Contexto y estructura social. Los participantes actúan en situaciones sociales, y los usuarios del lenguaje se implican en el discurso dentro de una estructura de constreñimientos que ellos consideran o que hacen relevante en la situación social, esto es, en el contexto. Pero la situación social (p.e. la de una sala de redacción) es ella misma parte de un ‘entorno’ social más vasto, tal como las instituciones, los períodos cronológicos, los lugares, las circunstancias sociales, y os sistemas. De ahí que el contexto de las noticias pueda ser no solo el trabajo del reportero o de la sala de redacción, sino también el periódico al completo, las relaciones entre los media y la política, o entre los media y el público, o el entero papel de los media en la sociedad.
- d) Representaciones sociometales. Además de estos aspectos sociales de los vínculos micro-macro, no deberíamos tampoco olvidar la crucial dimensión cognitiva. En cierto sentido dicha dimensión mental hace posibles los restantes vínculos. Los actores, las acciones y los contextos son tanto contratos mentales como constructos sociales. Las identidades de la gente en cuanto miembros de grupos sociales las forjan, se las atribuyen y las aprehenden los otros, y son por tanto no solo sociales, sino también

mentales. Los contextos son constructos mentales (modelos) porque representan lo que los usuarios del lenguaje construyen como relevante en la situación social. La interacción social en general, y la implicación en el discurso en particular, no presuponen únicamente representaciones individuales tales como modelos (p.e. experiencias, planes); también exigen representaciones que son compartidas por un grupo o una cultura, como el conocimiento, las actitudes y las ideologías. De suerte que encontramos el nexo faltante entre lo micro y lo macro allí donde la cognición personal y la social se reúnen, donde los actores sociales se relacionan ellos mismos y sus acciones (y por consiguiente su discurso) con los grupos y con la estructura social, y donde pueden actuar, cuando se lanzan al discurso, en tanto que miembros de grupos y de culturas (DIJK, 1999, p. 25-26).

Os Atores e suas Ações (que incluem o discurso) e Mentalidades e seus Contextos, explicam como os atores sociais e os usuários da linguagem exercem, reproduzem ou desafiam o poder social dos grupos e das instituições.

1.3.2 Sobre os Conceitos de “Crítica”, “Ideologia” e “Poder” nos Estudos de Van Dijk

A concepção de Van Dijk, no que tange a relação ideologia e discurso, aponta para a relevância da cognição neste processo que engendra a prática discursiva:

As ideologias são modelos conceituais básicos de cognição social, partilhados por membros de grupos sociais. [...] Para além da função social que desempenham ao defender os interesses dos grupos, das ideologias têm a função cognitiva de organizar as representações sociais (atitudes, conhecimentos) do grupo, orientando assim, indiretamente, as práticas sociais relativas ao grupo (DIJK, 1997, p. 107-108).

O poder social de grupos ou instituições constitui noção central para os estudos da ADC. No que tange ao poder social relacionado ao controle, Dijk:

[...] los grupos tienen (más o menos) poder si son capaces de controlar (más o menos), en su propio interés, los actos y las mentes de los (miembros de) otros grupos. Esta habilidad presupone un poder básico consistente en el acceso privilegiado a recursos sociales escasos, tales como la fuerza, el dinero, el estatus, la fama, el conocimiento, la información, la ‘cultura’, o incluso varias formas del discurso público y de la comunicación (de entre la vasta literatura sobre el poder) (DIJK, 1999, p. 26).

Discurso e poder estão relacionados ao acesso aos campos da política, dos meios de comunicação ou da ciência. Um sujeito é capaz de influenciar a mente do outro, seus conhecimentos e suas opiniões, bem como controlar indiretamente algumas de suas ações. Diante disso, entende-se que as mentes são influenciadas por textos e pela fala, isto é, por meio da persuasão e manipulação o discurso pode controlar a mente do outro. Logo, na relação dominantes/dominados há maior possibilidade de controle das mentes e ações dos outros para os grupos que controlam os discursos mais influentes.

Os estudos da ACD centram-se nas relações de domínio ou no abuso de controle sobre o discurso, a fim de comandar as crenças e ações do outro em interesse dos grupos dominantes. Van Dijk afirma que “el discurso funciona en la reproducción del poder y del dominio en la sociedad” (DIJK, 1999, p.27). O autor apresenta duas questões básicas para a investigação em ACD, são elas: a) Como los grupos (más poderosos) controlan el discurso? b) Como tal discurso controla la mente y la acción de los grupos (menos poderosos), y cuáles son las consecuencias sociales de este control? (DIJK, 1999, p. 27).

Os grupos dominados necessitam de ideologias como subsídio para a resistência. Assim, compreende-se que em geral as ideologias não são verdadeiras ou falsas, mas, antes de tudo, mais ou menos eficazes na promoção de interesses de um grupo. A principal função social das ideologias é a coordenação das práticas sociais com vistas à realização efetiva dos objetivos e da proteção dos interesses de um grupo social. Este fato ocorre tanto às práticas sociais internas dos grupos como por meio da interação com membros de outros grupos. Desse modo, constata-se que muitas ideologias se têm desenvolvido a fim de sustentar, legitimar ou gestionar conflitos entre grupos, tal como as relações de poder e de dominação.

Assim, há recorrência da ACD aos estudos complementares de outras áreas do conhecimento relacionadas à Sociologia, Ciência Política, Psicologia Cognitiva e Social a fim de responder aos dois questionamentos acima citados. Em resumo, os estudos da ACD vislumbram respostas para entender como o controle da mente e da ação ocorre favorável aos grupos dominantes e gera a desigualdade social ou conduz a ela. Por outro lado, é importante compreender como os grupos dominados resistem ao controle discursivo, ao controle da mente e da ação ou como se deixam dominar.

O arcabouço teórico da ACD visa subsidiar o sujeito a resistir contra o domínio. Logo, entender e analisar a reprodução do domínio e da desigualdade social advindos do discurso constitui um dos objetivos dos analistas críticos do discurso. No tocante ao controle, Dijk assevera que:

Más concretamente, el ACD estudia su papel en dichos procesos: los grupos poderosos tienen acceso preferente al discurso público y lo controlan, y a través del discurso controlan las mentes del público, en el sentido amplio. Esto no solo significa que mucha gente interpretará el mundo del modo en que los poderosos o las elites se lo presentan, sino también que actuará (más) en consonancia con los deseos y los intereses de los poderosos (DIJK, 1999, p. 32).

Ainda no que remete a definição de poder que ocorre por meio do controle da mente e da ação dos dominados e tal fato é confirmado e concretizado via discurso. Pode-se dizer que como aponta Dijk:

[...] puesto que el abuso del poder o el dominio se caracterizan en los términos de los intereses de los poderosos, el discurso puede también contribuir a la confirmación, o incluso al incremento, del desequilibrio en la igualdad social, y por consiguiente a la reproducción de la desigualdad social (DIJK, 1999, p.32).

Logo, é relevante que a ACD estude “la compleja interacción de los grupos dominantes, disidentes y opositores y sus discursos dentro de la sociedad, con el fin de esclarecer las variantes contemporáneas de la desigualdad social” (DIJK, 1999, p. 33).

1.3.3 O Controle da Mente e o Discurso

O controle, o domínio e a hegemonia sobre o outro são exercidos por intermédio do controle da mente e do discurso, os quais constituem condições preponderantes para o exercício e a manutenção do controle. Entretanto, os receptores podem não ser facilmente manipulados, fato que confirma a árdua tarefa que envolve o controle da mente, como nos aponta a Psicologia Cognitiva. Não se pode esquecer que os sujeitos se apropriam do conteúdo historicamente acumulado por meio do discurso.

Os grupos dominantes exercem o domínio e o poder a partir do controle discursivo da mente dos grupos dominados, os quais não têm opções de discurso para avaliar o que é dito pelos poderosos. A limitação da liberdade impede os dominados de pensarem ou fazerem o que querem, visto que “esbarram” no domínio e no controle dos outros devido à falta de acesso a discursos que promovam a superação do domínio.

Conforme explica Dijk sobre a definição de mente:

Uma distinción útil es la que suele establecerse entre la memória episódica y la semântica, que denominaremos respectivamente memória personal (subjativa) y social (intersubjativa). La memória personal consiste en la totalidad de nuestras creencias personales (conocimiento y opiniones). Es ampliamente autobiográfica y ha sido acumulada durante nuestra vida a través de nuestras experiéncias, incluyendo los acontecimientos comunicativos en los que hemos participado (DIJK, 1999, p. 29).

A memória pessoal remete a situações em que participam os sujeitos ou acerca do que leem, bem como suas opiniões sobre ações e episódios. Os modelos mentais dizem respeito a representações de memórias pessoais que traduzem acontecimentos específicos. Os estudos de Dijk revelam que:

[...] si leemos o miramos las noticias construimos o ponemos al dia modelos (personales) sobre los sucesos. Entender o interpretar un texto es re(construir) tales modelos. Del mismo modo, también construimos un modelo de la propia situación comunicativa, p.e de la lectura de un periódico, que incluye conocimiento y saberes sobre el periódico o sobre un concreto periodista o escritor. Es este modelo mental lo que hemos definido como el contexto: la construcción subjativa de las propiedades de la situación social que son relevantes para el discurso en marcha. Puesto que los contextos (los modelos contextuales) influyen en el modo en el que entendemos los discursos y los acontecimientos representados, también influyen nuestros modelos de acontecimientos (DIJK, 1999, p. 29-30).

Logo, ocorre o controle discursivo da mente a partir da influência dos modelos de contexto e dos modelos de acontecimento desenvolvidos por receptores/dominados em um acontecimento comunicativo.

As crenças em comum que se tem com outros sujeitos do mesmo grupo ou cultura, as quais são compartilhadas ou aprendidas por meio do discurso, bem como as representações sociais compreendem a memória semântica ou a memória social.

É importante ressaltar que o conhecimento que o sujeito possui é socialmente compartilhado e o que sabe sobre o grupo, a cultura, os objetos e a organização da sociedade pauta-se no geral e no abstrato. O conhecimento social é compreendido por intermédio das crenças consideradas verdadeiras (historicamente transformadas) por um grupo ou cultura, portanto, são baseadas em normas e valores. O autor ainda revela acerca da influência que as crenças sociais representam aos estudos da ACD:

Al interesarse el ACD especialmente por cómo el poder y el dominio se reproducen en la sociedad, es tal modalidad de control social de la mente el objeto central de su atención: una vez que somos capaces de influenciar las creencias sociales de un grupo, podemos controlar indirectamente las acciones de sus miembros. Este es el núcleo de la reproducción del poder y la base de la definición de la hegemonía (DIJK, 1999, p. 30-31).

Logo, é possível discordar sobre alguns assuntos, no entanto, apresenta-se conhecimento compartilhado socialmente e estas crenças influenciam os modelos. A construção do modelo requer conhecimento social abstrato e geral ou não se tem condições de compreender um acontecimento específico.

Com o objetivo de elaborar modelos mentais os usuários da linguagem interferem ou confirmam crenças sociais, bem como utilizam informações, estruturas e lêem textos ou escutam conversas. O modo em que algumas propriedades do discurso controlam o processo pode ser resumido de acordo com Dijk (1999) como:

1. Los temas (macroestructuras semânticas) organizan globalmente el significado del discurso. Puesto que tales temas con frecuencia representan la información más importante, pueden influenciar la organización de un modelo: las proposiciones relevantes serán colocadas en una posición más alta, en la jerarquía del modelo, que las proposiciones menos importantes. Lo mismo sucede con la organización de las representaciones sociales más generales. Así, se los refugiados son caracterizados en el discurso político o en un editorial de periódico en términos esencialmente socioeconómicos, y por tanto como impostores, como gente que solo viene aquí para vivir a costa de nuestro bienestar, entonces una opinión genérica como esa puede también definir la representación social (el esquema de grupo) que la gente construye (o confirma) sobre ellos (DIJK, 1999, p.31).
2. Los esquemas discursivos (superestructuras, esquemas textuales) organizan primariamente las categorías convencionales que definen la entera "forma" canónica de un discurso, y por tanto parecen menos relevantes para la construcción de modelos. Sin embargo, como sucede con todas las estructuras formales, las categorías esquemáticas pueden enfatizar o subrayar información específica. El simple hecho de que una información sea transmitida en un titular o en una conclusión consigue asignar a tal proposición una posición más conspicua en los modelos de acontecimiento o en las representaciones semánticas, y hacer que sea información mejor memorizable, y en consecuencia más persuasiva (DUIN, *et al.*, 1988; DIJK, 1988 DIJK y KINTSCH, 1983, p. 31-32).
3. El significado local. Los significados locales del discurso influyen información local en los esquemas mentales (modelos, representaciones semánticas). La coherencia, p.e, está basada en relaciones funcionales o condicionales entre las proposiciones y los hechos a los que se refieren (en un modelo mental). Lo cual significa que el conocimiento presupuesto o establecido en el discurso puede requerir que los receptores establezcan 'hechos' o relaciones similares entre ellos en sus modelos. Eso vale también para las presuposiciones, las implicaciones y otra información no

expresada, sugiriéndose así fuertemente que tal información se considera incontrovertida o dada por sentado, aunque en realidad no lo sea o no lo esté. Al mismo tiempo, lo implícito puede servir para esconder a la formación de la opinión pública creencias específicas. Proporcionar muchos detalles sobre un aspecto de un acontecimiento, y no proporcionarlos sobre otros, es otra manera semántica de orientar los modelos mentales de los usuarios del lenguaje. (DIJK, 1999, p.32).

4. El estilo. Las estructuras léxicas e sintácticas de superficie son susceptibles de variar en función del contexto (Giles y Coupland, 1991; Scherer y Giles, 1979). Y dado el modelo de contexto de los receptores, aquéllas pueden ser capaces de unir tales variaciones de estilo con la estructura del contexto. Un rasgo global del estilo es no solo el señalar propiedades del contexto (p.e las relaciones entre participantes, etc.), sino también el subrayar significados apropiados. (DIJK, 1999, p.32).

5. Los recursos retóricos como los símiles, las metáforas, los eufemismos, etc., al igual que los esquemas globales, no influyen directamente el significado. Más bien lo hacen resaltar o lo difuminan, y con ello también la importancia de los acontecimientos en un modelo de acontecimientos. (DIJK, 1999, p.32).

6. Los actos de habla son ampliamente definidos en función de los modelos de contexto, pero el que un enunciado sea o no interpretado como una amenaza o como un buen consejo puede determinar vitalmente el procesamiento del texto (Colebrook y McHoul, 1996; Graesser, et al., 1996). Finalmente, las múltiples dimensiones interaccinales del discurso, como p.e la distribución de turnos, la división en secuencias, etc., están igualmente fundadas en el contexto y en los modelos de acontecimientos, y influyen su puesta al día. El poder y la autoridad de los hablantes, tal y como los presenta el control de los turnos, pueden al mismo tiempo reforzar la credibilidad de aquéllos, y por eso mismo la construcción de modelos como 'verdaderos' (DIJK, 1999, p.32).

Desse modo, percebemos que o poder e a autoridade dos falantes dos grupos dominantes podem reforçar, em seu turno, a credibilidade ao discurso para convencer aos dominados de que os enunciados proferidos são verídicos. Tal fato ocorre por meio do controle dos temas e dos modelos mentais elaborados pelos dominantes em atos de fala.

1.3.4 A Influência do Contexto no Discurso

O controle da mente depende do contexto e dos participantes envolvidos nas interações sociais. Contudo, ressalta-se que de acordo com Dijk:

El contexto se define em términos de modelos contextuales: no es la situación social (incluyendo a sus participantes) en sí misma la que 'objetivamente' influencia nuestra interpretación del discurso, sino la

construcción subjetiva de su rasgos relevantes en un modelo mental de contexto (DIJK, 1999, p. 31).

Os modelos subjetivos de contexto controlam as crenças dos participantes, o cenário, os atos sociais, as relações entre os envolvidos na interação, os papéis que estes exercem na atividade social e comunicativa, a definição da situação e a influência do discurso. Desse modo, por intermédio do conhecimento socialmente compartilhado, atitudes e regras é que os receptores atribuem credibilidade aos falantes ou escritores.

O abuso de poder e de seus recursos sociais (força, ingressos, status, conhecimento, competência, etc.) corresponde ao controle da mente, o qual tem como objetivo frisar a credibilidade e legitimidade de seu discurso. Em outras palavras, consiste em fazer seu discurso parecer ter maior credibilidade em detrimento de outras fontes de informação ou de opinião.

1.3.5 Discurso, Cognição e Sociedade

Os modelos mentais que abordam os acontecimentos em modelos presentes, do conhecimento, das atitudes e das normas e valores da audiência geralmente decorrentes de opiniões preconceituosas não dependem das características estruturais das notícias. Assim, Van Dijk assevera que controlar ações consiste em:

Controla-las accións, logo, implica controla-los modelos mentais, dos que a formación ou cambio é o resultado da fala e do texto, igual cás cognicións sociais inherentes. Logo, de se-los grupos dominantes capaces de influir na formación de coñecementos ou crenzas, a través dos médios de comunicación de masas, por exemplo, ou por médio da escolarización, podem controlar indirectamente a formación de modelos (e, xá que logo, das intencións) que derivan de tales coñecementos e crenzas (DIJK, 1989, 1993b *apud* DIJK, 1993, p.526).

A ACD se interessa em entender a aparência concreta dos modelos, como estes são formados, como as características do discurso (interpretado) invadem as representações e como é o processo concreto pelo qual as representações sociais e as representações abstratas do conhecimento, das crenças ou dos valores ideológicos influenciam as estruturas e informações contidas nos modelos, semelhante ao modo em que se expressam no discurso e em outros modos de interação.

De acordo com Dijk:

[...] ‘cognición’ representa tanto la cognición social como la individual, tanto el pensamiento como la emoción, tanto las representaciones de la memoria como los procesos mentales. Y “sociedad” aquí se entiende tanto em micronivel de las situaciones y las interacciones sociales como en el macronivel de los grupos, de las relaciones grupales, de las instituciones, de los sistemas abstractos y del orden social en general. En realidad, también la política y la cultura se tornan aquí como propiedades de la sociedad (DIJK, 1997, p.67).

O discurso e a sociedade imiscuem-se devido ao caráter de interação social. Desse modo, a cognição é considerada a interface entre sociedade e discurso. Para o autor, sem atividades, processos ou representações mentais não há possibilidade de relação entre o discurso e a sociedade.

[...] los aspectos mentales que han de hacerse explícitos en el plano cognitivo: significado, funciones, comprensión, intenciones y intencionalidad, conocimiento y muchos otros aspectos del discurso, entendido como acción y interacción en la sociedad [...] (DIJK, 1997, p.68).

Em suma, a cognição e a interação social estão mutuamente relacionadas. Na esfera social estão inclusos os atores e ações intimamente ligadas ao discurso, visto a relevância que a linguagem, a fala, o texto e a comunicação desempenham na sociedade. Conclui-se que o discurso é uma exigência da cognição humana e, conseqüentemente, da sociedade, que se dá na e pela linguagem. É no uso linguístico e pelo discurso que se constituem as representações mentais, bem como nas estruturas, instituições e relações sociais.

Neste enfoque, o discurso deve ser compreendido como uma forma de uso linguístico, condicionado pela cognição e socialmente contextualizado pelos participantes, tomados como sujeitos da sociedade em situações de interação discursiva. Oral ou escrito, o discurso se define como evento comunicativo relacionado com atividades não verbais, isto é, gestos, imagens ou outras práticas semióticas de significado, de significação e com os usos sociais de códigos simbólicos, como os da comunicação visual (por exemplo, os gráficos, a fotografia e o cinema).

Os usuários das línguas imprimem significados ao discurso e estas “interpretações” são de natureza cognitiva e social. Conforme Dijk no que se refere à memória:

Cognitivamente, lo dicho implica el procesamiento de las estructuras de la superficie discursiva (sonidos, grafías, formas sintácticas, palabras) en la memoria a corto plazo y la construcción estratégica, en funcionamiento, de representaciones semánticas, almacenadas en la memoria episódica, para la comprensión del discurso, y a la inversa, para la producción del discurso (DIJK, p.1997, p.69).

Nesta abordagem teórica, os significados dos enunciados são explicados aos sujeitos em interação, visto que essa análise cognitiva é uma abstração do que ocorre na situação social e explica muitas situações relacionadas ao discurso.

Desta feita, compreende-se que o discurso imiscui-se à estrutura social, portanto, deve ser analisado a partir do que se estabelece no processo de interação entre os sujeitos, os quais pertencem a instituições e grupos que integram a sociedade em sua totalidade. Logo, para se descobrir os sentidos do discurso há que se extrapolar os limites linguísticos e estudá-los em consonância com o contexto social em que são produzidos.

1.3.6 O Conhecimento e o Discurso – o Papel da Mídia na Sociedade

De acordo com Dijk (2005), nas notícias, o estudo do conhecimento é fundamental para o entendimento de muitos aspectos da produção e compreensão da notícia. Desse modo, parece óbvio que todo jornalista produz notícias embasado em conhecimentos “do mundo”. Contudo, esta simplória afirmação suscita como assevera o autor, questões complexas:

Os jornalistas precisam ter conhecimento prévio do mundo. Qual a natureza desse conhecimento, e como ele é adquirido e representado mentalmente? Como eles selecionam qual conhecimento incluir, e qual conhecimento excluir daquilo que reportam nas notícias? Como o conhecimento que os jornalistas têm sobre os eventos noticiosos se reflete nas várias estruturas (manchetes, tópicos, esquemas noticiosos, significados, pressuposições, implicações, ordenamentos etc.) das notícias? (DIJK, 2005, p.14).

Essas são algumas perguntas que surgem ao se pesquisar acerca do papel da mídia na sociedade e, apontam para a relevância de se questionar também aos leitores de jornais: o que precisam saber para compreender as notícias? Como e quanto eles compreendem e como a estrutura da notícia contribui para o seu conhecimento sobre o mundo?

Neste enfoque teórico, a notícia ou tudo o que é produzido pela mídia, conforme apontam os estudos de Dijk (2005), é uma complexa relação entre o conhecido e o

desconhecido, visto que se compreende que por intermédio desta aglutinação torna-se possível entender o papel do conhecimento no processamento cognitivo do discurso. Conforme o teórico ao retomar seu trabalho, “o conhecimento se relaciona com várias crenças, como opiniões, atitudes e ideologias, entre outras” (DIJK, 2005, p.25). O referido autor pondera sobre a compreensão que os leitores têm da imprensa.

De acordo com os apontamentos de Dijk sobre a compreensão que os leitores têm da imprensa, o referido autor entende que para “elaborar sequências de pressuposições o leitor deve decodificar os itens léxicos e a sintaxe do texto” (DIJK, 2005, p. 250. Eis a definição do estudioso acerca do **conhecimento linguístico**. Ainda nesta abordagem teórica, Dijk aponta a relevância do **conhecimento do gênero discursivo**, o qual é “essencial para a interpretação do texto como notícia e para entender algumas características que compõem tal gênero” (DIJK, 2005, p. 25). O autor também define o **conhecimento especializado do objeto** como a “utilização do tema por grupo de leitores, os quais são encarregados da interpretação da notícia e de atribuição de responsabilidades às instituições específicas” (DIJK, 2005, p.25)

No que tange ao **conhecimento pessoal**, segundo o teórico pode-se dizer que consiste na “relação entre a informação transmitida e as experiências pessoais do leitor” (DIJK, 2005, p.25). O referido autor assevera que o **conhecimento comum e pessoal** é utilizado na “formação de modelos mentais de eventos (estados ou situações) relacionados à notícia” (DIJK, 2005, p. 25).

No que é pertinente à recorrência, isto é, a retomada de eventos anteriores baseados no noticiário de jornais, Dijk os define como “**velhos modelos** que podem ser ativados e utilizados pelos leitores” (DIJK (2005, p.25). Ainda, conforme aponta o autor acerca do conhecimento do leitor sobre si, o cenário, o tempo e outros aspectos relevantes, “faz-se necessário ter informações sobre o jornal em que a notícia foi/está produzida, assim como saber que tipo de jornal é esse em que o gênero noticioso está veiculado” (DIJK, 2005, p.25), todas estas informações dizem respeito ao **conhecimento social/situacional**.

O **aprendizado** “ocorre por meio da generalização e abstração de modelos de eventos e envolve diversos modos de conhecimento, os quais podem ser formados/transformados por intermédio das informações elencadas no gênero noticioso” (DIJK, 2005, p.25). Conforme aponta o autor, há a necessidade de definirmos outros aspectos, os quais devem ser considerados nesse processo de entendimento do leitor sobre a mídia. Neste sentido, o primeiro concerne na **variação**, isto é, “os processos de ativação e uso do conhecimento são pessoais e podem variar de acordo com o contexto” (DIJK, 2005, p.25). É fato que, “algumas

peças ativam muitos conhecimentos e constroem modelos mentais mais detalhados, pois realizam uma leitura cuidadosa do gênero noticioso, em oposição, outras lêem superficialmente” (DIJK, 2005, p. 26) e, desse modo, ativam o mínimo de conhecimento.

O segundo aspecto denominado **monitoração**, conforme o autor refere-se ao fato de “escritores/locutores avaliarem o que o outro sabe e, o quanto do conhecimento precisa ser expresso na próxima etapa do texto” (DIJK, 2005, p. 26). Em outras palavras, modelam as crenças dos locutores/escritores sobre o conhecimento dos receptores.

Também merece destaque a **ordem processual**, o autor expõe que “os vários tipos de conhecimento aparecem em todos os processos de compreensão e seu sequenciamento” (DIJK, 2005, p. 26).

A **construção do modelo contextual** concerne nas “preocupações do leitor ao ler o jornal, os objetivos” (DIJK, 2005, p.26).

O **reconhecimento do gênero** refere-se à identificação do gênero a partir do formato geral, diagramação, localização no papel, tipografia, colunas, etc. Enfim, conhecimento sobre gêneros do discurso (noticiosos). “A **identificação do tópico e estabelecimento de coerência global** ocorre por intermédio do conhecimento do discurso/gênero sobre manchetes e suas funções” (DIJK, 2005, p.26). A **interpretação das palavras e das sentenças** se refere ao “conhecimento comum, conhecimento contextual e atualização” (DIJK, 2005, p. 26). O **estabelecimento de coerência local** consiste no “conhecimento comum sobre o que é possível no mundo, modelo mental sobre sequências de ações, eventos e outros” (DIJK, 2005, p.26).

A **estrutura aparente/decodificação de formas**, diz respeito ao conhecimento linguístico, isto é, “leituras sistemáticas de palavras, sentenças e textos completos” (DIJK, 2005, p.26). A **compreensão** “consiste na formação ou atualização de modelos mentais” (DIJK, 2005, p.26). Com relação à **expressão/formulação** o autor lembra que:

Na produção de notícias, modelos de eventos (conhecimento pessoal, etc), modelos contextuais (conhecimento situacional) e representações semânticas os elementos de informação para compor os vários níveis de expressão e formulação são: (I) lexicalização, (II) estruturas sintáticas, (III) expressão fonológica e gráfica/visual, e (IV) esquema geral do discurso para o ordenamento geral do texto ou da fala (DIJK, 2005, p. 26-27).

No que diz respeito à lexicalização o autor a define como o conhecimento do interlocutor sobre o conhecimento léxico do receptor, bem como acerca do entendimento

deste no que diz respeito à situação comunicacional. Portanto, pode-se afirmar que a lexicalização está imanentemente ligada ao “conhecimento sobre o suposto conhecimento do objeto pelos receptores, e de seu presumido conhecimento contextual” (DIJK, 2005, p.27) (adequação lexical ou vocabular). Em outras palavras, compreender que de acordo com o contexto pode ocorrer uma variação na estrutura discursiva.

As relações sociais encontram condições de serem reproduzidas e ou transformadas no discurso jornalístico, cuja aptidão possibilita a incorporação e mediação do discurso de vários sujeitos e de muitos processos sociais.

Desse modo, pode-se definir o cenário do jornalismo como um espaço de conflitos, visto que veicula uma linguagem permeada de interesses que representam diversos segmentos sociais. O discurso deve ser compreendido como manifestação social que se define por situações sociais e condições que determinam a sua produção. Logo, nos propomos (re)construir o contexto e desvendar os papéis representados pelos protagonistas do discurso, bem como suas identidades discursivas reveladas por meio de modelos de contexto e discurso que perpassam o conteúdo das charges elaboradas por Angeli.

As respostas e inferências para a interpretação de um texto estão na tessitura do gênero e para encontrá-las faz-se necessário vislumbrar como a memória de outros textos compõe o *corpus* discursivo em questão.

Ainda sobre os modos de controle presentes na redação, Brenneisen *et al* ao citar Van Dijk lembra que:

[...] supõe que, no geral, os processos são controlados por um sistema de valores do jornalista e da instituição que o integra. O resultado da percepção e interpretação de um acontecimento é, também, na opinião de Van Dijk, um modelo subjetivo e socialmente controlado pela memória do repórter observador, mas que necessita de condições especiais para recuperar detalhes importantes de um determinado acontecimento (DIJK, 1996, p. 161-164 *apud* BRENNEISEN *et al.*, 2006, p.20).

Assim, nossos estudos e análises serão desenvolvidos à luz das categorias Acesso, Ideologia, Poder e Modelos, as quais são trabalhadas por Dijk, expoente analista do discurso de vertente crítica. A escolha destas categorias compete ao fato de contemplarem dados relevantes no desvendar do discurso ideológico presentes na charge, objeto deste estudo.

De acordo com o referido autor, os critérios de valor da notícia estão presentes na observação de uma rotina jornalística e proporcionam a base para os processos de atenção,

seleção e decisão. “A maior parte das notícias políticas não se baseia na observação imediata dos acontecimentos informativos e que a maioria dos jornalistas não registra ou transcreve os discursos completos” (DIJK, 1996, p. 167, *apud* BRENNEISEN *et al.*, 2006, p.20).

Os papéis representados pelos sujeitos no processo de interação discursiva são determinados pelas condições de produção do discurso. Deste modo, o contexto deve ser (re) construído para que ocorra a identificação de papéis ou identidades discursivas atribuídas ao sujeito.

Ao retomarmos a discussão acerca do discurso jornalístico e de suas condições de produção podemos afirmar que o contexto global é definido em relação ao contexto local por intermédio de uma hierarquia de categorias que consideram o nível discursivo, semântico e textual. Neste enfoque, **Poder**, **Controle** e **Acesso** são categorias constituintes do nível discursivo. No nível semântico do gênero noticioso têm-se as categorias: **Ignorado/Conhecido** e **Inusitado/Esperado**. Por último, no nível textual ou mundo real relatado nos apresenta a categoria histórico-temporal, denominada **Atualidade**.

1.3.7 Acesso Discursivo aos Meios de Comunicação e seu Controle

É essencial o acesso aos meios midiáticos e, conseqüentemente, aos discursos neles veiculados, pois o acesso ao conhecimento e a informação estão atrelados ao controle exercido de um grupo sobre o outro. E, sobre tal dado Dijk expõe:

Hemos visto que, entre muchos otros médios que definen el poder básico de un grupo o de una institución, también el acceso al discurso público y a la comunicación, y su control, son un importante recurso ‘simbólico’, como sucede con el conocimiento y la información (DIJK, 1999, p.27).

Os representantes de grupos ou instituições poderosas, isto é, os dominantes têm acesso quase exclusivo aos discursos públicos e, conseqüentemente, muitas vezes, controlam tais meios. Assim, segundo o analista crítico do discurso:

Aquellos que gozan de mayor control sobre más y más influyentes discursos (y sobre más propiedades discursivas) son también, segun esta definición, más poderosos. Dicho de otro modo, proponemos aqui una definición discursiva (al igual que un diagnóstico práctico) de uno de los constituyentes

del poder social. Estas nociones concernientes al acceso al discurso y a su control son muy generales, y es una de las tareas del ACD el esclarecer tales formas del poder. Por ejemplo, si se define el discurso en términos de acontecimientos comunicativos complejos, el acceso al discurso y su control pueden ser definidos a su vez tanto en relación con el contexto como con las propias estructuras del texto y del habla (DIJK, 1999, p.27).

Relevante para a produção e a compreensão do discurso é o controle do contexto, isto é, estrutura mentalmente representada. Sobre o contexto o autor o define como:

[...] categorías como la definición global de la situación, su espacio y tiempo, las acciones en curso (incluyendo los discursos y sus géneros), los participantes en roles variados, comunicativos, sociales o institucionales, al igual que sus representaciones mentales: objetivos, conocimientos, opiniones, actitudes y ideologías (DIJK, 1999, p.27).

Desse modo, o contexto será controlado quando o sujeito controlar ou determinar a situação comunicativa, o tempo, o lugar do episódio comunicativo, os participantes envolvidos e os papéis que estes exercerão, bem como o conhecimento ou opiniões que manifestarão ou não e, sobre as ações sociais que poderão ou não ser cumpridas por meio do discurso.

A ACD se interessa pelo controle do contexto, visto que este se caracteriza como ponto essencial no desenvolvimento do exercício de poder de determinado grupo sobre o outro. Portanto, como afirma Wodak: “Si relacionamos el texto y el contexto, por tanto, vemos enseguida que los (miembros de) grupos poderosos pueden decidir sobre los (posibles) géneros del discurso o actos de habla de una ocasión concreta” (WODAK, 1984 *apud* DIJK, 1999, p. 28).

Pautados em temas (assuntos a serem abordados) é todo discurso e comunicação e, nesse ato comunicativo há quem controle o tema (macroestruturas semânticas). O editor constitui um caso típico de controle da temática ou da macroestrutura, pois é ele quem decide os assuntos a serem noticiados ou cobertos no meio de comunicação. Ressalta-se que as decisões podem ser negociadas entre os enunciadores/interlocutores e dependem do contexto. Conforme Rojo, citando Dijk:

[...] la mayor parte del control del discurso es contextual o global, incluso fragmentos locales del significado, forma o estilo pueden ser controlados, p.e detalles de una respuesta en el aula o el en juzgado, la elección del léxico o

la de jerga en tribunales, clases ou salas de redacción (ROJO, 1994 *apud* DIJK, 1999, p.28).

As representações sociais e ideologias são compartilhadas a partir do processo de interação social, isto é, nos planos do texto e da fala, em temáticas contrastivas, em significados locais, em figuras de linguagem (metáforas e hipérboles), na lexicalização e nas imagens.

Contudo, é necessário explicitar que o contexto pode interferir, no sentido de confirmar ou transformar as relações de poder estabelecidas entre os grupos. Segundo o autor, “el control del texto y del contexto es el primer tipo de poder asentado en el discurso” (DIJK, 1999, p. 28).

Aos estudos da Análise Crítica do Discurso interessam as relações estabelecidas entre o discurso e o poder, principalmente o poder ou abuso deste exercidos por grupos ou instituições. Logo, conseguimos entender o poder social, isto é, noção de controle no que diz respeito ao poder devido à inserção do indivíduo como parte de grupos dominantes ou da posição social que este ocupa.

As instituições ou sujeitos inseridos nos grupos dominantes apresentam ou exercem o poder por intermédio do controle das mentes e ações dos outros. Diante desta afirmação, compreendemos que o outro não é livre para pensar ou realizar o que quer, visto que é controlado para que pense que não tem capacidade de fazê-lo sem controle. Desse modo, a limitação da liberdade ou da independência são resquícios do controle dos grupos, instituições ou membros sobre o outro.

Segundo Dijk acerca do poder exercido de um grupo sobre o outro:

Máis concretamente: dise aquí que os grupos dominan outros grupos se teñen poder social sobre eles e se abusan de tal poder no seu propio interese e contra os intereses dos grupos ós que controlan. O ‘abuso’ pode logo definirse como unha creba das leis, regras, normas, principios ou acordos que regulan as accións e interaccións sociais aceptables (DIJK, 1993, p.524).

O acesso aos recursos socialmente valorizados é assegurado por meio da força, da riqueza, da posição social, do status, dos privilégios, do conhecimento, enfim de uma série de fatores que promovem o domínio de um grupo sobre o outro ou o poder social.

Por meio da força um grupo é obrigado a agir ou não agir de modo específico, visto que a força constitui uma forma de limitação da liberdade e do acesso aos recursos sociais às

ações dos grupos dominados. Contudo, o que nos interessa são as modalidades de poder persuasivo, o qual controla as mentes.

As acciões adoitan analizarse a xeito de combinacións de intencións (mentais) e de actividades (manifestas), e enténdese que ó influencia-las intencións dos actores podemos controlar indirectamente as súas acciões. Aínda máis indirecto, pero posiblemente máis efectivo, é o control doutras estruturas mentais que guían a formación de tales intencións, como é o caso do coñecemento, das crenças, das actitudes, das normas, dos valores ou das ideoloxías. En tal caso, outros poden actuar a prol do grupo dominante levados aparentemente pola súa propia vontade. De ter êxito tales formas de control, o domínio califícase adoito de hexemonia (GRAMSCI, 1971 *apud* DIJK, 1993, p.524).

O domínio persuasivo ou hegemônico dos grupos dominados é promovido por intermédio do sistema educativo e dos meios de comunicación, os quais constituem meios de produción simbólica, practicados e desenvolvidos por grupos dominantes. Dijk afirma sobre os campos e situacións que exercem o poder e o domínio:

O poder e o dominio poucas veces son absolutos ou completos. Poden limitarse a campos e situacións especiais, como é o caso da lei e da orde (a policía, os tribunais), da educación (os profesores), ou da economía (os negociantes, os xerentes). Igualmente, o poder e mailo domínio poden ter máis ou menos alcance, quere dicir, abranguen máis ou menos (membros de) grupos distintos. Neste senso, a proxección do poder (persuasivo) das escolas ou dos médios de comunicación de masas é máis grande có dun grupo de empresas controle tamén algún médio de comunicación). Ademais, o controle pode ser máis ou menos gravidade, quere dicir, con consecuencias máis ou menos duradeiras ou serias (DIJK, 1993, p.525).

Contudo, os grupos dominados poden resistir ao domínio caso o grupo dominante tenha pouco poder. A resistencia dos grupos dominados ao exercicio de poder dos dominantes pode ocorrer por intermédio da ampliación do acceso aos recursos socialmente valorizados. No exercicio do poder os grupos dominantes e as institucións poden dividi-lo ou apoiar-se na conquista deste.

Assim, as classes sociais, os papéis das institucións envolvidas, as relacións de poder existentes em sociedade e as organizacións discursivas deste contexto são discutidas no quadro teórico da ACD.

Nos estudos de Dijk (1991) acerca do controle discursivo por intermédio do qual ocorre à manutenção do poder, o acesso aos espaços discursivos dos meios de comunicação

constitui dado relevante, visto que as participações discursivas devem ser consideradas como similares aos recursos sociais (educação, emprego, moradia, assistência médica), pois esses recursos não são democraticamente distribuídos em sociedade, o que gera grupos discursivamente excluídos.

Neste sentido, Dijk traçou alguns modelos de acesso às instituições de poder (Política, Mídia, Educação e Negócios), por entender que “quanto mais acesso se tem ao discurso, mais acesso se tem ao poder social. Em outras palavras, os modelos para se investigar o acesso discursivo podem ser indicadores fidedignos do poder social de grupos e seus membros” (DIJK 1991, p. 130).

A razão disto deve-se ao fato de as representações individuais explicarem diferentes reações diante de um acontecimento. Neste sentido, a compreensão da relação estabelecida entre o discurso e a sociedade ocorre por meio da correlação dos estudos cognitivos e sociais, visto que as representações sociais definem as culturas e os grupos sociais e, assim, atuam de modo a organizar suas crenças e práticas. Neste sentido, a mídia atua como veículo de transmissão de informações, no entanto, muitas vezes, o discurso midiático representa os grupos dominantes e reforçam seus interesses. Embora o discurso da imprensa apele para a neutralidade, percebemos que os dominados são induzidos a conteúdos que mascaram o exercício de dominação, manipulação de poder pelos grupos dominantes.

E, para desvendar o conteúdo veiculado no gênero chárigo, que circula nos meios midiáticos, especificamente no jornal *Folha de São Paulo*, representante de uma parcela da população (os dominantes), visto que seu discurso é negligenciado a muitos brasileiros (os dominados), os quais têm restrito Acesso aos Modelos produzidos neste periódico, pensamos como objeto de estudo, o gênero chárigo. No caso da charge, há uma denúncia do enunciador do discurso acerca dos desmandos e desmascaramento do exercício e da manutenção de poder pela classe dominante e, conseqüentemente, o jornal atribuindo voz a Angeli aponta ao leitor a condição de subjugados ao poder de poucos. Logo, nosso objetivo consiste em analisar as estruturas linguísticas (sintáticas, morfológicas, fonológicas, semânticas, estilísticas e retóricas), responsáveis pela textualidade, bem como refletir sobre as relações de caráter social e cognitivo que permeiam o gênero chárigo.

O discurso jornalístico é uma prática social que se define como forma de ação, sendo que **Poder, Controle e Acesso** constituem esse discurso. O **Poder** é entendido como o **Poder Social**, definido como forma de **Controle** da ação e da mente de um grupo. Alguns estudiosos utilizam o termo **Controle** para definir **Poder**, uma vez que subentendem que se

tem **poder** sobre um grupo, se esse grupo controla outro grupo. Dijk (1993) afirma que essas categorias têm como função fazer alguém agir da maneira como se deseja.

No que concerne ao **Acesso**, pode-se defini-lo como o meio pelo qual um grupo alcança o **Poder** e o **Controle** sobre outro grupo. No caso do discurso jornalístico o meio de **Acesso** é o jornal, a revista, a televisão, o rádio e a internet. O **Acesso** é o modo eficiente para exercer o poder e, desse modo, controlar o grupo, aqui entendido como público alvo.

Diante disso, podemos afirmar que o controle não se limita ao conteúdo e à forma, mais se aplica, também, ao contexto. Os editores sabem o que publicar ou não, de acordo com a ideologia e com a linha editorial. Desvendar o que no jornalismo permanece oculto, isto é, quem fala, o que diz, como diz, e a partir de que posição ideológica, eis o papel do analista do discurso.

De acordo com Dijk (1993) a ideologia consiste na representação mental dos interesses de um grupo. Portanto, podemos afirmar que a ideologia imiscui-se ao social. No caso do discurso jornalístico, a ideologia sonda o modo de agir dos interlocutores como membros dominantes/dominados de grupos ou organizações institucionais.

1.3.8 Opiniões e Ideologias na Imprensa

Segundo a classe e a posição do jornal, os gêneros chárgicos publicados expressam opiniões, as quais podem variar consideravelmente enquanto respostas ideológicas. Desta feita, concluímos que as ideologias dos jornalistas influem de algum modo em suas opiniões, cujo conteúdo influencia as estruturas discursivas das charges.

Conforme Dijk “es necesario precisar com exactitud lo que aqui entendemos por “ideología”, cuál es la naturaleza de la noción de sentido común de una “opinión” y mediante qué estructuras discursivas estas pueden expresarse” (DIJK, 1996, p. 9).

Ainda de acordo com o autor (1996, p 9), “En un primer nivel de análisis, las opiniones y las ideologias implican creencias o representaciones mentales” (DIJK, 1996, p 9). As ideologias e as opiniões dos jornais geralmente não são pessoais, mais sociais, institucionais ou políticas. Tal fato confirma a pertinência de uma explicação em termos de estruturas sociais.

As ideologias são fenômenos sociais complexos, como ocorre com a linguagem e o conhecimento, ambos requerem análises conceituais independentes e descrição empírica a

vários níveis teóricos. As ideologias se assemelham ao conhecimento e à linguagem natural (sistemas de regras gramaticais e discursivas subjacentes ao uso da linguagem).

Esses sistemas explicados em termos de representações mentais; e, finalmente, em termos de estruturas neurobiológicas do cérebro requerem as crenças e, portanto também os sistemas ideológicos de crenças. Nessa perspectiva, pretendemos demonstrar como determinados elementos da estrutura social (os grupos, as instituições, o poder ou a desigualdade), semelhantes às práticas sociais cotidianas do discurso e outras formas de interação entre membros de grupos, vinculados às dimensões socialmente construídas da mente, compõem o discurso do gênero chárstico.

Extraímos nossos exemplos de charges publicadas na *Folha de São Paulo*, a qual pode considerar-se a expressão de uma variedade de opiniões e ideologias mais ou menos liberais e mais ou menos conservadoras, dependendo também das questões a tratar, enquanto que, ao mesmo tempo, exibem fragmentos de uma perspectiva ideológica global sobre os acontecimentos noticiáveis do Brasil e do mundo.

1.3.9 Os Modelos e o Discurso

As ideologias gerais dos grupos e as atitudes específicas de grupo que estas organizam expressam-se diretamente no discurso mediante a expressão de opiniões genéricas, tais como “as mulheres são menos competentes” na ideologia machista.

A maioria dos discursos de opinião, entendidos aqui como as charges, incluídos os que publicam a imprensa, são específicos e não apenas expressam opiniões de grupo, mais conhecimentos e opiniões pessoais sobre fatos, situações e pessoas. Tais opiniões específicas e pessoais se derivam de opiniões ou atitudes socialmente compartilhadas, ou seja, experiências e valores individuais, representadas nos chamados modelos mentais.

Essencialmente, os modelos representam as experiências cotidianas das pessoas, tais como a observação de ações, fatos e discursos ou sua participação nestes. Portanto, os modelos são a interface entre o social e o pessoal, entre o geral e o específico e entre as representações sociais e sua ativação no discurso e outras práticas sociais.

‘Modelamos’ os fatos que constituem vivências cotidianas, incluídos os atos comunicativos e os acontecimentos noticiáveis lidos nos periódicos. Em consequência, a recordação, a narração e a editoração implicam a ativação de antigos modelos. As intenções, planos, ameaças e anúncios implicam modelos que abarcam ações e fatos futuros. Em suma,

todas nossas práticas sociais estão controladas (pensadas, entendidas) em termos de modelos mentais.

O conjunto de modelos de um indivíduo é único, pessoal e limita-se pelo contexto, é naturalmente social, no sentido de que o conhecimento e as opiniões são instâncias pessoais do conhecimento sociocultural e refletem as opiniões do grupo. Logo, os modelos compreendem as representações sociais por uma parte, incluídas as ideologias, e por outra, as práticas sociais e os discursos, os quais podem ser entendidos como elementos que integram esferas ideológicas.

As ideologias organizam atitudes específicas dos grupos, estas atitudes podem intervir na formação de opiniões pessoais representadas em modelos e, essas opiniões pessoais podem expressar-se no discurso. Os modelos controlam essencialmente o conteúdo, a semântica do discurso.

Os modelos do contexto são cruciais para a produção e a compreensão do discurso, pois regulam, em grande medida, como se estabelece a comunicação, os aspectos fonológicos, sintáticos, léxicos e outras variações formais do texto e da fala.

Os modelos de contexto também podem apresentar opiniões, tais como crenças valorativas acerca de outros participantes na comunicação, dos papéis que desempenham, sua credibilidade, dentre outros aspectos. Assim, em geral, a leitura de editoriais implica a formação de opiniões sobre o dito, sobre o autor ou o periódico.

1.3.10 Coerência Local e a Coerência Global

A coerência compreende uma das condições semânticas da textualidade, a propriedade das orações (ou proposições) do texto e da fala que define por formar unidade, em lugar de constituir simplesmente uma sequência arbitrária de orações.

A coerência se define em relação a modelos, ou seja, é coerente se é possível construir para ela um modelo. A coerência se embasa em modelos e estes podem expressar opiniões, as quais podem ser ideológicas. Ressaltamos que as opiniões e ideologias também podem incidir na coerência.

Em suma, as relações intencionais refletem as relações conflitivas entre os grupos, as operações cognitivas de generalização e especificação, de comparação e contraste, cujo conteúdo refrata opiniões ideológicas.

Uma condição necessária da coerência discursiva constitui a coerência local entre proposições de texto e fala. Atua como outro princípio unificador: o de coerência geral ou global, definida por temas dos parágrafos, das grandes extensões de texto ou dos discursos inteiros. Tais temas podem descrever-se formalmente como macroestruturas semânticas, decorridas de microestruturas locais por meio de regras de mapeamento específicas. O processo do discurso real, estas regras adquirem a forma de eficientes (ainda falíveis) macroestratégias para a construção ou realização local dos temas, conforme Dijk y Kintsch, (1983).

No caso característico do gênero chárstico as proposições podem ser proposições-crença, também as macroposições podem representar opiniões. Desse modo, podemos afirmar que uma charge expressa tanto opiniões locais como globais e que tais opiniões refletem posições partidárias e ideologias.

A expressão ou sinalização de posições ideológicas pode afetar as distintas formas de discurso, as características estruturais que podem ressaltar como expressar informação ou opiniões sobre o produto noticiado e as estruturas do som na fala (a entonação, o acento, o volume, o tom, os aplausos, as risadas); as estruturas gráficas no texto impresso (títulos, colunas, colocação, tipo de letra, fotos, etc.); a organização geral (esquemática) do discurso (a argumentação); a eleição/seleção e as variações léxicas na descrição e a estrutura sintática de cláusulas e orações. Em suma, segundo Dijk acerca do desenvolvimento da Análise Crítica do Discurso:

[...] (a) investigar el contexto del discurso, (b), analizar qué grupos, qué relaciones de poder y qué conflictos están implicados, (c) buscar opiniones positivas y negativas acerca de Nosotros y de Ellos, (d) explicar detalladamente lo presupuesto y lo implicado, y (e) estudiar todas las estructuras formales que añaden o quitan énfasis a las opiniones de grupos polarizados (DIJK, 1996, p. 48).

Neste sentido, procederemos à análise do *corpus* em consonância com o arcabouço teórico da Análise Crítica do Discurso a fim de respondermos como as categorias Acesso, Ideologia, Poder e Modelos podem nos auxiliar na compreensão do discurso veiculado no gênero chárstico e, conseqüentemente, por meio destas categorias entendermos como o analista crítico do discurso interpreta os discursos e as práticas sociais, enfim, como interpreta a realidade e as contradições sociais. Logo, será realizada a análise dos conteúdos hegemônicos e ideológicos revelados na materialidade linguística do gênero chárstico.

Todavia, para aclararmos tais hipóteses é fundamental compreendermos o nosso objeto de estudo, isto é, o gênero chárstico. Assim, traçamos no próximo capítulo o percurso histórico da charge no Brasil e quais as implicações sociais deste discurso em circulação na mídia.

PARTE 2

A HISTÓRIA DA CHARGE NO BRASIL E SEU PAPEL NA TRANSMISSÃO DO DISCURSO

2.1 BREVE HISTÓRICO DA CHARGE NO BRASIL

No século XVI, com o surgimento da imprensa e o seu desenvolvimento a partir do século XVII, as charges passaram a apresentar formato mais parecido com o atual e a ocupar espaço nas páginas de jornais ilustrados e folhetins. Todavia, foi o desenvolvimento dos recursos de impressão mais ágeis e da imprensa ilustrada, em meados do século XIX, que possibilitaram a difusão deste tipo de ilustração, a qual vinha se popularizando durante todo o século XVIII.

Conforme Lago, “no Brasil, a oferta do conteúdo de entretenimento no jornal impresso diário, ao que parece, é feita desde que o primeiro jornal circulou no país, inicialmente o jornal Correio Braziliense, em meados do século XIX, no Rio de Janeiro” (LAGO, 1999, p. 89). Os traços desses desenhos, desde os primórdios, começaram se unir às críticas referidas aos problemas da sociedade na qual estavam inseridos. A importância da charge para a sociedade se desenvolveu entre folhetins e jornais, nos quais a crítica social e política fortaleceu o gênero.

De início, como afirma Grudzinski, os veículos de comunicação não reservaram espaço para a veiculação da charge. Mas, gradativamente, a arte do chargista conquistou páginas impressas e sites. Atualmente, “a maioria dos jornais impressos e online disponibilizam de dois a três chargistas para noticiar a informação, por meio dessa ilustração, para o leitor” (GRUDZINSKI, 2009, p.1). O autor observa que a charge tornou-se conteúdo da mídia desde o surgimento do primeiro jornal no país, no ano de 1808, portanto:

A charge tem grande importância nas páginas dos jornais, na internet e na televisão. Através do humor, da crítica e dos fatos ocorridos, o leitor cria um elo com essas ilustrações e, muitas vezes, opta pela leitura da charge que se torna de fácil entendimento e de rápida assimilação. Para que este desenho seja decifrado, o chargista, mesmo sem saber, utiliza-se de teorias da comunicação em sua construção, para que o leitor tenha entendimento rápido e adequado do que está implícito na charge. Fatores de relevância como proximidade dos fatos, interesse público, intensidade, entre outros, estão presentes na composição de seus traços (GRUDZINSKI, 2009, p. 1-2).

O modo irreverente de informar por meio da ilustração alcançou status no gosto popular e sua importância nos jornais impressos cresceu e foi inserida lentamente nos veículos de circulação diária, como assevera Romualdo: “Aos poucos, a ilustração foi ganhando lugar nos jornais, junto com a notícia escrita. Presos às práticas antigas de publicação, os proprietários dos jornais tinham certa resistência a publicar gravuras” (ROMUALDO, 2000, p. 10).

No período que antecede a utilização da fotografia algumas ilustrações eram publicadas por “jornais diários mais populares” (BARBOSA, 2007, p. 31). Desse modo, os textos verbais passaram a ser acompanhados de imagens. Essa prática tornou-se mais corriqueira com “o aperfeiçoamento das técnicas de reprodução e com a propensão do público a consumir jornais ilustrados” (ROMUALDO, 2000, p. 09). Assim, ocorre, a partir da modernização da imprensa, um aumento significativo no número de imagens utilizadas nos periódicos e, principalmente, nas revistas ilustradas.

O maior marco na utilização de imagens na imprensa brasileira consta do lançamento da revista *O Cruzeiro*, este veículo de comunicação inovou por “introduzir uma linha editorial de influência marcadamente norte-americana” e por promover “um aumento significativo no número de fotos” (MAUAD, 2006, p. 374-375).

Neste período da imprensa escrita, as charges começam a figurar e adentrar nos periódicos brasileiros, visto que ocorre a aquisição de recursos técnicos e, concomitante, o processo de estruturação dos periódicos. De acordo com Motta, (2006) este gênero foi importante para a inserção de imagens nos jornais e o consequente aperfeiçoamento da qualidade das reproduções.

Segundo Ferreira (2006), foram os europeus pioneiros na arte de chargear no país e os responsáveis pela definição dos moldes em que as charges são elaboradas. Ainda baseados nos estudos da autora podemos explicitar ser o alemão Henrique Fleuiss, em 1808, quem imprimiu relevância ao traço da charge, fato possível devido ao desenvolvimento da imprensa

no Brasil. O caricaturista alemão dedicava espaço para uma charge nos jornais e revistas por ele fundados e a produção desse gênero elaborada ora com imagem e texto, ora só com imagem, refletia acerca de alguma situação local. O desenho era muito comportado, a caricatura tímida e a charge se assemelhavam a um retrato fiel do fato ou de quem era comentado pela imagem.

O impresso periódico brasileiro teve seu impulso e diversificação a partir da utilização das ilustrações, visto que figurava na gênese da imprensa brasileira, nas primeiras décadas do século XIX, o escritor e pintor romântico Manoel de Araújo Porto-Alegre, cujos trabalhos não poupavam as figuras de destaque e poder, em suas publicações satíricas com críticas ao Imperador. É importante ressaltar que, de acordo com Ferreira (2006), a charge começa a marcar a crítica em contornos sócio-políticos e a desencadear um humor suave e discreto, em 1833, com Manuel de Araújo Porto Alegre, considerado o primeiro caricaturista de nacionalidade brasileira. Ressalta-se que o chargista apresenta muitos trabalhos avulsos ora aproveitados em jornais, ora em revistas de circulação nacional, especialmente no *Jornal do Comércio*.

A autora (2006) aponta que a cor preta e o traço da pena ou do cinzel é que delineavam o estilo da charge, em 1860, quando o português Rafael Bordalo ousa na forma e no conteúdo de suas produções impressas em jornais, e especialmente em revistas, como *O Malho* e *O Careta*, ao utilizar algumas cores em suas charges e um pincel mais fino e leve.

Outro precursor da charge em no país foi o italiano Ângelo Agostini. Este foi o precursor da valorização do ofício de chargista, prestando serviço à imprensa escrita do Brasil Colônia. Agostini, a partir de 1867, ganha status como chargista da monarquia, fato consolidado por meio de produções criativas e delineadas por forte caricatura. Ferreira (2006) ainda resalta que o italiano imprimiu o teor político encontrado nas charges atuais, visto que por intermédio de seus trabalhos, questões sociopolíticas eram retratadas com ironia e bom humor. Desse modo, em sua dissertação que data de (2006) relata que:

Durante 46 anos, de 1864 a 1910, Agostini, além da sátira e crítica política, desenvolveu uma perspicaz e minuciosa observação do tipo humano brasileiro, especialmente o carioca. Como outros artistas e propagandistas republicanos, criou um símbolo do homem nacional: um índio soberbo, ao estilo de *O Guarani* que sempre aparece nos seus desenhos, carregando os desmandos do Império: impostos, parlamento, políticos, ‘afilhadagem’ ou observando inconformado as trapalhadas do regime imperialista (FERREIRA, 2006, p. 35).

Ainda no que se refere ao histórico da charge no Brasil verifica-se que, com produções em circulação nas revistas e jornais de abrangência local e nacional surge, em 1898, J. Carlos. É importante citar que o trabalho do chargista é reconhecido em outros países, fato que propicia a publicação de produções brasileiras em âmbito internacional. No mesmo período, Leônidas influenciado pelo modo de chargear de J. Carlos alcança papel de destaque ao retratar a realidade no gênero chárstico, segundo Ferreira (2006).

A charge contemporânea é ousada no traço, nas cores, na crítica e no humor, de acordo com a autora, essas características decorrem das produções de Guevara, expoente da caricatura nacional decorrente de 1925 a 1930. O referido chargista utilizou mais cores, acentuou a caricatura e reduziu o texto em suas charges, o que ocasionou a evolução do gênero chárstico.

No que diz respeito ao gênero chárstico veiculado no período republicano, constata-se por meio dos estudos de Ferreira (2006) que a charge ironiza temas gerais acerca do contexto sócio-histórico ou situações cotidianas por intermédio de personagens fictícios:

Já no período republicano, como comprova o historiador Sodré (2001), os aspectos de produção melhoram, são criados personagens fictícios que até não eram feitos, como a República e o Zé do Povo, usados com o intuito de ironizar temas mais gerais em relação ao contexto sócio-histórico ou situações mais ligadas ao povo, a sua vida e ao desenvolvimento do país, mas sem uma crítica muito acentuada, levando a imagem e os temas com humor mais suave (FERREIRA, 2006, p.38).

Ainda sobre a relação intrínseca entre a charge e o texto, pautados nos estudos de Ferreira (2006), é possível observar que, no período monárquico, em um trabalho basicamente fotográfico, o gênero chárstico era comportado e dividia espaço com texto, às vezes, extenso a fim de retratar fatos e pessoas da localidade. Teixeira (2001) assevera acerca da ruptura dos traços da charge com o texto, bem como suas implicações no sentido do gênero:

No Brasil, na charge, a superação da palavra e do texto que, até então, eram parte intrínseca de sua linguagem, permite que ela busque a manifestação de um sentido que, antes, se situava fora das possibilidades internas de seu traço. É o domínio dessa linguagem puramente visual – cada vez mais sofisticada – que permite a transgressão progressiva das regras normativas comuns às construções verbais. Quando finalmente a ruptura ocorre – texto e traço como linguagens distintas – a charge não está mais sujeita à racionalidade das palavras, nem aprisionada por ela. Seu sentido está agora dentro de seu próprio traço, e este, inteiramente fora dos ‘condicionamentos’ da razão (TEIXEIRA, 2001, p.41).

As transformações ocorridas no século XX, mais precisamente na década de 30, promoveram uma ascensão cultural no Brasil, visto que neste período tem-se a era do rádio, a chegada da televisão e os empreendimentos revolucionários desenvolvidos pela indústria cultural e a cultura de massa. Neste contexto em ebulição, a charge acompanha as mudanças, adquire status e obrigatoriedade nos periódicos, bem como começa a galgar espaço na mídia televisiva por meio de sua utilização em propagandas de produtos e rótulos da área da saúde. De acordo com Sodré estas mudanças estão assim presentes no traço da charge:

No desenvolvimento e amadurecimento da charge, o humor ligeiro, a piada e, sobretudo, a sistemática criação de personagens inverossímeis – o coronel do interior, a empregada assanhada, o almofadinho enfadonho, o janota engomado, o dandy afetado, a melindrosa dengosa, o moleque enrolado, o Juquinha e o Zequinha, a madame obtusa, o português de bigodes, o burguês de cartola – são, na verdade, exercícios narrativos de concisão e síntese verbal, dentro de um discurso gráfico que se articula num só quadro (SODRÉ, 2001, p.25).

Neste âmbito, Sodré discorre sobre o processo de evolução da charge, o qual refrata o desenvolvimento da sociedade como propulsor de um gênero chárstico cujo traço por si consegue expressar o conteúdo discursivo almejado. De acordo com o autor, no século XX percebe-se uma autonomia no traço, visto que este não está condicionado ao texto (legenda) para explicitar o conteúdo da charge e tal fato é reflexo do desenvolvimento tecnológico da sociedade brasileira. Aparece um traço tipicamente brasileiro que exprime as peculiaridades do país.

Assim, gradativamente, o leitor brasileiro compreende o sentido que esse tipo de discurso contemporâneo suscita. Na apreensão dos fatos da realidade o chargista transporta essas experiências conhecidas socialmente a um personagem e este, por sua vez, terá proximidade com leitor, àquele que fará a identificação de sua realidade e do fato retratado por intermédio do que leu.

Sodré teoriza que “a charge parte do mundo real para atingir o fictício e, nesse trajeto, o sujeito se transforma em personagem, mostra como a charge é tanto um instrumento de reflexão como fonte de pesquisa” (SODRÉ, 2001, p.26). Desse modo, pode-se dizer que por meio do texto escrito e do desenho, muitos autores, há quase dois séculos, tecem críticas a classes sociais, pessoas e a fatos políticos que marcaram e ainda marcam a história brasileira.

2.2 O PAPEL DA CHARGE NO JORNAL

Nos últimos anos, os jornais têm voltado a atenção às colunas de opinião, bem como passado por uma crescente objetivação do noticiário e almejado a imparcialidade das pautas. Logo, inserida no processo de globalização e modernização, a mídia tem investido em novos recursos tecnológicos, os quais imprimem um caráter diferencial em cada veículo. Assim, as páginas diárias para alcançarem público leitor devem conter adornos que instiguem a busca da informação (reflexão) e do entretenimento. De acordo com Maringoni, acerca da função do jornal:

Com o desenvolvimento acelerado da cobertura televisiva, o jornal perdeu sua função de trazer ao leitor as 'últimas notícias'. A CNN cobre em velocidade instantânea a mais obscura guerrilha no ponto mais distante do planeta. O papel reflexivo do jornal, de contar o que está por trás do fato, quais suas causas e porquês, acaba tendo muito mais importância do que suas características informativas. Informar acaba sendo uma mera obrigação (MARINGONI, 1996, p.85).

A compreensão do fato narrado é induzida pelo modo como um redator ou editor escreve a matéria, visto que este elabora seu discurso pautado em que aspecto do fato deve realçar, que informação reforçar no título e em que lugar da página inserir a matéria, uma vez que a informação não é neutra.

Maringoni discorre que a charge consiste em um "penduricalho" utilizado pelo jornal para apresentar um acontecimento relevante no cenário público "a charge é parte desses "penduricalhos" que o jornal apresenta como material de opinião. Não é à toa que ela sempre está colocada na página de editoriais, a página nobre. A charge acaba sendo uma espécie de 'editorial gráfico'" (MARINGONI, 1996, p.86).

Em cotejo com os estudos de Van Dijk sobre a mídia e sobre a ACD é possível afirmar que ambos os autores concebem a charge como um modo de acesso dos leitores ao conteúdo discursivo que refrata a ideologia de um grupo, bem como as formas de dominação atreladas ao poder de um grupo sobre os outros. Neste sentido, a mídia desvela ou corrobora com modelos ideológicos a serviço da classe dominante ou atua como instrumento de denúncia contra o abuso de poder de um grupo sobre o outro.

Ressalta-se que tanto no caso da confirmação da ideologia vigente ou da denúncia social, a mídia elabora modelos de discurso cujo conteúdo promove o acesso à informação nele elencada, embora, às vezes, distorcida. O acesso do leitor à informação via charge ocorre

por intermédio do discurso verbal e não-verbal, dos traços e cores que expressam o discurso (a notícia).

Ainda, conforme nos aponta Dijk, sabe-se que o jornalismo constitui um cenário de conflitos e a charge por compreender parte deste cenário atua diretamente neste processo, visto que atua na defesa de interesses de diferentes grupos sociais e, respectivamente, instituições. Desse modo, a apreensão do contexto é fundamental para que se compreenda como ocorre o Controle Social e o exercício de Domínio de um grupo sobre o outro. Os recursos utilizados na mídia auxiliam os leitores nesta “interpretação da realidade”, embora se saiba que os chargistas sempre se colocam como antipartidários, negando que a charge tenha um caráter meramente denunciativo.

No que tange à função da imagem no jornalismo Grudzinski (2009), afirma que esta é fundamental no dias atuais, pois auxilia na compreensão e interpretação dos fatos, seja por intermédio de fotos, ilustrações, charges e outros recursos gráficos. Desse modo, é possível dizer que a charge atua como discurso autônomo, embora apresente um caráter intertextual e consista em uma maneira atraente de informar ao leitor.

No jornalismo, a função da imagem (seja através de fotos, ilustrações, charges e todos os recursos gráficos), é explicar melhor a notícia, ajudando o leitor a compreender e a interpretar o sentido dos fatos. Dessa forma, a charge torna-se uma crítica humorística de um fato ou acontecimento específico, funcionando como uma reprodução gráfica de uma notícia que se expõe de maneira atraente para o leitor. Afinal, a imagem é de rápida leitura, transmitindo múltiplas informações de uma só vez (GRUDZINSKI, 2009, p.3).

Todavia, para o entendimento da multiplicidade de elementos contidos nessas ilustrações, o leitor do discurso contido na charge deve ter conhecimento acerca do tema abordado para que possa compreender e captar seu teor crítico, opinativo e irreverente. A charge, ao longo de sua existência, como se argumentou no item anterior, mantém uma participação intensiva na imprensa, tanto com temáticas corriqueiras, quanto com questões sociais, políticas e filosóficas. O objetivo deste gênero é opinar e, pela materialidade de suas manifestações, chamar a atenção e enredar o leitor para a aceitação do discurso pretendido.

As charges, caricaturas e ilustrações, editoriais são um meio visual e muito eloqüente de expressar opiniões, geralmente pela forma de humor. O uso da imagem como instrumento de opinião atende, muitas vezes ao imperativo de influenciar um público maior que aquele dedicado à leitura atenta dos

gêneros opinativos convencionais: editorial, artigo, crônica etc (MELO, 1985 *apud* GRUDZINSKI,2009, p.3).

O ilustrador elabora a charge e atribui vida ao discurso por meio da imagem. Assim, o gênero chárstico passa a fazer parte da página como uma espécie de “editorial gráfico”. Nas páginas do jornalismo impresso, em que os editoriais apresentam discursos com conteúdos que expressam a opinião da empresa, da direção ou da equipe de redação.

A imagem é um instrumento eficaz de convencimento. Desse modo, a charge cumpre um papel social ainda mais relevante que outros gêneros opinativos veiculados cotidianamente na imprensa, devido à assimilação que suscita ao leitor para que este perceba a opinião expressa.

Melo citado em Grudzinski sugere que dos quatro tipos de caricaturas (caricatura, charge, cartoon, comic), apenas a caricatura e a charge fazem parte do “universo jornalístico” por apresentarem o real, a tradução do “ritmo de vida da sociedade, que flagram as expressões hilariantes do cotidiano” (MELO, 1985 *apud* GRUDZINSKI,2009, p.3).

O gênero chárstico tem circulação em jornais, em revistas, na televisão e, ainda, na internet por se tratar de recurso de grande significação na comunicação, por intermédio do qual o discurso é apropriado pelos leitores. Contudo, na internet os chargistas elaboram seus desenhos e dispõem de recursos (arquivos) para armazená-los e os leitores/internautas podem acessar esse material. Ressalte-se que a charge se popularizou em jornais e periódicos a fim de estimular o consumo destes impressos e conquistou espaço como material de opinião.

2.3 A CHARGE COMO DISCURSO/GÊNERO NOTICIOSO

O consumo de notícias veiculadas pelos meios de comunicação se tornou relevante e ato repetido diariamente pela população, a qual por meio da leitura do jornal reconstitui contato com a realidade. Destaque-se a importância da charge por esclarecer, ilustrar opiniões, induzir ações e entreter. Observa-se que o processo de elaboração da charge é análogo aos critérios de noticiabilidade, os quais se assemelham aos de produção da notícia.

A produção jornalística seleciona, ordena e estabelece as notícias a partir de um elevado número de eventos, programados ou não, e sugestões de pautas que chegam aos

veículos de comunicação, desta “rotina” partem os estudos acerca da noticiabilidade. Os critérios do que é notícia exercem forte destaque nos processos acerca de instituições ligadas a organizações e ao relacionamento do jornalista com suas fontes de informação, ambos condicionados à definição do que é noticiável.

Segundo Lage (2001), ao elaborar um discurso é necessário selecionar os dados e ordená-los, o que envolve considerar o grau de importância ou interesse do leitor. De acordo com o autor “a técnica de produção industrial de notícias estabeleceu critérios de avaliação formal, considerando constatações empíricas, pressupostos ideológicos e fragmentos de conhecimento científico” (LAGE, 2001, p.92).

No campo das avaliações empíricas, pautados na acepção teórica de Grudzinski alguns itens são relevantes e devem ser considerados:

A proximidade – O raciocínio é de que o homem se interessa principalmente pelo que lhe está próximo; a atualidade – O homem se interessa principalmente pelos fatos mais próximos no tempo; a identificação social – Admite-se que a identificação social processa-se de baixo para cima da pirâmide que costuma representar sociedades divididas em classes. O que determinará a identificação não é uma situação real na escala da sociedade, porém projeções ideais desta situação, sim; a intensidade – Considera-se que, admitindo dois eventos equivalentes, é mais notável o que tem maior intensidade aferida em números. Às vezes, é na coincidência que reside o ponto focal de interesse como, por exemplo: a morte de cem crianças no incêndio de um circo é mais espetacular que a morte de outras cem crianças, por fome, nas comunidades pobres. O ineditismo – A raridade de um acontecimento é fator essencial para o interesse que desperta. A probabilidade em jornalismo diz respeito ao conhecimento que presumivelmente o público tem dele. Assim, a chegada do homem à lua pode ter. A identificação humana – Tal especificidade é atingida quando um grande atleta ou uma cantora notável passa a despertar interesse mesmo entre os que não apreciam esporte ou canto (GRUDZINSKI, 2009, p. 5).

Ressalta-se que os chargistas e, no caso específico, Angeli deve ter o conhecimento da existência de tais critérios, visto que, mesmo inconsciente ou consciente utiliza-os ao elaborar as charges. Segundo Mouilland “diz-se que para ser notícia, um fato deve ter atualidade, proximidade, proeminência (da pessoa envolvida), impacto e significância” (MOUILLAND, 2002, p. 305).

No que tange à notícia, no processo de produção do gênero, o jornalista utilizará procedimentos de seleção e combinação, mediante unidades que, articuladas, se transformarão em discursos. E sobre a função do chargista e a importância da atualização da notícia no desenvolvimento de seu trabalho, Grudzinski explica:

Assim como o jornalista, o chargista da imprensa diária não pode ser simplesmente um artista que se permita viver isolado sem manter contato com a realidade diária. Precisa estar constantemente informado e atualizado sobre os principais acontecimentos do dia em seu país e no mundo. O acompanhamento dos fatos e de sua evolução é tão importante para ele como o é para qualquer repórter ou comentarista. Além disso, o chargista deve conhecer todos os lados de um acontecimento para que se posicione a respeito do assunto de forma crítica e consciente, da mesma forma que o jornalista (GRUDZINSKI, 2009, p.5-6).

No espaço da redação circulam uma diversidade de notícias e essa infinidade de fatos conduz o jornalista a fazer um recorte das informações a serem publicadas diariamente. Portanto, a seleção das matérias está intimamente relacionada ao grau de relevância e identificação do fato abordado com o público. Logo, o consumo da notícia depende dos critérios de noticiabilidade, os quais visam despertar o interesse do leitor, ao comprar um jornal pelas matérias principais estampadas em suas páginas.

O trabalho desenvolvido na elaboração do gênero chárstico requer que o chargista atente também para os critérios de noticiabilidade, visto que estes auxiliarão o leitor na interpretação, bem como na identificação social com o discurso produzido na charge. Diante do exposto, no que se refere aos critérios de noticiabilidade, o fator proximidade é relevante, uma vez que os leitores querem ver nas charges o que está próximo à experiência vivida. E sobre a identificação social e a identificação humana, podemos dizer que o leitor associa o conteúdo abordado nos temas chársticos com seu cotidiano, de acordo com Grudzinski:

Para que o leitor de uma charge se interesse por sua mensagem, alguns critérios de noticiabilidade – proximidade, identificação social, intensidade, ineditismo, identificação humana, entre outros – são usados na produção da informação e da charge, para que o leitor se identifique e interprete o seu conjunto. Se na notícia o fator proximidade é de relevância para o leitor, na charge este também terá importância, pois os leitores querem ver nas charges o que está próximo à sua realidade. Além da identificação social e identificação humana, que o leitor acaba associando com seu cotidiano e que são abordados nos temas dessas ilustrações (GRUDZINSKI, 2009, p. 7).

Pautados na concepção teórica de Sousa (2002), constata-se que as charges se equiparam na mesma linha de compreensão e construção da notícia, pois a partir delas é possível entender o acontecimento ocorrido no mundo.

Nesta acepção, Traquina ressalta que “enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento” (TRAQUINA, 2004, p. 203). E ainda, segundo o autor, entende-se que o jornalismo é a construção social de uma suposta realidade, que está em

constante processo de transformação. A imprensa não vai reproduzir a realidade, mas auxiliar na construção/reconstrução da realidade.

Ao se retomar o conteúdo elencado anteriormente, observa-se que o procedimento de elaboração da charge segue os mesmos padrões orientados para a elaboração das notícias como: apuração dos fatos, ineditismo, atualidade, identificação social, entre outros.

No caso do gênero chárigo, cabe observar a relação do chargista com a personagem (quem está desenhado) e, principalmente, com o leitor, pois é este que, a partir das apropriações da leitura, aprovará ou não a charge, devido ao que está inserido em seu conteúdo. A charge é elaborada a partir de um resumo dos acontecimentos filtrados pelo olhar de seus criadores e a utilização de recursos visuais e linguísticos. Na charge o conhecimento não pode ser apenas transmitido ou repassado, ele tem que ser recriado por meio da utilização de critérios e artifícios da subjetividade do chargista.

Os impactos dos fatos relatados na charge, a importância dos acontecimentos, a repercussão e as consequências consistem em fatores que permitem analisar o grau de possibilidade de um acontecimento se transformar em notícia. A charge indica transitoriedade, pois mantém sua força e ação num espaço breve de tempo, em que os acontecimentos a que se refere permanecem na memória individual e social imediata.

De acordo com Romualdo (2000), no que tange à facilidade de leitura do gênero visual (gênero chárigo), os leitores muitas vezes optam pela leitura rápida que esta proporciona.

“O leitor pode, inclusive, deixar de ler outros gêneros opinativos convencionais, optando pela leitura da charge que, por ser um texto imagético e humorístico, atrai mais a sua atenção e lhe transmite mais rapidamente um posicionamento crítico sobre personagens e fatos políticos (ROMUALDO, 2000, p. 15).

Logo, segundo Grudzinski a charge como artigo noticioso não está fixa a um discurso individual e unilateral. “Esse gênero discursivo se torna um poderoso veículo de posições afirmativas, capazes de gerar reflexão acerca de um acontecimento, situação ou personagem” (GRUDZINSKI, 2009, p. 80).

2.4 UM RETRATO DO CONTEXTO SOCIAL POR INTERMÉDIO DO GÊNERO CHÁRGICO

A charge tem sua credibilidade pautada na qualidade do traço, do desenho, bem como na construção de cenas cômicas e, geralmente, tal gênero está articulado aos debates promovidos pelo jornal. A charge está estreitamente relacionada com todo o corpo de discussões do periódico. Dessa forma, se atentarmos para as conjunturas deste gênero no espaço do jornal percebemos a intertextualidade entre as charges e os outros gêneros/tipologias veiculados neste espaço discursivo.

Minoris (2003) assevera a banalização do riso no final do século XX por meio da midiaticização, que acaba por justificar interesses econômicos e políticos para em elemento de euforia e consumo, transformar a diversão. Esse fato evidencia a caracterização do riso na contemporaneidade. Nos dias atuais vislumbramos o avanço de tecnologias de comunicação que produzem novos eventos, além da desapropriação do riso espontâneo que cede espaço para a euforia do consumo.

O discurso da charge é cômico, agressivo, debochado, satírico e sarcástico. Mediante as ameaças da cultura, em cada período histórico, o riso foi uma reação instintiva de autodefesa do corpo social. É possível perceber que a mídia exerce certo domínio do riso, de acordo com o que foi proposto por Minoris (2003), o que significa a dispersão de um discurso acerca das dinâmicas de saber e poder inscritos na modernidade e, não somente, a proliferação de mais risos.

Neste sentido, as charges retomam antigas formas de representação sobre acontecimentos ou sujeitos, muitas vezes, enunciados em outros espaços do jornal. De acordo com Romualdo:

[...] as charges exploram um artifício ainda mais formador/transformador das representações sociais, a comicidade, passível de assimilação por todos os níveis de conhecimento, capaz de se objetivar por meio de um conhecimento generalizado dos personagens caricaturados e de temas atuais, ao pautar sua credibilidade na qualidade, no desenho e, principalmente, na construção intertextual (ROMUALDO, 2000, p.87).

A complexidade que caracteriza a atuação social do jornal é evidenciada na construção discursiva da charge, gênero constituído de múltiplos elementos que se expressam por inúmeros signos, formadores e transformadores do entendimento dos objetos e fatos, por um mesmo leitor.

Conforme Romualdo, “o gênero chárigo apresenta características intertextuais e polifônicas. A intertextualidade na charge evidencia-se nas relações estabelecidas entre textos verbais, visuais, verbais e visuais (os chamados textos sincréticos, isto é, que englobam elementos imagéticos e verbais)” (ROMUALDO, 2000, p. 87). O gênero chárigo refrata os principais fatos, geralmente relacionados à política. Desse modo, o leitor encontrará na primeira página do jornal (caso seja charge jornalística), alguns textos (discursos) com os quais o conteúdo da charge estabelece intertextualidade. Segundo o autor:

[...] por apresentar a primeira página do jornal um discurso impessoal, cujo objetivo é atrair público com perfis diversos: É natural, portanto, que a maioria das charges se relacione intertextualmente com textos da primeira página. O leitor, ao ler o texto chárigo, geralmente já correu os olhos pela primeira página do jornal e sabe em relação a que colocar a opinião e críticas passadas pela charge (ROMUALDO, 2000, p.88).

O autor ainda afirma que o discurso chárigo pode estabelecer intertextualidade com as páginas denominadas “Opinião”, que apresentam os editoriais, artigos assinados, bem como páginas que abordam “Tendências/Debates”, o “Painel do Leitor” e, ainda, a própria charge. Concernente à intertextualidade da charge com a charge. Romualdo assevera que:

Quando um assunto importante é focado por alguns dias, a tendência é de que haja não só um acompanhamento desse assunto nas notícias, mas também nas charges. Nesses casos, as charges dos dias anteriores – para os leitores habituais – funcionarão como intertexto da charge do dia, pois, embora aquelas sejam mediadas pelos outros textos do jornal, também contribuirão para a formação do contexto necessário à interpretação desta (ROMUALDO, 2000, p.90).

Ao analisarmos o gênero chárigo, alguns fatores devem ser considerados: as relações estabelecidas via charge e signo linguístico, o contexto de produção da charge, visando descortinar o signo ideológico que a caracteriza e o discurso intertextual que compõe o estilo do gênero, bem como do autor.

Ao discutir o gênero chárigo, entende-se ser de suma relevância estabelecer uma distinção entre a charge e a caricatura, embora saibamos ser tênue os limites que permeiam tal

recurso visual. O gênero chárstico é constituído em seus traços pelo recurso estético denominado caricatura, termo de origem italiana que significa sobrecarregar, exagerar, satirizar e carregar nos traços. Nas palavras de Loredano entende-se que:

Charge e caricatura são a mesma palavra: carga; mas quando numa redação brasileira se diz charge, em geral se está pensando na sátira gráfica a uma situação política, cultural, etc. estritamente atual; caricatura é geralmente sinônimo de *'portraitcharge'* (LOREDANO, 1985, p. 9-12).

Na acepção de Romualdo, pode-se explicar a caricatura como desenho que “exagera proposadamente as características marcantes de um indivíduo” (ROMUALDO, 2000, p. 21).

A charge é um gênero opinativo atrelado a fatos e acontecimentos políticos, isto é, “texto visual”, o qual remete a presidentes, ministros e a outras personalidades do mundo político nacional e também internacional. As charges são elaboradas para atuarem na esfera política, visto que o universo da política não “escapa ao patético e ao cômico registrado pelas narrativas visuais e textuais” (FLORES, 2001, p.134).

Desse modo, o chargista relata e comenta temas políticos ao lançar mão de apurados traços gráficos e refinado senso de humor. Conforme Silva, a função da charge concerne em elaborar “um comentário crítico” acerca de fatos e acontecimentos específicos (SILVA, 1990, p.15).

O chargista, como todos os sujeitos, está inscrito na cadeia discursiva e, como tal, filia-se aos grupos, projetos e/ou partidos políticos, assim, sua obra transforma-se em instrumento político por intermédio do qual expressa suas ideias e demonstra sua filiação ideológica. Logo, a produção do chargista revela a perspectiva política e ideológica do jornal em que seu trabalho é publicado, visto que, na maioria das vezes, a charge está em consonância com a posição editorial dos periódicos em que são veiculadas.

Assim, o gênero chárstico exige do leitor conhecimento prévio para que ocorra entendimento do discurso produzido, pois as charges são representações do real. De certo modo, a própria relação entre a charge e os textos jornalísticos auxilia essa compreensão, contudo, sabemos que o conjunto do material denuncia a vinculação ou filiação ideológica.

Entende-se a charge como gênero discursivo permeado por múltiplas vozes, que se complementam, se inter cruzam com o intuito de assegurar a significação ao outro. O gênero chárstico apresenta ao leitor um descortinar do contexto socio-histórico, político e econômico, visto que os signos imagéticos e verbais refratam a realidade e materializam o discurso.

A charge remonta, relê, desestrutura, rompe e transcende um elemento original, cria assim outro discurso permeado de outras significações e formatos. O gênero chárstico centra no seu caráter intertextual, isto é, o diálogo com outro texto e, a partir disso, a produção de outro discurso. Todo gênero discursivo é elaborado a partir de outro discurso, fato ou elemento que o justifique.

Assim, ocorre com a charge; “ela não causa seus efeitos se não for produzida a partir de um contexto, de um fato referencial, de uma realidade local que a justifique” (FERREIRA, 2006, p.44). A charge é uma forma de apropriação que endossa o modelo retomado e faz homenagem ao texto original, às vezes, rompe com ele, sutil ou abertamente para, posteriormente, retomá-lo ou ao seu autor.

O gênero chárstico tem ideologia própria. Logo, a produção da charge está sujeita a ideologias como qualquer outra produção ou atitude dentro de um contexto social e cultural, independente de onde circule. Ao se estudar a charge é importante analisá-las a partir do enfoque da intertextualidade das diferenças, as quais atuam como efeito de deslocamento, cuja função é contestar a realidade posta.

A charge é uma disputa de sentidos, embates de interpretação, cujo sentido construído pelo leitor está embasado em ideologia vigente, que pode ser mascarada ou mostrar-se de forma explícita nas ironias e críticas produzidas no discurso do gênero chárstico. É possível afirmar que a charge vive da notícia consumida. Ela se apropria de um discurso em circulação na mídia.

Os horizontes para as diversas produções alargaram-se com o advento da indústria cultural e da cultura massificada. Essa informação pode ser constatada ao se observar os traços das charges, os quais ilustram o aspecto de modernidade, mediante a leitura crítica dos acontecimentos políticos e sociais que assolam o país. A relevância que a imagem ocupa na sociedade resulta da revolução dos meios de comunicação de massa, bem como do caminho histórico percorrido pela charge.

2.5 UM CÓDIGO EM COMUM COM O LEITOR

É importante ressaltar que sem perder suas características artísticas e de opinião, o chargista deve saber qual a orientação editorial que perpassa o jornal em que veicula as

charges por ele produzidas, visto que o resultado é melhor quando o desenhista pode escolher o assunto a ser tratado, bem como tem entrosamento com o editor acerca de como abordar os assuntos ou fatos. No jornalismo, ousadia é fundamental, no entanto, é importante estar informado sobre o assunto a ser publicado e ter opinião sobre ele ao elaborar a charge. Segundo Maringoni, algumas charges podem ser comparadas metaforicamente à feijoada:

Como expressão gráfica do arreglo e da característica típica da vida política brasileira de se evitar o conflito, surgiu, com o fim da ditadura, um tipo de charge semelhante à feijoada: tem traços de charge, tem personagens de charge, está editada no lugar da charge, mas não é charge; é ilustração (MARINGONI, 1996, p.87).

Nesta perspectiva Maringoni observa satiricamente que charges sobre elementos do mundo político devem ser feitas “pisando-se em ovos. De preferência nos deles”. Contudo, o autor ainda indica a relevância da cumplicidade entre o chargista e o leitor:

Para se fazer humor é preciso haver cumplicidade com o público. Ninguém ri da piada que você conta, se não existe um código prévio entre você e seus ouvintes. Muitas vezes, este código está baseado no mais repugnante dos preconceitos, mas ele - o vínculo - deve existir (MARINGONI, 1996, p. 88).

As opiniões universais e locais e também preconceitos da sociedade sobre portugueses, judeus, negros, homossexuais, japoneses, loiras e diversos outros grupos é que asseguram o sucesso das piadas que atribuem a estes o papel de personagens. Logo, há um código acerca dessas nacionalidades ou tipos que remete a certos entendimentos. Maringoni ressalta que “ninguém conta piadas sobre o japonês pão-duro ou alemão burro” (MARINGONI, 1996, p. 88).

A existência deste código cultural e emocional, com características universais e também particularidades locais, permite que se associem acontecimentos e que estes fatos estejam relacionados a um componente humorístico forte. Nesta perspectiva, Maringoni sugere:

Em qualquer lugar do mundo pode-se rir num filme de Chaplin quando Carlitos escorrega numa casca de banana. Mas nem todo mundo vai achar graça no Amigo da Onça, que retratava um tipo bem brasileiro. Uma piada de português só tem efeito no Brasil. Se você a contar na França, não será compreendido e em Portugal, linchado. No entanto, a mesma piada pode ser contada na Catalunha, por exemplo, se o personagem for um habitante de

cidade de Fete. A fama do pão-duro no Brasil é debitada ao judeu; na Inglaterra, ao escocês (MARINGONI, 1996, p.89).

É importante retomar o exemplo de Carlitos, a cena é universal e atemporal, uma vez que a graça continua. Desta feita, pode-se concluir que o conteúdo constitui outra característica relevante neste código entre o chargista e o público para que ocorra a compreensão da charge.

Contudo, ao se substituir a personagem pela figura do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, a piada fica datada. Ela só tem efeito porque se conhece a relevância que Lula tem na sociedade brasileira atual. Daqui a algum tempo, a piada perderá totalmente o sentido. A charge é perene por ser datada, no entanto, ela pode ser considerada registro de uma época. Todavia, nestes casos datados, dificilmente a graça permanece. Maringoni expõe sobre o caráter perene da charge que:

Alguns cartunistas conseguem com seu trabalho captar mais o espírito de uma época do que se limitar ao registro do fato do dia. Neste caso, não temos mais a charge política, mas a crítica de costumes e ela adquire uma característica mais duradoura. Exemplos típicos são o já citado Amigo da Onça, de Péricles, o Fradim, do Henfil, a Rê Bordosa, do Angeli (MARINGONI, 1996, p.90).

Neste sentido, pode-se afirmar que os personagens caricaturados na charge, sejam personalidades ou políticos, podem manifestar indignação frente ao conteúdo e à crítica que o gênero produz, por mais que a charge provoque o riso no leitor (talvez seja esse o principal motivo da indignação), visto que, geralmente, as questões chargeadas envolvem aspectos sociais, políticos, econômicos e comportamentais e estes são salientados na charge com o intuito de causar a comicidade.

A charge sentencia e mostra os fatos pelo ângulo da indignação e da ironia. Desse modo, pode-se dizer que elas dependem do contexto em que ocorrem e referem-se ao momento político do país e às personalidades da atualidade. Assim, somente aqueles que estão bem informados é que conseguem interpretá-las.

De acordo com Nery, no que diz respeito ao gênero chárstico:

[...] a charge é crítica porque discute e opina sobre acontecimentos noticiosos, ao utilizar para tal outra linguagem, a do desenho. E, por intermédio desta linguagem, consegue resumir e criticar o que há de conteúdo relevante em um fato (fato que é de importância naquela edição);

de forma que o leitor compreenda do que se trata e fique informado sobre algo importante que se passa no mundo ou no país naquele dia. Por último, é irônica porque interpreta ao utilizar como recurso a sátira, expõe o fato pelo ângulo do ridículo (NERY, 1998, p. 39).

Segundo Melo, a charge é uma “crítica humorística de um fato ou acontecimento específico. Reprodução gráfica de uma notícia já conhecida do público, segundo a ótica do desenhista” (MELO, 2003, p. 167). Assim, a exemplo dos editoriais e comentários, é opinativa. Para Wisnik citado por Novaes “a charge é uma expressão opinativa na imprensa e, enquanto tal posiciona-se criticamente” (WISNIK *apud* NOVAES, 1992, p. 339). Logo, ela não é uma reprodução neutra dos acontecimentos, visto que representa convicções e posições do profissional dos traços.

Conforme Nery “[...] a charge insere-se então a favor dos grupos ou partidos que editam o jornal e contra seus adversários” (NERY, 1998, p. 41). Melo estabelece o contraponto à opinião de Nery, para ele, “geralmente nossos chargistas gozam de independência para produzir seus desenhos caricatos” (MELO, 2003, p. 168-169). Assim, não necessariamente refletem a opinião (e o partido) do jornal nas suas produções. Nery sugere ser a charge uma “forma de comunicação que só pode desenvolver-se em espaços democráticos, pois enfoca diretamente as personalidades públicas do campo político em especial os representantes ou aspirantes ao Executivo” (NERY, 1998, p. 187). Deste modo pode-se dizer que:

A exarcebação no traço e nas ações que compõem perfil político e psicológico de suas ‘vítimas’, permite a charge expor as peças da personalidade, objetivos, desvios de informação que o enfocado queira manter em segredo. Nas ditaduras, comumente elimina-se a charge e o incômodo que ela pode causar aos ditadores [...] Em sociedades democráticas, a charge é um importante instrumento de expressão da heterogeneidade cultural e de pensamentos, pois ridiculariza o comportamento político dos ‘donos do poder’ e compõe novas cenas no espetáculo político (NERY, 1998, p. 187).

Segundo Nery os traços físicos ou ideológicos dos personagens apresentados são propositalmente exagerados e/ou agravados, tanto que aparentam anomalias ou dogmatismo (no caso de traços ideológicos). Um exemplo é o nariz aumentado ao extremo. Outro é a cabeça enorme. Desse modo, podemos dizer que o chargista capta um pormenor do

personagem chargeado e torna-o evidente por meio da ampliação de suas dimensões, muitas vezes, causa a deformação por exacerbação, recurso utilizado em caricaturas e charges.

A metamorfose consiste em outro recurso usado na transformação dos personagens em animais, restam apenas alguns traços humanos que os identifica. Pode-se citar como exemplos: políticos retratados como sapo barbudo ou como tucano. Propp esclarece a metamorfose, “para as comparações humorísticas e satíricas são úteis os animais a que se atribuem certas qualidades negativas que lembram qualidades análogas do ser humano” (PROPP apud NERY, 1998, p. 24-25). É comum nas artes e no cotidiano associar traços físicos e morais de uma pessoa a animais. De acordo com Nery sobre os recursos utilizados:

[...] charges e caricaturas que utilizam apenas exacerbação de traços tendem a transmitir imagem positiva do enfocado. Aquelas que usam além da exacerbação, metamorfose e levam analogias, assimilação e outras referentes, tendem a transmitir imagens negativas (NERY, 1998, p. 9).

É fato que políticos (em exceção aos ditadores) gostam de ser enfocados nas charges, pois este gênero opinativo lhes resulta em maior popularidade. Segundo Almeida “[...] a imagem dos candidatos é uma questão fundamental em disputa durante a eleição, mas não se constrói a partir do nada, e sim a partir do ideário dos eleitores e da origem preexistente dos candidatos” (ALMEIDA apud NERY, 1998, p. 169). A charge, sem dúvida, contribui para a construção da imagem dos políticos.

Ainda Nery faz alusão a essa afirmativa: “não é incompreensível, portanto, a ânsia com que muitos políticos iniciantes da vida pública desejam ver-se caricaturados justamente para obterem mais rápida popularização” (NERY, 1998, p. 5). Ao tornar-se conhecida, a pessoa começa a ser alvo de charges e caricaturas, as quais a farão mais conhecida. Imagens específicas, veiculadas em charges e caricaturas, contribuem para a associação do enfocado a determinadas ideias e temas para reforçar características, exagerar traços físicos ou ideológicos.

Com base na acepção teórica até aqui exposta é que se pretende desenvolver uma análise de algumas charges veiculadas no jornal *Folha de S.Paulo*, de autoria de Angeli e cuja temática remonta ao presidente em exercício Luiz Inácio Lula da Silva e aos projetos e programas de governo do representante da República e, conseqüentemente ao Partido dos Trabalhadores, ao qual pertence o governante. Salienta-se que as análises das charges pautam-

se no arcabouço teórico da Análise Crítica do Discurso (ACD), precisamente nos estudos de Teun A. Dijk.

Como se mencionou, anteriormente, a compreensão do contexto é relevante para que ocorra a interpretação do discurso. Neste sentido, apresenta-se no capítulo III, breve relato acerca do Jornal *Folha de São Paulo* a fim de esclarecer quem é a *Folha de São Paulo* e o que o periódico diz ou por que permite a Angeli dizer o que diz do modo como o faz. Contudo para a compreensão da intencionalidade de Angeli e do periódico em que profere seu discurso é necessário conhecer o trajeto histórico da *Folha de São Paulo* e a história de Angeli e de seus personagens. Esta é à história da Folha e do chargista.

PARTE 3

A HISTÓRIA DA FOLHA DE SÃO PAULO

3.1 A FOLHA NO CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Neste item apresenta-se breve relato acerca da história do jornal *Folha de São Paulo*, conforme dados veiculados no site denominado *folhaonline*, ícone *Círculo Folha*, bem como outros referenciais teóricos, tais como o manual da *Folha de S.Paulo* e dissertação de mestrado¹, visto que ao se tecer análise das charges veiculadas neste periódico faz-se relevante compreender os aspectos históricos e as bases que fundamentam a concepção desenvolvida pelo jornal.

O surgimento da imprensa revolucionou os meios de comunicação e o impacto deste fora sentido em toda sociedade burguesa, visto que esta por necessitar informações em tempo reduzido (reflexo da vida corrida e da complexidade das relações sociais) e que alcançasse maior público, houve o desenvolvimento e ampliação dos meios de comunicação. Resultante das transformações tecnológicas que impulsionaram a Química e a Física está a evolução dos meios de comunicação: jornal, rádio, televisão, internet, MPs, CDs e outros, cuja utilização está atrelada ao grande mercado consumidor.

Ressalta-se que a necessidade de comunicação acompanha o homem desde os primórdios, quando do surgimento da atividade laboral. De acordo com as necessidades de interação social o homem desenvolveu modos de comunicar-se com o outro. Assim, ao longo da história, os gêneros do discurso refletem e refratam a atividade humana e ao criar/construir

¹ Alves (1997).

objetos para a satisfação de necessidades, elaboram-se também discursos intimamente relacionados às práticas sociais.

Contudo, nem todos os sujeitos têm acesso aos conteúdos veiculados na mídia. Segundo Alves:

Os setores mais poderosos da indústria dominam a produção cultural. A indústria cultural, proprietária e utilizadora dos meios de comunicação de massa, segmenta o público segundo critérios seus, e dá a cada segmento uma programação própria, o que também é uma forma de dominação, impedindo que os segmentos “inferiores” tenham acesso a um conhecimento ‘melhor’ (ALVES, 1997, p. 68).

Para o autor a indústria cultural requer à homogeneização dos recursos midiáticos, visto que não se preocupa com a expressão dos conflitos sociais e nega ao sujeito a condição de contestar as contradições.

No contexto social vigente os produtores/veiculadores de cultura ou informações na mídia elaboram os discursos, a partir de uma perspectiva do consumo, adequando o conteúdo ao que o público quer ver, ler ou ouvir. Desse modo, o público que anteriormente refletia sobre a cultura, passou a ser consumidor de cultura diante da transformação da arte em mercadoria.

Estes dados remetem aos conceitos de Acesso, Ideologia, Poder e Controle discutidos pela Análise Crítica do Discurso, visto que ao adequar o conteúdo ao que supostamente o público quer ver há uma tendência de banalização da informação, em que os sujeitos das classes menos favorecidas não têm Acesso ao conteúdo bem fundamentado, à cultura mais erudita. Contudo, esse processo é intencional e reflete aspectos pertinentes à Ideologia da classe dominante, a qual pensa que cultura não deve ser ensinada e trabalhada com as classes mais carentes de recursos financeiros, pois estes devem ter a ilusão de que sabem o que devem saber ou de que não precisam saber por que têm outros que sabem.

Diante da falta de Acesso aos bens culturais produzidos, a classe menos favorecida torna-se cada vez mais manipulada pela classe dominante (aqueles que detêm os bens sociais, políticos e econômicos). Desse modo, a classe dominante inculca crenças e valores por meio de Modelos Mentais que os permitam exercerem o Controle sobre os dominados, não pela força, mas pela Ideologia.

Alves (1997) cita Adorno (1975) e Horkheimer (1991) acerca da transformação da arte em mercadoria:

Assim, o público pensador de cultura nos tempos primeiros da burguesia passou a ser um mero consumidor de cultura. Que pensar da indústria cultural? Que ela transformou arte em mercadoria, e que, portanto, esta arte não é mais pura, mas sim, ideologizada, passando um modelo de sociedade.

Neste sentido, a mídia estabelece um diálogo superficial com o público a fim de repassar informações, cujo conteúdo veicula a ideologia dos grupos dominantes ou da empresa a qual representa. Os meios de comunicação de massa influenciam a política e a economia, uma vez que utilizam o consumo massificado da cultura para difundir suas ideias e, conseqüentemente, a ideologia para conquistar o apoio a tais proposições.

Logo, a imprensa constitui um meio relevante para veicular cultura e, em decorrência, veicular opinião. Entretanto, Alves assevera que:

Esta virada no papel da imprensa (de mera coletora de fatos a emissora de conceitos) não ocorreu repentinamente. Mesmo no início dessa segunda fase, os jornais ainda não estavam totalmente afinados com os interesses capitalistas; os editores coletavam por conta própria o material, pagavam seus colaboradores com seu dinheiro, e eram donos das revistas que editavam (ALVES, 1997, p. 70).

Esta situação se modificou no início do século XIX diante do fato de o dono do periódico ser diferente do editor, dados que refletem o advento do capitalismo e desenvolvimento das técnicas de comunicação de massa.

Alves observa que:

[...] o surgimento deste tipo de imprensa é bem característico das sociedades modernas. Até o surgimento do Estado Burguês de Direito, a imprensa encontrava-se sob severa censura do governo e da Igreja. Por outro lado, como as relações entre os homens não haviam se tornado tão comerciais como são hoje, quase não havia a possibilidade de venda de espaços publicitários nos jornais, dificultando a veiculação de idéias e cultura capitalistas (de massa) pela imprensa (ALVES, 1997, p. 70).

Em outras palavras, estas transformações ocasionaram modificações na função do jornal e dos profissionais que nele atuam, pois o jornal passa a ser empresa e o jornalista deve se preocupar em adequar a notícia, tornando-a um produto passível de consumo. A empresa jornalística compreende um setor inserido na esfera capitalista. O aburguesamento é notório nos modos de comunicação mais atuais, por exigir elevado volume de capital.

Referendando o poder que a mídia exerce na sociedade a maioria dos países desenvolve um controle governamental sobre as concessões dos meios de comunicação.

Neste contexto, é possível verificar quem é o jornal *Folha de São Paulo* e qual a opinião que ele emite com a pretensão de representar o leitor, ou seja, como o discurso é elaborado e veiculado no periódico para formar e informar quem o lê.

Tais questionamentos são fundamentais para a compreensão da gênese da imprensa brasileira. Desta feita, a análise das charges veiculadas na *Folha de São Paulo* implica conhecer o processo de divulgação das ideias liberais e os interesses que permeavam os projetos de dominação dos cafeicultores paulistas no período que remonta às décadas de 1920 e 1940, cujo contexto foi palco do Regime Militar. Os periódicos atuais discutem os problemas sociais e se dirigem ao “público (e)leitor”, como afirma Alves (1997).

A produção da notícia é evidenciada por meio do estudo das relações entre a mídia e os atores políticos e sociais envolvidos neste processo. O objetivo deste estudo concerne em demonstrar como os meios de comunicação agem politicamente. A mídia exerce influência decisiva na sociedade brasileira atual, visto que é responsável pela exposição do indivíduo às informações, ao conhecimento de fatos relacionados ao contexto em que vivemos.

No que diz respeito à ação da mídia acerca do indivíduo e dos grupos sociais pode-se dizer que a tendência do público é de excluir ou incluir as informações realçadas pela imprensa. Segundo Alves (1997) sobre a influência da mídia faz-se:

Na verdade, se a influência dos mass media é tão grande a ponto de nos dar a conhecer a realidade por nós vivida, sua influência é mais do que cumulativa ou intrusa, é decisiva, pois, os meios de comunicação, por sua própria posição social, têm filtros. Assim, a imagem da realidade pode não ser a real, Mas sim aquela que se quer que seja (WOLF, 1994, p. 129 *apud* ALVES, 1997, p.76).

Por intermédio dos estudos destes autores compreende-se que os noticiários escritos alcançam maior êxito na fixação de posições ideológica em detrimento dos noticiários televisivos.

Alves ao abordar sobre o papel exercido pela mídia argumenta que:

Por monopolizar as informações, a mídia exerce um papel de porteiro (*gatekeeper*) que seleciona tudo o que entra e sai das redações. Esta seleção não é aleatória, tudo o que dela (mídia) passou antes por sua visão de mundo, por sua cultura organizacional, e por seus objetivos políticos e sociais. Isto é feito selecionando tudo aquilo que a sociedade produz (fatos)

que são transformados em notícias de acordo com alguns princípios de atuação, que são basicamente três: 1) A necessidade de tornar um fato conhecido; 2) Os acontecimentos devem ser tratados de maneira igual; 3) Deve-se organizar temporal e espacialmente o processo produtivo de tal forma que os fatos possam surgir e ser trabalhados de maneira organizada (ALVES, 1997, pp. 77-78).

No que se refere à produção da notícia destaca-se o caráter ideologizado desta, a partir do levantamento da estrutura produtiva do órgão que a produziu e a atuação como filtro da realidade social, cujo conteúdo faz com que a notícia seja transmitida por meio de valores próprios da estrutura da notícia:

Os valores notícia são aqueles que separam um fato comum daquele que tem interesse para a mídia. São eles: 1) Grau hierárquico dos indivíduos envolvidos no fato; 2) Impacto sobre a Nação ou interesse nacional; 3) Quantidade de pessoas envolvidas; 4) Relevância para o futuro da situação; 5) Facilidade de chegar ao local do fato e de tratá-lo dentro das técnicas jornalísticas convencionais; 6) Disponibilidades do meio de comunicação para publicar os fatos; 7) Preocupação de fazer com que o fato novo não destoe dos demais apresentados no dia; 8) Espaço ocupado pela notícia; 9) Frequência do fato; 10) Impacto no Receptor (ALVES, 1997, p. 78-79).

Nesta perspectiva teórica faz-se necessário considerar os aspectos variados que fazem evoluir a produção da notícia, bem como os efeitos de sentido ocasionados no discurso e os valores que denotam fatos em notícias ou editoriais.

É necessário compreender qual a intenção da *Folha de São Paulo* ao apresentar o discurso de Angeli por intermédio das charges, bem como entender como o discurso da Folha foi incorporado por Angeli, uma vez que a Análise Crítica do Discurso postula acerca da necessidade de conhecer os aspectos históricos que constituem o discurso analisado e, desse modo, o *corpus* desta pesquisa compreende charges que circulam no periódico o que justifica a proponente da pesquisa, estudar a trajetória histórica do jornal e do chargista.

Neste sentido, tem-se como objetivo descobrir qual a intencionalidade da *Folha de São Paulo* e de Angeli ao enunciar nas charges políticas, discurso contrário ao governo Lula e aos seus Programas. É importante compreender os modelos de discurso utilizados para transmitir a ideologia da empresa e dos envolvidos neste processo de interlocução.

3.2 A FOLHA DE SÃO PAULO

A história da Folha ocorre com a criação do jornal intitulado *Folha da Noite*, em 1921. A edição matutina da *Folha da Noite* foi criada em julho de 1925, eis que surge a *Folha da Manhã*. Passados 24 anos, foi fundada a *Folha da Tarde*. Em 1º de janeiro da década de 1960, nasce o jornal *Folha de São Paulo*, resultado da junção dos três títulos. Contudo, em 19 de outubro de 1967, a *Folha da Tarde* volta a circular.

O jornal denominado *Folha de São Paulo* desde sua gênese, ao início do Período Republicano, retratou modificações políticas, econômicas e sociais no contexto da sociedade brasileira, que sofreu a transição de um modelo de economia agrário-exportadora para atividades voltadas para a indústria. Salienta-se que o respectivo período caracterizou-se por conturbada repressão ditatorial.

Os 30 primeiros anos do período republicano foram marcados por uma disputa acirrada entre os grupos que defendiam a industrialização e os que defendiam um modelo agrário-exportador. Outros fatores importantes que marcaram o período foram movimentos e revoltas populares. A política do “café com leite” e a ascensão de Getúlio Vargas compreendem dados importantes nas três primeiras décadas do século XX.

A *Folha de São Paulo* nasce com o objetivo de opinar e participar ao relatar os fatos atrelados ao contexto social, político e econômico do país. Atuando a Folha como periódico engajado com as causas sociais, explicita-se que no decorrer das décadas de 20 e 30, esta exprimiu a ideia de superação ao atraso do Brasil e, para tanto, sugeriu a equiparação deste aos países mais desenvolvidos. Nesta perspectiva, é possível afirmar que tanto a *Folha de São Paulo* quanto *O Estado de São Paulo* defendiam os ideais da cafeicultura paulista, no entanto,

Como seria de se esperar, durante todo esse período (20 e 30), ambos os jornais expressaram as posições da cafeicultura paulista; o Estado de São Paulo a da Sociedade Rural Brasileira (S.R. B), e a Folha, a da Federação da Lavoura Paulista. Estas duas sociedades divergiam em questões menores, mas assemelhavam-se no que tange ao essencial (ALVES, 1997, p.85).

A *Folha de São Paulo* teceu críticas severas ao presidente Getúlio Vargas por favorecer a “broinha de cará e a chita nacional”, perfil que não combinava com a verdadeira indústria nacional e acusou ao conde Matarazzo de fretar aventureiros para a instalação desse tipo de indústria, a qual feria os princípios nacionais e priorizava uma “indústria tarifária”,

segundo trecho extraído do jornal *Folha da Manhã*, datado de 1932, esse tipo de indústria constitui a causa maior de desgraças. (CAPELATO, 1989, p. 48).

Conforme os estudos de Alves acerca do governo de Getúlio Vargas:

De 1.937 a 1.945, o País viverá sob uma ditadura populista, sob o comando de Getúlio Vargas, conhecida por Estado Novo, que implementou um férreo aparelho repressivo. Esta ditadura foi combatida pelas revoltas de 30 e 32, por diversos levantes comunistas, mas, que mesmo assim, conseguiu dar uma boa alavancada num processo de industrialização que se convencionou de Processo de Substituição de Importações (ALVES, 1997, p.84).

No período que corresponde de 1945 a 1964, no governo de Juscelino Kubstichek, houve continuidade do processo de industrialização e a implantação da indústria pesada. Salienta-se que em 1964, o Brasil foi palco de nova ditadura responsável por alavancar o processo de industrialização, o que fora possível a partir do golpe militar que culminou na deposição de Goulart.

E, como reflexo deste contexto histórico, a mídia modernizou-se, no que se refere à estrutura e para corroborar com o processo de industrialização. No que tange ao determinado período histórico, Wernneck Sodré explica:

[...] que nesta época houve um grande aumento da capacidade impressora dos principais periódicos do país, e também uma elevação considerável de sua qualidade gráfica. Por outro lado, os jornais, especialmente os da Empresa Folha da Manhã objetivaram formar quadros de acordo com suas perspectivas. Como elementos constituintes da Esfera Pública, não só os jornais emitiram opiniões sobre os fatos ocorridos no País durante esse período como participaram efetivamente também, mas de outras formas, deles (SODRÉ, 1966, p.315).

Neste sentido, pode-se dizer que o jornal *Folha de São Paulo* apresenta um posicionamento liberal, visto que expõe seu ponto de vista de uma economia definida em bases coloniais.

O Brasil dependia economicamente de alguns países de Primeiro Mundo, fato que o deixava sob o jugo do domínio social, político e econômico destes países. A Folha defendia uma concepção agrarista, contudo não desconsiderava o caráter desenvolvimentista que as indústrias ocasionam na economia do país.

A *Folha de São Paulo* participou ativamente de debates essenciais acerca da vida econômica do Brasil, principalmente, no que se refere ao agrarismo (política cafeeira), a

atuação do Estado e da política social. Neste sentido, as discussões da Folha imprimem destaque ao trabalhador rural (mão-de-obra), o qual constituía o responsável direto pela produção das riquezas do Brasil. De acordo com as leituras de Alves:

Os representantes da imprensa preocupavam-se com a disciplina social, mas a tese de regulamentação do trabalho via Estado só seria admitida, e com dificuldade, depois de avanços e recuos. A burguesia industrial também relutou em reconhecer a validade da medida, e por isso se manteve firme na defesa da ortodoxia liberal até 1930 (CAPELATO, 1989, p.101 *apud* ALVES, 1997, p.88).

O periódico também se posicionou contrário ao código de proteção aos menores, ao projeto de criação de caixa de assistência e seguro social, uma vez que tinha uma posição liberal a Folha de São Paulo argumentava, em nome dos patrões, que tais leis ocasionariam a ruína da classe burguesa e, em consequência, do proletariado, de acordo com Alves (1997).

No que diz respeito ao governo do ditador Getúlio Vargas, quem tomou e exerceu o poder por meio da violência, percebe-se que para a manutenção do poder, este deveria contar com o aval da imprensa e/ ou com a imprensa calada, ainda que à força de repressão. E, sobre isso, Alves sugere que:

Foi instalada então uma das mais eficazes e violentas censuras; tendo sido criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com representantes em cada redação e em cada estúdio de rádio, e suporte nas interventorias estaduais. E, por outro lado, graças à concessão de favores, Getúlio comprou a opinião de Assis Chateaubriand, o dono dos Diários Associados, uma das maiores cadeias de rádio e jornal da época (ALVES, 1997, p.89).

Todavia, a oposição da imprensa foi sentida por meio de publicações do *Estado de São Paulo*, *A Gazeta*, e *O Correio de São Paulo*, os quais se aliaram aos partidários da Revolução Constitucionalista de 1932, bem como ao *Jornal do Brasil* e, conjuntamente, opuseram-se explicitamente ao governo de Getúlio Vargas. Assis Chateaubriand, no período que remonta de 1945 a 1960, apoiou o presidente e, ao trazer a televisão ao país, contribuiu para o desenvolvimento cultural. É preciso lembrar que durante o Regime Militar, toda forma de oposição pela imprensa estava proibida pela censura.

Neste contexto histórico em que a censura imperava os jornalistas da *Folha de São Paulo* foram alvo de ataques delegados aos terroristas, assim como foram perseguidos e

exilados. O jornal o *Estado de São Paulo* denunciava a censura ao substituir os trechos de notícias ou editoriais por receitas de bolo ou poemas.

Na década de 1970 houve o abrandamento da censura, o que motivou ao espaço do jornal atuar como palco de discussões e de debates de repercussão e relevância na sociedade. Conforme assevera Alves “A *Folha de São Paulo* teve uma participação toda especial nos debates sobre a transição para a democracia e na campanha das Diretas Já!” (ALVES, 1997, p.90).

Ainda na década de 1970, a *Folha de São Paulo* passa por um processo de modernização e utiliza sistema eletrônico de fotocomposição. No início de 1974, todo o jornal é impresso em máquinas de fotocomposição. Em 1976, a *Folha de São Paulo* desempenha um papel decisivo no processo de redemocratização do Brasil, visto que leva importantes intelectuais de esquerda a debaterem e temas e pontos de vista polêmicos na sociedade.

Neste sentido, 22 de junho 1976 marca o início de “Tendências/Debates”, conforme as informações da *Folha de São Paulo*, no site do círculo da Folha, em que circula textos de intelectuais e políticos perseguidos pelo regime militar.

Segundo a leitura de Alves (1997), no que se refere à presença dos intelectuais no jornal *Folha de S.Paulo*, percebe-se que a veiculação de textos cuja autoria os pertence contribui para a sociedade ao propiciar a veiculação de ideias sobre a derrocada do modelo de desenvolvimento por substituição de importações, bem como sobre nova discussão teórica no que se refere à dependência e sobre o surgimento de movimentos sociais que contribuíram para que o Movimento Democrático Brasileiro ganhasse espaço nas camadas menos favorecidas.

Agora com abertura para editar e noticiar todos os mandos e desmandos do poder, a imprensa brasileira, no caso específico da Folha, passou a contar com a participação efetiva de intelectuais, os quais produzem colunas fixas, pesquisas e colaborações importantes para os periódicos:

Transformados em colunistas fixos ou na condição de colaboradores eventuais, pesquisadores acadêmicos tornaram-se assíduos freqüentadores das páginas das revistas Isto É/Senhor e de jornais diários de São Paulo e do Rio de Janeiro, como Jornal da Tarde, o Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e especialmente, **Folha de São Paulo** (ALMEIDA, 1992, p.39 *apud* ALVES, 1997, p. 90).

O jornal *Folha de São Paulo* reuniu em sua redação uma equipe de intelectuais, os quais discutiam acerca do fim do modelo agrarista e a substituição deste por modelos de importação, bem como uma teoria que abordava como temática a dependência, os movimentos sociais e traçando metas para que o MDB² alcançasse as camadas populares.

Este relato tem como foco expor a trajetória percorrida pelo jornal *Folha de São Paulo* na veiculação de conteúdos, cuja contribuição foi notória no cenário nacional por intermédio da defesa de ideias liberais.

De acordo com as informações do *Círculo da Folha*, na década de 1980, a *Folha de São Paulo* assume a liderança na impressão diária do Brasil e se consolida como o jornal de maior circulação no país (Manual de Redação: *Folha de São Paulo*: Publifolha, 2008).

Conforme material citado, no ano de 1983, devido à instalação de terminais de computador para a redação e edição do texto, a *Folha de São Paulo* se torna a primeira redação informatizada da América do Sul. Ainda neste período, é criado o Instituto de Pesquisa de Opinião Pública e de Mercado, cuja função diz respeito ao levantamento de temas de interesse dos leitores e fornecimento de informações à produção editorial.

Autodefinida como de “independência, apartidarismo, crítica, e pluralismo”, assim, a política editorial da Folha se define e ainda sugere apoiar “a democracia representativa, a economia de mercado e o debate dos problemas sociais” (site da Folha, http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm. Acesso em 02/03/2009).

Conforme o jornal, o que assegura a independência deste concerne na estrutura tripartite, isto é, ao fato de contar com as vendas nas bancas, assinaturas, anúncios de noticiário e classificados.

A *Folha de São Paulo* publica todo ano um Manual em que constam normas e recomendações para os profissionais de redação, estudantes de Jornalismo e todos os interessados na dinâmica que permeia a esfera jornalística. O referido jornal possui um profissional denominado “ombudsman”, jornalista que compreende a equipe e que exerce o papel de defender os interesses dos leitores no que se refere ao conteúdo que o jornal veicula, isto é, defesa dos pontos de interesse dos leitores diante do jornal.

A Folha se consolida, em 1992, como o jornal de maior circulação paga aos domingos, número de 522.215 exemplares em média. Ao longo do tempo, houve também uma estruturação gráfica com o intuito de facilitar a leitura.

² Movimento Democrático Brasileiro.

Ainda cabe salientar que a Folha adotou ao longo dos anos uma série de inovações. Na área tecnológica, o jornal foi o pioneiro na impressão “offset” em cores no Brasil, o primeiro a utilizar computadores na redação e a criar um banco de dados digital. Na parte editorial, passou a dividir a cobertura em cadernos específicos para facilitar a leitura e abordar temáticas na política, economia, cultura, o noticiário local, internacional, esportes e outros.

Os cadernos diários que compreendem a *Folha de São Paulo*, de acordo com o site, http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/cadernos_diarios.shtml, são:

- a) FOLHA PODER: aborda a vida política, institucional e acontecimentos sociais, isto é, atua como instrumento de análise dos últimos acontecimentos que perpassam a sociedade;
- b) FOLHA CIÊNCIA: tem como foco noticiar as descobertas e pesquisas científicas mais recentes e relevantes no contexto global e local;
- c) FOLHA COTIDIANO: oferece ao leitor informações acerca do cotidiano e temas como direito do consumidor, saúde, educação e segurança. Este expõe as notícias pertinentes às capitais do país;
- d) FOLHA MERCADO: compreende a conjuntura econômica, brasileira e internacional, bem como o mundo dos negócios. Deste modo, apresenta informações sobre índices econômicos, investimentos e outros temas presentes na economia;
- e) FOLHA ESPORTE: aborda o esporte como meio empresarial e espetáculo. Ainda noticia os principais campeonatos e assuntos relacionados ao meio da política, do marketing, da legislação e moda;
- f) FOLHA ILUSTRADA: tem como temática a cultura e o entretenimento. A Ilustrada aborda discos, gastronomia e programações de eventos;
- g) FOLHA MUNDO: publica as principais notícias internacionais e apresenta conteúdo publicado nos meios mais influentes;
- h) FOLHA CORRIDA: assim denominado por trazer notícias resumidas, extratos de colunas, dicas práticas e curiosidades retratadas em outros cadernos. Os textos noticiados são curtos para serem lidos rapidamente, ou de forma “corrida”;
- i) FOLHA SAÚDE: apresenta notícias acerca da medicina por meio de pesquisas que ocorrem no Brasil e no exterior.

Os cadernos denominados Suplementos são:

- a) FOLHA TEC: circula apenas às quartas-feiras e auxilia os leitores a compreenderem o mundo da informática. Atua como instrumento de orientação e prestação de serviços relacionados à internet;
- b) FOLHA EQUILÍBRIO: desenvolve notícias sobre saúde e qualidade de vida (equilíbrio do corpo e da mente) e tem circulação apenas nas terças-feiras;
- c) FOLHA TURISMO: circulação somente às quintas-feiras, este apresenta os principais guias turísticos do Brasil e do mundo (com fotos, dicas de preços e locais);
- d) FOLHINHA: específico para crianças, este publica personagens do universo infantil, passatempos, quadrinhos e brincadeiras. O caderno circula aos sábados;
- e) FOLHATEEN: tem como temática, assuntos de interesse dos adolescentes (música, cultura, ensino, comportamento, sexo e outros). Circula as segundas-feiras;
- f) ILUSTRÍSSIMA: apresenta poemas, ensaio, dramaturgia, cartum, quadrinhos, isto é, caderno dedicado à cultura;
- g) SÃO PAULO: tem como foco reportagens sobre São Paulo e tem circulação local apenas aos domingos;
- h) FOLHA VEÍCULOS: abordagem de questões comportamentais, legislação e novidades da indústria automobilística. Este suplemento circula aos domingos;
- i) EMPREGOS: informações e orientações para quem pretende galgar vagas no mercado de trabalho, visto que orienta na elaboração de currículos, oportunidades de emprego, cursos e bolsas de estudo. Tem circulação aos domingos;
- j) FOLHA DE NEGÓCIOS: circulação aos domingos e apresenta seções como: Finanças, Gestão, Feiras e Congressos, isto é, informa os leitores sobre as tendências de mercado;
- k) FOLHA IMÓVEIS: tem circulação aos domingos e aborda questões referentes à compra, venda e locação de imóveis;
- l) GUIA DA FOLHA: aborda a programação cultural e o entretenimento em São Paulo e, para tanto, expõe roteiros de restaurantes, bares, cinema, teatro, shows, concertos e outros serviços;
- m) FOVEST: circula durante as terças-feiras, este aborda o ENEM e os principais vestibulares do país. Ainda apresenta dicas de estudo para os vestibulandos e informações sobre novos cursos de graduação;

- n) SABER: circula dentro do caderno cotidiano, às segundas-feiras, este explicita assuntos atrelados à educação e a expansão do conhecimento em diferentes períodos de desenvolvimento humano (do infantil ao doutorado);
- o) POR AÍ: retrata o cotidiano dos bairros da cidade e tem circulação aos sábados;
- p) THE NEW YORK TIMES INTERNATIONAL WEEKLY: apresenta artigos especiais acerca de reportagens publicadas no jornal norte Americano e tem circulação às segundas-feiras;
- q) SERAFINA: revista com circulação no último domingo de cada mês, cujo conteúdo expõe assuntos e personalidades em evidência.

Nos dias atuais a Folha, como é denominada popularmente, conta com aproximadamente 302 mil exemplares em dias úteis e 365 mil aos domingos. Ao acrescentarem-se os números da circulação diária (normal), o das publicações dominicais tem-se um percentual aproximado de 667 mil pessoas lendo as informações, enfim em contato direto com as ideias divulgadas neste jornal.

Ainda de acordo com a *Folha de São Paulo* (site da Folha, http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm), o Instituto Verificador de Circulação (IVC) afirma ser o periódico de maior circulação e tiragem e sobre isto, lança os números pertinentes da Circulação Paga – Março/2010: Domingos: 332.634 exemplares e durante os Dias Úteis: 285.958 exemplares e ainda, a Média de Segunda a Domingo: 292.626 exemplares.

Desta feita, sabe-se que a *Folha de São Paulo* compreende periódico de grande circulação nacional, portanto, atua como instrumento de divulgação da Ideologia dos grupos que a servem (Empresa/Grupo Folha, empresários, políticos e outros) e, portanto, seus discursos refletem e refratam a Ideologia destes grupos.

Angeli a serviço da *Folha de São Paulo* elabora charges em que o discurso contrário ao Partido dos Trabalhadores e seus Programas é explícito e tendo em vista da influência do discurso dos intelectuais que escrevem para o jornal, arrebanham as parcelas da população que têm acesso ao discurso proferido neste meio. Logo, compreende-se que é próprio da charge denunciar o que está instituído e o jornal a *Folha de São Paulo* se propõe a ser um jornal plural, no qual há ideias e posicionamentos ideológicos conflitantes.

É importante, também, conhecer um pouco sobre a história de Angeli, quem produz o objeto de estudo desta dissertação e quem veicula críticas explícitas ao Partido dos Trabalhadores e ao governo Lula.

3.3 ANGELI, CONTRA O HUMOR A FAVOR SEMPRE! UM POUCO DE ANGELI E SUA OBRA

Conforme explicitado anteriormente, o objetivo do trabalho é discutir a relação do gênero charge com a representação do político e, para o desenvolvimento das análises foram selecionadas charges políticas do cartunista Angeli, para quem o “humor a favor” não o agrada, deixando este para os publicitários.

As charges de cunho político do cartunista paulistano sempre retrataram os presidentes da República Federativa do Brasil e “estilo de governo”, no entanto, o presidente do PT é personagem de uma coletânea que supera duas centenas de charges. As caricaturas do presidente foram produzidas desde o início do governo petista.

Contrário a opinião de muitos cartunistas, Angeli apresenta um olhar crítico acerca do governo do atual presidente, fato evidenciado na galeria de charges veiculadas na Revista *Veja* (2006) e no jornal *Folha de São Paulo* (semanal), em que o autor descortina episódios que permeiam o contexto político e econômico do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e seus Programas de Governo.

Ao realizar a análise das charges produzidas por Angeli é necessário compreender de que lugar social o chargista profere seu discurso. É sabido que Angeli é ex-militante do Partido Comunista e que explicita ter encarado com desconfiança a chegada dos petistas ao poder. Tal fato evidencia-se na afirmação “sempre me incomodou aquele nariz empinado deles e aquela postura de detentores da honestidade” (Revista *Veja*, 2006).

Arnaldo Angeli Filho, ex-office-boy, começou a desenhar aos 14 anos, assevera que embasou seu trabalho no cartunista norte americano Robert Crumb: “não há um desenhista da minha geração que não tenha sofrido a influência do Crumb” (Revista *Veja*, 2006). Atualmente, o chargista desenvolve seu trabalho em um espaço de 11 cm² no jornal *Folha de São Paulo*, em que trabalha há aproximadamente 33 anos. Apresenta suas charges em outros veículos de comunicação.

Conhecido pelo sobrenome, Angeli afirma ser apaixonado por *rock in roll* e seu sonho era integrar o grupo Rolling Stones. Ainda sobre a paixão pelo *rock*, o cartunista

explicita:

Meu histórico escolar é medíocre. Não foi nenhuma glória repetir de ano várias vezes. Mas era condizente com o momento, a ditadura militar, e meu jeito de ser. Quando ouvi Satisfaction, pela primeira vez, queria ser aquele acorde. Minha linguagem, meus hábitos, meu cabelo, tudo era mais para o rock do que para o modelo da ditadura (Revista *Veja*, 2006).

Segundo entrevista à Revista *Veja* (2006), a inspiração de Angeli está atrelada a dez xícaras diárias de café e a dois maços de cigarro e muitas informações que contribuem diretamente no processo de criação do cartunista. Entretanto, no ano de 1983, tal processo criativo sofre uma crise e Angeli resolveu abandonar a charge política. O cartunista atribuiu à crise ao fato de, nessa época, haver enaltecimento da figura do político.

Conforme relembra Angeli: "nesse período inicial houve certo enaltecimento dos políticos por parte de veículos e desenhistas, empolgados com a nova situação" (Revista *Veja*, 2006). E, para o desenhista, a "cumplicidade" que perpassava o relacionamento entre os chargistas e os retratados transformava a charge em objeto decorativo de gabinetes e, ao contrário do objetivo, as caricaturas deixavam de despertar o senso crítico do leitor. Sobre esse fato, Angeli relata que: "Eles gostavam de aparecer nos desenhos. Como eu não queria desenhar bichinhos engraçadinhos, resolvi mudar de tática." (Revista *Veja*, 2006). Assim, ele resolveu elaborar charges com caráter mais perspicaz, cujo conteúdo apresente denúncia aos políticos e seus programas de governo.

Em 1973, Angeli foi convidado a lançar suas caricaturas no jornal *Folha de São Paulo*. Neste veículo de comunicação elaborou charges políticas, quadrinhos e a tira diária *Chiclete com Banana*, título responsável pela gênese de personagens como Rê Bordosa, Bob Cuspe, Wood & Stock, bem como os Skrotinhos que, em 1985, transformou-se em revista independente. Atualmente, os leitores encontram tais personagens na Revista *Devir*, a qual lança edições com as histórias elaboradas por Angeli, bem como no site UOL. O trabalho do cartunista é reconhecido no mundo todo. Autor de diversos livros participou de festivais na Europa e ainda teve seus trabalhos publicados em revistas de Milão, Barcelona e Buenos Aires.

Eis algumas das obras produzidas por Angeli: dentre as quais podemos citar a obra denominada "Seis Mãos Bobas", que integra 17 histórias em quadrinhos

produzidas literalmente a “seis mãos” pertinentes à Angeli, Glauco e Laerte. Ressalte-se que estas histórias em quadrinhos foram publicadas no período de 1985 e 1989 nas revistas intituladas *Chiclete com Banana* e *Geraldão*.

Outro dado curioso, que obtivemos por meio de pesquisa à Revista *Devir*, concerne no fato de as histórias serem intercaladas por fotos que retratam os autores e ainda o relato de como se deu o processo/contexto de produção do referido livro e o processo de elaboração dos traços que permeiam a obra.

O livro cujo título é *Luke & Tantra Hormônios em Fúria*, apresenta Luke e Tantra, as personagens publicadas pela primeira vez em livro. Estas são ligadas em som e retratam um universo de adolescentes da classe média paulistana.

As personagens centrais e que dão o nome à série não são meninas consideradas bonitas para os padrões de beleza da sociedade. Nestes padrões o referencial é a boneca Barbie: alta estatura, magérrima, corpo escultural, muito peito e pouco bumbum. Longe destes padrões de beleza Angeli cria Luke e Tantra, uma delas não tem bunda nem peito; a outra é bunduda e peituda, mas muito baixinha.



LUKE E TANTRA

De acordo com o site da livraria Devir (<http://www.devir.com.br/index.php>) é possível descrever Luke como “garota intelectualizada, leitora de Baudelaire, fã de Madonna e Lou Reed, Luke tenta romper, o que chama de, o vazio de sua geração”.

Enquanto Tantra “luta bravamente para se livrar de sua incomoda virgindade e poder curtir o sexo livre”.

Além de Luke e Tantra, estão no livro outros personagens que fazem parte da série: Orelha, um garoto “super desencanado”, que não demonstra preocupação diante dos fatos e usa um vocabulário bastante peculiar, no qual o termo 'sei lá' está presente na maior parte dos enunciados.



ORELHA

Ainda segundo o site da livraria Devir acerca das obras de Angeli (<http://www.devir.com.br/index.php>), observa-se que “Orelha é desencanado de tudo, menos de sua masculinidade. Evita andar com amigos para não pensarem que é gay”.

Na obra aparece Magralha, uma velha punk, lésbica e dona de um bar, onde as bandas novas tocam e vendem seus fanzines. Magralha é casada com Lori Mandrix.



MAGRALHA

Segundo Angeli e a descrição do site (<http://www.devir.com.br/index.php>), “dona do bar da turma, a velha punk lésbica faz bicos de psicóloga de jovens problemáticos”.

Outros personagens surgem esporadicamente no livro e compõem o enredo da obra tais como: Montanha, baterista da banda que possui certos trejeitos afeminados; o Esmeril, um velho punk amigo da Magralha e o temido Comando Revolucionário Kurt Cobain.



“Maoístas? Trotskystas? Grunges revoltados? Manos noiados? Ninguém sabe mais que eles são do contra, são...”, eis a definição de (<http://www.devir.com.br/index.php>) acerca do Comando Revolucionário Kurt Cobain do B.

No que tange ao livro denominado *Sexo é Uma Coisa Suja*, pode-se dizer que este reúne, pela primeira vez, em papel, mais de 90 cartuns e quadrinhos da série *Let's Talk About Sex?*, elaborada por Angeli com exclusividade para o portal UOL. No livro, o autor mantém um aguçado olhar político sobre o sexo e com seu humor agudo e mordaz aborda a temática e suas variantes concomitantes com o entorno das relações familiares, sociais, amorosas e tais relações perpassam o trabalho, o poder e adentram em templos religiosos.

Segundo o site da livraria Devir, Angeli é filhote legítimo do "Pasquim" de Ziraldo e Millôr, em que publicou suas primeiras tiras quando tinha apenas 15 anos. "Eu não tinha muita noção de política àquela altura. Só o que eu sabia era que existiam os mocinhos e os bandidos" (Revista *Veja*, 2006), lembra o cartunista, quem há seis anos vence, consecutivamente, o troféu HQ Mix de melhor chargista nacional.

Nos últimos anos, o chargista tem pensado em “dar um tempo” no humor político: "Não me canso da charge, e sim da repetição", diz. "Os governos parecem todos iguais." (Revista *Veja*, 2006).

Concernente ao estilo do artista pode-se afirmar que é assumidamente dono de um humor mal-educado, crítico e engajado socialmente. Angeli, munido de pincéis e senso crítico, traça personagens essenciais ao contexto histórico da política brasileira. O talento do desenhista é reconhecido, no que diz respeito à faceta literária e ao amadurecimento de sua obra, visto que os personagens do autor apresentam densidade (são esféricos) e transitam

entre a literatura. Tal fato evidencia-se na análise de suas obras, as quais dialogam, isto é, apresentam intertextualidade com obras de arte e gêneros literários.

Entretanto, Angeli afirma “por mais que minhas histórias se aproximem da literatura, não pretendo deixar o desenho de lado. Não tenho fluência suficiente para escrever. Meu pensamento une palavra e desenho. Essa é minha linguagem”. (Revista *Veja*, 2006).

Isto posto, apresentam-se outros dos personagens do chargista a fim de compreender quem é Angeli, o que este diz em suas obras por meio de personagens revolucionários, bem como qual a intencionalidade de dizer o que diz e como diz.

O primeiro personagem dentre os mais relevantes produzidos por Angeli denomina-se Meiauito e sobre ele é possível dizer que entre situações de paranóias e de revanchismo das forças de repressão da ditadura, este personagem representa, de certo modo, os temores e as incertezas de uma democracia que dava os primeiros passos.



Meiauito

O próximo personagem na vasta produção de Angeli denomina-se “Os Skrotinhos”. De acordo com o site da revista *Devir* (www.devir.com.br/hqs/chiclete_001) acerca de quem são os Skrotinhos e da origem destes personagens tem-se uma descrição ao melhor estilo de Angeli:

Muito se fala a respeito da origem desses fabulosos e inacreditáveis personagens que povoam nosso cotidiano, mas não podemos ter nada como definitivo ou até mesmo próximo da verdade. No entanto, achamos que não se deve esconder nada das crianças. E, por isso, trazemos à tona todas as versões existentes acerca do surgimento dos Skrotinhos. Algumas dessas teses, se é que podemos chamá-las assim, são estudos desenvolvidos por

cientistas do mais alto gabarito. Porém, admitimos que a maioria não passa de evidentes sandices, proferidas por gente que não tem mais o que fazer. Mesmo assim, apresentamos todos os lados da moeda, sem nenhum pré julgamento, para que cada um tire a sua própria conclusão, leve-a para casa e não nos encha mais o saco (texto publicado na revista *Poster Os Skrotinhos* de 1995).



OS SKROTINHOS

Dentre as personagens de Angeli talvez a Rê Bordosa figure como a mais relevante. A personagem representa a mulher urbana de sua época. Ela vive desafios como o relacionamento com o sexo oposto, a liberdade sexual e a crise dos 30 anos. “Rê Bordosa, você não passa de uma barata!... Dasquelas que não há inseticida... Que mate!”. Eis um momento de auto-depreciação da personagem, descrita em toda sua complexidade esférica que compõe a obra:

[...] De sua sensível observação saíram os mais marcantes tipos do humor paulistano da atualidade. Nenhum, no entanto, marcou mais que “Rê Bordosa”, talvez o mais completo retrato psicológico e social da mulher urbana de sua época, dividida entre a crise dos 30 anos, o eterno desafio de se relacionar com o sexo oposto e a liberdade sexual que a satisfiz na década anterior. Uma década depois de sua última aparição nas bancas, a alcoólatra mais famosa do Brasil está de volta em livro para matar a saudade dos fãs e deixar embasbacada a nova geração, diante de sua atualidade e qualidade. As tiras clássicas da personagem: com o pai e mãe, nos bares, com os eventuais parceiros de cama e curtição. As três primeiras tiras que abrem a edição são o melhor exemplo da atemporalidade e do humor genial da personagem mais amada de Angeli. Na segunda delas, num momento de auto-depreciação, ela dispara: ‘Rê Bordosa, você não passa de uma barata!... Dasquelas que não há inseticida... Que mate!’ site da revista Devir (www.devir.com.br/hqs/chiclete_001. Acesso em 01/04/2009)



Rê Bordosa

Outros personagens que figuram nas produções de Angeli são Wood & Stock. O cartunista presenciou seus personagens Wood e Stock chegarem aos cinemas brasileiros, por meio do filme *Wood & Stock: Sexo, orégano e rock'n'roll*, dirigido por Otto Guerra.

Mais ou menos trinta anos atrás, você cruzou com dois caras supercabeludos com mochilas nas costas e sandálias de couro cru nos pés. Lembra? Eles vestiam camisetas estampadas, calças boca-de-sino e óculos extravagantes em forma de flor. Lembra? Eram dois cabeludos, trinta e poucos anos atrás, com polegares estendidos em busca de carona, lá na estrada para Woodstock? Lembrou? Pois é, eles continuam lá. Texto extraído do site da livraria Devir (<http://www.devir.com.br/index.php>, *apud* Edição Especial da revista *Chiclete com Banana*, de 1991. Acesso em 01/04/2009).



WOOD E STOCK (A imagem foi extraída do site <http://www.google.com.br/search.wood&stock>. Acesso em 01/04/2009).

Angeli afirma, no site UOL, que Wood & Stock trouxeram a discussão sobre o hippismo, ou seja, um movimento comportamental, o qual gerou a liberação feminina, a liberação sexual e o uso de drogas. Ainda de acordo com o caricaturista, a partir do diálogo estabelecido entre pais e filhos hippies a família se modificou e se solidificou.

Conforme o chargista, em sua página oficial na internet (<http://www2.uol.com.br/angeli/>), especificamente, em vídeo em que concede entrevista à Tv UOL, Angeli afirma que qualquer pessoa que trabalhe com HQS fica deslumbrado em ver seus desenhos com efeitos de animação.

Ainda de acordo com o autor, os produtores do filme compreenderam bem o conceito de sua obra, até o lado tosco, o traço, ou seja, apreenderam a ideia geral do trabalho desenvolvido pelo chargista.

O enredo do filme está alinhavado com as piadas contadas por Angeli, este acredita que o sucesso do filme está atrelado ao fato do diretor ter a mesma idade que ele e gostar das mesmas coisas, assim como, pertencerem à mesma geração. Contudo, o chargista salienta que o cinema é muito chato, por ser moroso.

As personagens retradadas nas obras de Angeli mostram que este profere seus discursos a partir de um humor corrosivo, em que a figura de um Angeli anarquista e transgressor refrata sua posição discursiva e o lugar social de onde enuncia.

Angeli como ex-militante e comunista enuncia seu discurso com certa repugnância da esquerda. De certo modo, a experiência de Angeli como ex-militante de esquerda lhe imprime autoridade para dizer o que diz e como o faz. Ao refratar em suas charges que o Partido dos Trabalhadores não representa uma esquerda atuante e condizente com os ideais

de outrora, bem como deixar explícito o descontentamento com as sujeiras que assolam a política do país Angeli tece denúncias que envolvem algumas instituições e sujeitos detentores do poder e cumpre com seu papel de chargista/jornalista, essencialmente, o de informar.

Ainda ressalte-se que para Angeli não há neutralidade, no caso de Lula e do PT, seu humor é contrário, como sempre salientou em entrevistas concedidas.

No próximo capítulo apresentam-se, de forma breve, informações acerca de Lula e do Partido dos Trabalhadores para, posteriormente, proceder a análise das charges produzidas por Arnaldo Angeli Filho.

PARTE 4

LULA-LÁ, UMA HISTÓRIA

4.1 LULA-LÁ E A HISTÓRIA DO PT

Luiz Inácio Lula da Silva, atual presidente da República Federativa do Brasil, é também presidente de honra e co-fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), oficialmente fundado em 1980 e com uma formação heterogênea, visto que era integrado por dirigentes sindicais, intelectuais de esquerda e católicos. Nesta perspectiva, o PT resulta da aglutinação de movimentos sindicais e apresenta viés socialista democrático, por refutar as tradicionais lideranças do sindicalismo oficial e recusar modelos decadentes de socialismo.

Fato relevante é que Luiz Inácio Lula da Silva é uma das figuras mais expressivas da história política brasileira e, concomitantemente, do PT. A trajetória de Lula rumo à política é singular, visto que, com apenas o estudo primário e curso profissionalizante de torneiro mecânico e da liderança de movimentos sindicais, chegou à Presidência da República.

Filho de agricultores pobres do sertão nordestino, Luiz Inácio Lula da Silva nasce no dia 27 de outubro de 1945, em Guaranhuns, no Estado de Pernambuco. Aristides Inácio da Silva e Eurídice Ferreira de Mello são os progenitores de Lula.

No mesmo ano do nascimento de Luiz Inácio Lula da Silva, na tentativa de obter melhores condições subsistência para a família, o senhor Aristides vai para São Paulo. Em 1952, a senhora Eurídice decide rumo ao mesmo destino. A matriarca viaja a São Paulo com seis filhos, em uma viagem que duraria treze dias em um pau de arara³.

Paraná (1996) citado por Dallagnol (2006), no que se refere à vinda de Lula e sua família para a cidade de Santos, relata que, com sete anos, Lula começou a trabalhar como

³ Caminhão com carroceria aberta empregado no transporte de pessoas. Foi muito utilizado pelos nordestinos para migrar e também pelos bóias-frias. Devido a inúmeros e cruéis acidentes, ao menos no que tange aos bóias-frias, seu uso está proibido.

vendedor de amendoim, laranja e tapioca. Em 1956, com 11 anos, Lula iniciou o trabalho, na cidade de São Paulo, ao exercer as funções de auxiliar de tinturaria, engraxate e telefonista. Em 1960, Lula, com 15 anos, frequentou curso de torneiro mecânico no Senai e, concomitantemente, trabalhou em uma fábrica de parafusos. Ao profissionalizar-se, em 1963, começou a trabalhar em uma empresa metalúrgica em São Bernardo do Campo.

Casou-se, alguns anos depois, com Maria de Lourdes Ribeiro da Silva, no entanto, a esposa e o filho que ela concebia morrem em decorrência de hepatite.

Em 1969, Lula tornou-se membro da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema.

Elegeram-se diretor do sindicato, em 1972. Lula chegou à presidência do sindicato em 1975, ano em que fundou o intitulado novo sindicalismo ou sindicalismo autêntico.

Em 1978, Lula atuou como liderança na primeira greve dos metalúrgicos do ABCD paulista, visto que ocupou o cargo após a reeleição para o posto de Presidente do Sindicato. Ressalta-se que este movimento grevista reuniu mais de 150 trabalhadores, no corrente ano.

O ano de 1979 foi fundamental para a gestação do PT, haja vista o segundo período de greves ocorridas no mês de março e com epicentro no ABCD e a divulgação de Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores. Neste contexto, setores democráticos e de esquerda foram mobilizados por intermédio das greves. Assim, aderiram ao movimento de greve grupos de católicos progressistas, lideranças (ligadas à Igreja Progressista), lideranças democráticas, militantes marxistas, setores de organizações de esquerda (sobreviventes da repressão militar), intelectuais, lideranças dos trabalhadores rurais e parlamentares de esquerda oriundos do MDB.

Uma reação em cadeia que culminou em 150.000 trabalhadores em greve em todo o Estado de São Paulo, foi o que ocorreu com a paralisação da Scania-Vabis, em 12 de maio de 1978. A Lei Orgânica dos Partidos, em 1979, resultou da manifestação de distintos setores da sociedade e do debate acerca da formação de partidos. Tudo ocorreu simultaneamente aos movimentos grevistas.

Os problemas econômicos que assolavam o Brasil em 1980, isto é, elevados índices inflacionários, crescimento das taxas de desemprego, arrocho salarial e grandiosa dívida externa gerou descontentamento e resistência de parcelas da população diante do Regime Militar. Logo, a população percebeu que o modelo vigente estava em declínio.

Assim, diante do contexto social, político e econômico, percebe-se a angústia de

milhões de brasileiros no discurso elaborado no Manifesto aprovado pelo Movimento Pró-PT, que data de fevereiro de 1980 e que marca a constituição do Partido dos Trabalhadores. Conforme o Manifesto (1980), a gênese do Partido dos Trabalhadores é explicitamente atribuída aos anseios de milhões de brasileiros ao direito que lhes cabe de intervir na vida social e política do país. O documento incita, de certo modo, o trabalhador brasileiro a lutar e conquistar a democracia a fim de decidir os rumos destinados à riqueza e aos recursos naturais encontrados no país.

Frei Betto expõe acerca da pluralidade de sujeitos que compõem o PT:

O avanço das lutas populares permitira que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, assalariados rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados e marginalizados da sociedade brasileira pudessem se organizar politicamente para defender seus interesses. Assim, o PT emergia da vontade de independência política desses setores populares, historicamente cansados de servirem de massa de manobra em mãos de políticos e partidos comprometidos com a manutenção de uma ordem política e econômica atrelada aos donos do grande capital. Entre os trabalhadores, crescera a consciência de que sua emancipação jamais viria como um presente por parte daqueles que os exploram. O esforço coletivo de baixo para cima permitira a eles se organizarem como força política autônoma, dotada de um projeto de sociedade democrática e popular, a ser conquistada por meio das lutas diárias nas fábricas, nos campos e nos bairros, como também nas instituições do Estado (BETTO, 2002, pp.67-68).

Da perspectiva de reforma partidária e de movimentos grevistas, em 1978, surgem iniciativas para formação de um partido que significasse a ‘emancipação política’ dos trabalhadores.

Nesse período de efervescência em que surge o PT, a figura de Luiz Inácio Lula da Silva, então torneiro mecânico e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo exerce papel fundamental neste contexto de mobilização social.

Diante dos acontecimentos, Alves afirma no que se refere à formação do Partido dos Trabalhadores:

O PT, como vemos, já surgiu como um partido ‘de oposição’ no sentido que surgiu como *reação* de determinados grupos sociais a uma conjuntura política determinada. Em muitos aspectos, era um movimento inovador pois pela primeira vez, na história do Brasil, setores populares criavam seu próprio instrumento político, conseguindo legalizá-lo segundo critérios e

exigências impostas pela classe dominante (ALVES, 2004, p.28).

Ainda no que tange ao contexto político, apenas dois partidos tinham existência permitida: a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), ambos sob o controle da ditadura. A imposição de um sistema bipartidário fez com que o MDB se transformasse em uma “frente de oposições”, cuja finalidade era combater o regime por meio da disputa de espaços eleitorais contra o partido Arena, durante o regime militar (1964-1985). Neste sentido, é importante citar o impacto ocasionado na época a partir da figura de Ulysses Guimarães, que percorre o Brasil como “anti-candidato” nas eleições de 1974.

4.1.1 O Conceito de Partido Político e a Tipologia

Os partidos políticos são definidos a partir de uma síntese dos conceitos elencados em Weber e Sartori, ambos os autores o explicam como uma organização de sujeitos que partilham de um ideal comum e, por meio de uma base que se une. A disputa eleitoral por cargos eletivos funciona como trampolim para os grupos políticos alcançarem seus ideais e defenderem seus interesses.

De acordo com Leitão, os partidos políticos modernos têm como função atuar na formação:

[...] da vontade política da sociedade, porquanto são verdadeiros veículos de comunicação entre o Estado e o indivíduo. Além de o fato de os partidos políticos transmitirem informações também transmitem reivindicações apoiadas por pressões. Além de expressarem posturas e comportamentos, os partidos canalizam a opinião pública muitas vezes caótica (LEITÃO, 1989, p. 72).

Instituições de representação configuram como partidos políticos, os quais expressam reivindicações de diversos segmentos sociais como movimento de pressão para a implementação e realização de políticas públicas.

No que se refere ao modo de atuação e expansão organizacional, os partidos são classificados, por Duverger (1979), em dois tipos: os partidos de massas e os partidos de quadros. Os partidos de quadros compõem-se de pessoas ilustres, influentes e

financeiramente possibilitados de contribuir com o partido e com as campanhas, conforme Duverger (1979) e originaram-se na aristocracia parlamentar, a qual precisa se estruturar, em vista da organização das classes médias e trabalhadoras.

Como aponta Carvalho ao citar Dallagnol “o partido de quadros não destaca, em sua atuação, as questões programáticas e ideológicas, dessa forma, sua ação visa à conquista de cargos governamentais eletivos” (CARVALHO *apud* DALLAGNOL, 2006, p.18). O autor enfatiza que:

[...] o partido de quadros caracteriza-se também por apresentar uma estrutura organizacional flexível, na qual os níveis hierárquicos encontravam-se pouco vinculados, e a influência da direção do partido sobre os órgãos locais e sobre o comportamento dos parlamentares era reduzida (CARVALHO, 1998, p.109-112 *apud* DALLAGNOL, 2006, p.18).

Em contrapartida, os partidos das massas têm formação nas classes médias e trabalhadoras, visto sua necessidade de participar das ações políticas e seus programas partidários. Nesta perspectiva, como aponta Duverger, “os partidos de quadros correspondem aos partidos de comitê, descentralizados e fracamente articulados; os partidos de massas correspondem aos partidos alicerçados nas seções, mais centralizados e mais fortemente articulados” (DUVERGER, 1979, p. 29).

Estes estudos demonstram que o PT, originariamente, surge como um partido de massas, no entanto, passa por transformações oriundas das experiências eleitorais, governamentais e parlamentares, bem como do crescimento dos veículos de comunicação na esfera política. Neste sentido, pode-se afirmar que as mudanças ocorridas no interior do Partido dos Trabalhadores contribuíram para que este possa ser caracterizado como um partido *catch-all*, pois este tenta alcançar todos os grupos de eleitores com o intuito de vencer as eleições.

Seus traços principais são: um comportamento maximizador de ganhos eleitorais; uma atuação político-eleitoral de conteúdo abrangente; uma orientação direcionada para a ocupação de postos de governo; uma heterogeneidade social crescente de seus filiados; e uma diminuição de uma identidade política coletiva entre seus membros – a qual tinha sido proporcionada pelos partidos de massa aos seus integrantes. (KIRCHHEIMER *apud* CARVALHO, 1998, p. 115).

No próximo item tem-se a fundamentação teórica acerca da crise identitária que configura a imagem do Partido dos Trabalhadores nos dias atuais. Assim, será apresentado um relato de como o povo escolhe seus representantes desde a pólis ateniense e, posteriormente, Pitkin tece análises da política contemporânea e neste percurso histórico é possível perceber como ocorreu a modificação no Partido dos Trabalhadores.

4.1.2 A Crise Identitária do PT

No final da Idade Média e início da Idade Moderna, a representação política derivava de uma ordem teocrática, isto é, o direito de governar emergia de origens divinas, em grande parcela dos sistemas de governo das monarquias absolutas da Europa.

Segundo Maffre (1989) a primeira experiência de representação direta, em que os habitantes da pólis (cidadãos) por serem homens, maiores de 21 anos e com renda específica, adquirem o direito de participar das decisões administrativas da cidade e das questões atreladas às relações exteriores advém da democracia ateniense. Todavia, a necessidade de sentir seus interesses representados, suas ideias defendidas e suas reivindicações atendidas, após as revoluções modernas, motiva a luta por representação política mediante o voto e a escolha dos representantes para as esferas do poder.

A análise política contemporânea de Pitkin considera a representação política como “algo pelo qual valia lutar, um dos ‘Direitos Universais do Homem’” (PITKIN, 1979, p. 11). A ideia de Pitkin consolida-se com a Revolução Americana e com a Revolução Francesa. A luta pela democracia evidencia-se na luta pela representação política.

Conforme Pitkin, o povo escolhe seus representantes por meio do processo eleitoral, no entanto, não participa diretamente da tomada de decisões, pois “o governo representativo é considerado o melhor substituto da democracia direta” (PITKIN, 1979, p. 16). Esse fato ocorre nas democracias partidárias do século XX. Segundo Leitão a representação política pode ser definida como a,

[...] delegação de poderes conferidos pelo povo, por meio de votos, a certas pessoas, a fim de que exerçam em nome dela as funções próprias dos órgãos eletivos da administração pública. É a relação existente entre o cidadão e o governante, na qual a ação do governante está de acordo com a vontade do cidadão. O governo representativo será, portanto, aquele que utiliza técnicas para assegurar a concordância entre as decisões

governamentais e a vontade dos governados, destacando-se entre estas técnicas a eleição das autoridades (LEITÃO, 1989, p. 26).

No início do século XX surge o modelo de democracia de equilíbrio, conforme aponta Macpherson (1978). Ainda de acordo com o referido autor, neste modelo a democracia atua como método de governo e confere ao cidadão o direito de eleger os políticos que os representarão na tomada de decisões.

De acordo com Dantas (2006), democracia significa governo da maioria e este deve proteger os direitos individuais e das minorias. É salutar afirmar que dentre os direitos humanos fundamentais que devem ser protegidos por qualquer governo democrático, estão a liberdade de expressão, a liberdade de religião e de crença, o julgamento justo e a semelhante proteção legal, bem como liberdade de organizar, denunciar, discordar e participar plenamente da vida pública em sociedade.

As crises de representação caracterizam-se por meio dos processos de mudança e transição das formas de participação política e representação política. Desse modo, a identificação ideológico-partidária entre eleitores e partidos enfraquece e a distinção dos eleitores sobre partido de esquerda, direita e centro perde relevância, o que ocasiona o deslocamento da orientação do voto, bem como de critérios atrelados à identificação partidária. A incapacidade dos partidos de promoverem a representação entre cidadãos e Estado configura-se em crise de representação política.

O processo de modificação do PT de um partido de massas para um partido *catch-all*, como assevera César (2000), o qual entende que hoje os partidos classistas têm sido substituídos pelos partidos ônibus ou agarra-tudo, tipo *catch-all*, denota uma crise de representação política ou uma alteração do quadro representativo do partido.

O PT passa por um período de crise interna devido ao envolvimento de membros do governo Lula em denúncias de corrupção e em esquemas ilegais. Contudo, a crise envolve um partido que se afirmou por intermédio de um discurso de defesa dos interesses dos trabalhadores e das máximas de ética e moral na política.

O Partido dos Trabalhadores, nos primeiros anos de formação, possuía poucos recursos para as campanhas eleitorais, no entanto, uma vasta e atuante militância, conforme destaca Singer (2001). Na década de 1990, o PT com o Fundo Partidário e as contribuições das empresas obteve recursos financeiros para a campanha e, neste contexto, houve aumento em seu eleitorado e diminuição da dependência dos militantes.

Neste percurso histórico o PT, mais especificamente, a modificação partidária do Partido dos Trabalhadores mostra nova face, uma vez que deixa de ser um partido oposicionista e se transforma em governo. Desse modo, o partido está engajado nas tradicionais transações da política brasileira.

4.1.3 O PT Configurando-se como Partido Catch-All

Como enfatiza Meneguello, dessas mudanças surgem novas lideranças ligadas aos setores industriais de ponta, o denominado novo sindicalismo. Ao ser pressionado pela população “o regime reformulou o sistema partidário na clara intenção de cindir as forças oposicionistas e garantir a repressão das classes trabalhadoras” (MENEGUELLO, 1989, p.25).

Os novos sindicalistas atuam conjuntamente com demais movimentos sociais na fundação do Partido dos Trabalhadores, tal fato ocorre no final da ditadura militar e das greves do ABCD paulista.

Com relação à fundação e constituição do Partido dos Trabalhadores:

[...] sindicalistas, setores da Igreja Católica vinculados às Comunidades Eclesiais de Base, intelectuais da esquerda brasileira, o movimento estudantil, partidos e organização de tendência comunista ou trotskista, lideranças populares e da sociedade civil e parlamentares de esquerda. Dentre os grupos simpatizantes ao partido estão metalúrgicos, petroleiros, bancários, professores, artistas, jornalistas, funcionários públicos e donas-de-casa, na busca por melhores condições de vida, salário, trabalho, educação, moradia, transportes e saúde (DALLAGNOL, 2006, p.39 *apud* KINZO, 1993).

O PT tem sua gênese como um partido operário que rompe com os esquemas tradicionais deste tipo de partido no Brasil: não é um partido que se declara marxista ou leninista, não é composto por quadros, não possui trajetória histórica e não é clandestino, na concepção de Pomar (1988), bem como de intelectuais e membros do partido. Assim, para o autor, o PT é um partido de massas, democrático e socialista. Logo, Pomar avalia o partido mediante suas características:

A ênfase exagerada no caráter de massas pode desfibrar o partido, tornando-o um aglomerado de pessoas com pouca ou nenhuma unidade de ação. O acento exclusivo no caráter democrático, sem incorporar a esse princípio a subordinação da minoria às decisões da maioria, pode transformar o PT numa organização frouxa e inativa. E a ânsia em definir desde já o caminho do socialismo, desligando essas definições do desenvolvimento da luta de classes concreta enfrentada pelas grandes massas trabalhadoras, pode nos conduzir a uma irremediável separação entre as direções e as bases e entre o partido e as massas (POMAR, 1988, p.2).

Neste sentido, estrutura-se o PT mais como movimento social reivindicatório que de partido político. Conforme assevera Meneguello (1989), sobre a formação do Partido dos Trabalhadores:

O PT é um partido de origem externa, extraparlamentar, de caráter societário; apresenta uma proposta definida de inserção da classe trabalhadora no sistema político; sua estrutura interna fundamenta-se em núcleos de base, órgãos básicos de trabalho e integração partidária; seu funcionamento interno define-se pela intensa articulação entre os órgãos estabelecidos de forma hierárquica. Quanto à participação, o PT define-se, em certo sentido, pela idéia 'integralista' de partido: visa uma profunda integração com seus membros através de atividades políticas e tarefas de organização permanentes, fora dos períodos eleitorais (reuniões, debates, festas, contribuições financeiras periódicas, edição de boletins e jornal etc.). Finalmente, quanto à ação política, o PT confere bem menos importância à atividade eleitoral e parlamentar do que os demais partidos, priorizando os laços com os movimentos sociais (MENEGUELLO, 1989, p. 36).

O líder sindical metalúrgico, Luiz Inácio Lula da Silva, é um dos idealizadores e fundadores do Partido dos Trabalhadores. O novo movimento sindical é salientado por Meneguello (1989) em sua diferenciação do antigo, pois antes de 1964 o movimento sindical defende a participação do Estado nas transformações da sociedade no contexto do nacional-desenvolvimentismo que marcou os anos 1950. Na década de 1970, o novo sindicalismo defende a democratização do sistema político, a autonomia e liberdades sindicais, assim como, o direito de greve e mudanças na legislação trabalhista.

Em 1979, começam as primeiras discussões acerca da criação de um partido político dos trabalhadores, visto que Lula lidera uma greve unificada representando toda a categoria. Estruturar uma organização partidária com o intuito de lutar por suas reivindicações sociais e de outros movimentos foi a estratégia adotada pelos membros do movimento sindical para, posteriormente, colocá-las em prática em um governo. Neste contexto, em outubro de 1979,

surge o Partido dos Trabalhadores.

Decorreram 31 anos de trajetória partidária, do ano de 1979 até o ano atual. Neste percurso político, vai sendo estruturada a mudança do PT de um partido de massas para um partido tipo *catch-all*. As mudanças são observadas por meio de documentos partidários, tais como: o Manifesto de Fundação, o Estatuto e o Programa do Partido, lançados em 1980.

Alguns aspectos fundamentais da configuração ideológica do partido são expressas no Manifesto de Fundação. Assim, nasce o PT como um partido de explorados que defende os setores menos valorizados da sociedade. A burguesia exploradora torna-se classe dominante e, como proprietária dos meios de produção explora e expropria os trabalhadores, classe dominada. O Brasil está inserido em um cenário de luta de classes.

O PT defende uma democracia exercida diretamente pelas massas trabalhadoras, fato que promove a constituição de um governo socialista, isto é, “o PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados” (Manifesto de Fundação, 1980). Neste documento, segundo César (2002), o partido apresenta conceitos amplos e pouco especificados, com o intuito de aumentar a representatividade dos trabalhadores, proposta almejada pelo PT. Nesta perspectiva, o Partido dos Trabalhadores se autodenomina de partido das massas, fato atribuído ao caráter popular e a origem externa ao parlamento.

Nas primeiras experiências, em países europeus, os partidos de esquerda temiam perder os ideais dos trabalhadores, caso valorizassem os postos representativos, segundo aponta Przeworski (1995).

No Estado de São Paulo, em abril de 1980, uma greve dura 41 dias sob a liderança do Sindicato dos Metalúrgicos. No decorrer da greve, 270 mil assalariados ficam paralisados. Em junho de 1980 aprova-se o Estatuto e Programa do PT (Trajetórias, 2005). O PT esclarece sua disposição hierárquica, os filiados (conscientes do papel de doutrinação e defesa de ideais partidários) e, participantes das tomadas de decisão e das receitas da instituição.

O Estatuto e Programa do PT apresentam a organização interna do partido, em resumo, o processo de estruturação e disciplinarização dos partidos socialistas, necessárias para que estes alcancem a estima e a consideração dos partidos burgueses e das massas. Em segundo lugar, aborda o esforço dos fundadores em evitar as tendências de oligarquização,

visto da importância concedida pelo partido aos núcleos de base. Essas instâncias demonstram a valorização que conferem às formas democráticas de participação política.

O partido instituiu outros mecanismos de participação interna como núcleos, que segundo Meneguello:

[...] são entendidos como ‘órgão [s] de caráter consultivo [que] representa[m] as decisões dos núcleos de base [...] com o objetivo de promover a articulação das bases partidárias’, os conselhos consultivos de representantes de núcleos, que têm por função ‘canalizar as demandas das bases para as instâncias superiores e viabilizar um maior grau de informação entre os vários órgãos’ e os boletins, questionários, informativos e textos internos (MENEGUELLO, 1989, p. 101).

As propostas do PT não se esgotam na melhoria das condições de vida e de trabalho do operário, mas em alterar a relação entre capital e trabalho de modo radical. Nos primeiros momentos de estruturação do Partido dos Trabalhadores, em seu discurso (1981, p. 3), Lula defende uma sociedade justa e sem explorados, a sociedade socialista e pretende a emancipação dos trabalhadores. Cabe ressaltar que, no entendimento de Lula, a emancipação dos trabalhadores ocorrerá pelos próprios trabalhadores. Neste sentido, Luiz Inácio Lula da Silva explica:

Não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos mudar a relação capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho. E isso só se consegue com a política. O Partido é a ferramenta que nos permitirá atuar e transformar o poder neste país. (Discurso de Lula, 1981, p. 3).

O PT é declarado como partido de massas, cujo enfoque não são as eleições em primeiro lugar, mas representar a classe trabalhadora e permitir seu acesso ao poder. O fato é redigido no discurso de Lula:

Reconhecemos a autonomia do movimento popular frente ao Estado e aos partidos políticos. Por isso, não admitimos que o movimento popular seja reflexo ou extensão de nossa atividade partidária, não queremos tutelá-lo. Ao contrário, é o nosso partido que deve exprimir os anseios do movimento popular, consolidando-os politicamente (Discurso de Lula, 1981, p. 5).

Em 1982, conforme destaca Meneguello (1989) são realizadas as eleições e os partidos abordam como temática a rejeição ao passado político da ditadura militar e a exaltação à formação de um Estado democrático. A campanha eleitoral do PT não é diferenciada, visto focar o lugar do passado repressor e a inovação política do partido, a reação ao voto útil e a força da identidade partidária oriundas dos movimentos sociais e das lutas de trabalhadores.

O conteúdo elencado na revista *Trajetórias* (2005) sugere que, no período de eleições, são criadas expectativas positivas no interior do PT devido à sua proposta política inovadora e ao seu programa identificado com os anseios populares. Contudo, o desempenho do Partido dos Trabalhadores não condiz com as expectativas, este elege em todo o país não mais que oito deputados federais, nove deputados estaduais, cento e dezoito vereadores e dois prefeitos (*Trajetórias*, 2005).

A fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ocorre em agosto de 1983, apoiada pelo PT tem como objetivo a unificação das lutas dos trabalhadores para formar um novo sindicalismo, autônomo e independente do governo.

Em São Paulo, em novembro de 1983, ocorre o primeiro comício pelas “Diretas Já”, promovido pelo PT e demais partidos que apoiavam o movimento, bem como por Ulysses Guimarães, do PMDB⁴, político a quem foi atribuído o título de “Sr. Diretas” e, ainda, contou com a participação de Tancredo Neves, representante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro à presidência. O país mobiliza-se na campanha pela eleição direta para a Presidência da República, as “Diretas Já”, no ano de 1984. Esse movimento propõe emenda constitucional Dante de Oliveira, a qual determinava eleições diretas para a Presidência, contudo, o Congresso Nacional não aprova a emenda.

A partir da expressiva mobilização popular que solicitava o voto direto para presidente e era representada por parte dos setores conservadores, organizações de esquerda e dissidentes da ditadura, negociam com o regime militar uma solução para a crise institucional e de legitimidade.

Sobre as alianças formadas com o intuito de assegurar a hegemonia do movimento intitulado “Diretas Já”, Dallagnol afirma:

Aliam-se as lideranças do PMDB, que mantêm hegemonia do movimento ‘Diretas Já’ aos dissidentes do PDS (partido do governo) e, desse modo,

⁴ Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

formam a Aliança Democrática. Em eleições previstas para o dia 15 de janeiro de 1985, e com o apoio da Aliança Democrática, Tancredo Neves e José Sarney são lançados como presidente e vice, sob voto indireto. Neste contexto, por acreditar que esta medida soava como traição aos ideais do movimento “Diretas Já”, o PT se posiciona contrário à chapa Tancredo-Sarney (DALLAGNOL, 2006, p. 48-49).

Posteriormente a vitória da Aliança Democrática, inicia-se a Nova República com o governo de José Sarney. No início de seu governo são convocadas eleições para o Congresso Constituinte, a realizar-se em 1986.

O período é promissor para o Partido dos Trabalhadores, uma vez que Luiz Inácio Lula da Silva torna-se deputado constituinte, eleito com expressivo número de votos (651.763). O resultado é relevante para o PT, pois o partido expande suas bancadas no Senado e na Câmara dos Deputados, além do crescimento nas assembleias legislativas do Estado. O aglutinar dos acontecimentos conduzem o Partido dos Trabalhadores a discutir de modo abrangente sua definição ideológica.

Inspirado nas deliberações do 5º Encontro, o PT participa da elaboração da constituição com um projeto organizado, cujo conteúdo prioriza a defesa dos direitos dos trabalhadores e a reforma agrária e tem como proposta a democratização do serviço público e o acesso das classes trabalhadoras ao poder.

Ainda de acordo com César referendado em Dallagnol “o projeto de um governo petista que possa desestabilizar a dominação burguesa é mantida, no entanto, a forma de implementação da sociedade socialista passa por modificações, apesar do partido prosseguir explicitamente na opção pelo socialismo” (DALLAGNOL 2006, p.53 *apud* CÉSAR 2002, p. 54).

Conforme mencionado anteriormente, algumas mudanças são vislumbradas no discurso do PT. No que concerne ao caráter ideológico, o partido valoriza as alianças eleitorais e delega o segundo plano aos movimentos sociais. Em outras palavras, o Partido dos Trabalhadores diminui, mesmo que gradativamente, sua tendência classista e orienta o discurso pela relevância dos mecanismos eleitorais, conforme Przeworski (1995).

Outra modificação no discurso do PT diz respeito à utilização da palavra ‘revolução’. Segundo Singer (2001), compreende-se o termo revolução de dois modos. Na primeira distinção, como a tentativa de derrubar autoridades políticas com o uso da violência e, na segunda, como qualquer mudança fundamental. Logo, o PT transita entre estas duas definições no desencadear de sua fase de fortalecimento.

Ainda Conforme Dallagnol, sobre o pleito de 1989 e as modificações no discurso que permeia as posições ideológicas do PT:

A disputa eleitoral de 1989 desencadeia, de forma pouco mais explícita as modificações no discurso e nas práticas do PT, uma vez que o partido evolui da ênfase na ocupação do Estado pelo proletariado para a proposta de transformação social denominada, nos documentos internos de 'Revolução Democrática (DALLAGNOL, 2006, p. 54).

Carreirão citado na dissertação de Dallagnol afirma que, em 1989:

[...] o segundo turno fica bastante dividido por possuir um candidato de esquerda e outro de direita. À esquerda, Lula e o PT são associados à idéia de caos e desordem, apesar da forma de implementação da sociedade socialista ter sido modificada e “amenizada” no discurso do partido. A insatisfação da população com o Governo Sarney e a valorização, veiculada em grande parte da mídia, de características pessoais de um candidato como Fernando Collor de Melo, de quem foram destacados a jovialidade, a renovação política, a atitude compromissada com a nação e a honestidade, apresentam-se como variáveis explicativas da decisão do voto do eleitor em 1989. Nestas eleições, os 37,86% de votos recebidos por Lula não são suficientes para superar os 42,75% recebidos por Collor (DALLAGNOL, 2006, p. 54-55).

O PT, apesar da derrota nas urnas, concebe estas eleições como importante para o partido, visto que este se consolida como o maior partido de esquerda do país e, neste período, Lula é reconhecido como a liderança opositora mais forte do Brasil.

Em 1992, o resultado das eleições municipais é positivo para o PT, visto que elege 53 prefeitos, 38 vices e 1050 vereadores. Contudo, o fator mais relevante, segundo Dias (1993), é a possibilidade de estar presente em praticamente todas as disputas do país e ampliar sua rede eleitoral ao concorrer eleições em 2500 municípios.

O documento ou Resolução do 9º Encontro do PT (1994, p. 16) ainda apresenta em seu conteúdo técnicas de *marketing* político a serem desenvolvidas no decorrer da campanha eleitoral. Dentre elas, a procura de pontos positivos no candidato Lula para que estes possam neutralizar os pontos negativos “que os adversários, certamente, levantarão”. É possível perceber que o PT organiza todos os detalhes da campanha de Lula como Presidente da República e o 9º Encontro convoca filiados e simpatizantes de todos os lugares do Brasil para a organização da campanha eleitoral “os comitês Lula precisam ser semeados aos milhares e milhares, por todos os cantos do país, constituindo-se como poderoso instrumento

de organização dessa participação popular e como verdadeira alma de toda a campanha” de acordo com a Resolução do 9º Encontro do PT (1994, p. 16).

Neste contexto o que anteriormente, leia-se campanha de 1989, em que fora encarado como motivo de críticas, o grau de escolaridade de Lula, ou seja, a falta de estudo do candidato considerado alfabetizado funcionalmente. Sabidamente, os estudiosos do marketing político utilizam esse discurso de “falta de formação acadêmica” e alegam que a sensibilidade de Lula e sua experiência na Escola da Vida superam a falta do conteúdo científico historicamente produzido pela humanidade. Portanto, cresce gradativamente no Partido dos Trabalhadores uma tendência universalista para alcançar os votos de todas as camadas da população.

Outra mudança perceptível no discurso do PT concerne à discussão da dívida externa, nos anos de formação inicial do partido, os argumentos voltavam-se para o combate aberto ao pagamento da dívida, ao passo que na resolução do 9º Encontro prega-se a negociação do pagamento.

O PT organiza seu Encontro Nacional Extraordinário, em 1998, cujo enfoque são as críticas ao neoliberalismo e às políticas de privatização e, conjuntamente com entidades populares, partidos de esquerda e setores da sociedade civil, se impõem como a grande força de oposição à política de internacionalização da economia brasileira.

Em sua dissertação, Dallagnol retoma Oliveira, o qual fora citado em Hadad (1998) em que Lula descreve o PT:

Eu sou um PT light... Acho que o PT não tem de que se envergonhar nesse curto período de existência, em que contribuiu enormemente para a democratização da vida brasileira [...] O que o PT não deve nunca tentar fazer é parecer bonzinho [...] O que está aí é muito forte e o PT se assustou. Mas ele tem que continuar a dizer a esse país que ele precisa de reformas vigorosas, profundas (DALLAGNOL, 2006, p.63).

Contrapondo o antigo discurso radical, o qual pregava medidas inviáveis e tecia críticas à política econômica, surge, em 2002, por intermédio da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, um discurso equilibrado, calcado na diplomacia, este advém do apoio de intelectuais dedicados ao Partido dos Trabalhadores.

Dulci (2003) destaca o crescimento do Partido dos Trabalhadores e atribui este desenvolvimento à crise enfrentada pelo modelo neoliberal brasileiro, bem como ao bloco governista. Nesta perspectiva histórica, o PT apresenta um programa de governo que

preconiza a busca de amplas alianças partidárias, militância organizada e entusiasmada, propaganda maciça na mídia, empatia do candidato à Presidência com a população pertinente a classe trabalhadora e vice entrosado com a classe burguesa.

O resultado das eleições confirma as expectativas petistas. Lula elege-se o primeiro presidente de origem trabalhadora, pobre e de esquerda do Brasil, no final do ano de 2002, com 61,27% dos votos em segundo turno e repete o feito em 2006, período em que é reeleito.

Nesta parte da dissertação tenta-se apresentar, mesmo que brevemente, o contexto histórico-social de como o governo do Partido dos Trabalhadores alcançou a Presidência da República, visto que para a ACD tais aspectos se apresentam como indícios do sentido. A ACD entende que os sentidos são construídos historicamente. Portanto, o contexto da enunciação constitui-se como parte do sentido. A noção de sentido da Análise Crítica do Discurso pressupõe que os sentidos não existem de modo antecipado ao discurso, pois este se constitui concomitantemente ao desenrolar do discurso.

O leitor agora é convidado a manter diálogo na análise de gêneros chárgicos que abordam caricaturas de Lula e apresenta sátira ao representante, bem como a seus “projetos de governo”. Neste sentido, o exercício analítico se dará por meio dos estudos preconizados pela Análise Crítica do Discurso, especificamente, sob o arcabouço teórico de Van Dijk. O referido autor oferece fundamentação no que tange ao discurso da mídia, isto é, ao conhecimento e a notícia, bem como categorias fundamentais para responder aos questionamentos e hipóteses aqui desenvolvidas.

Retomando os capítulos anteriores, no capítulo I tratou-se da fundamentação teórica que compõem o arcabouço da Análise Crítica do Discurso e as categorias utilizadas nas análises do gênero chárgico. No capítulo II, esboçou-se estudo acerca da charge, gênero que consiste no *corpus* desta dissertação. No capítulo III, apresentou-se contextualização histórica sobre a *Folha de São Paulo* e o charginista, cujas charges serão analisadas, Angeli. Assim como, alguns personagens de Angeli são apresentados para que se compreenda quem é Angeli e como elabora seus personagens. No IV capítulo, apresentou-se um breve relato histórico sobre a trajetória do Partido dos Trabalhadores e, conseqüentemente, do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. No próximo capítulo, propõe-se a realização da análise das charges políticas de Angeli, a fim de se compreender como ocorrem as relações de Dominação, Poder, Acesso e Controle e como estas são denunciadas na materialidade

discursiva.

Observe-se como Angeli tece suas denúncias nas charges.

PARTE 5

DOSSIÊ, A GALERIA DE CHARGES POLÍTICAS ACERCA DO GOVERNO LULA

Conforme se explicitou, anteriormente, no Capítulo II, as charges estão sempre ancoradas em algum fato noticiado, no que se refere à função referencial esse gênero discursivo transcende a realidade, concretiza a função poética da linguagem, suscita a releitura de significados por meio da forma e conteúdo.

As charges produzidas por diferentes chargistas e meios de veiculação primam pela denúncia social ao recontar um contexto, visto que o gênero chárstico procura refratar a realidade em evidência, bem como estabelecer um diálogo com o leitor.

Ressalta-se também que as charges, em sua maioria, são apresentadas nos meios de veiculação como jornais e revistas, próximas ao fato ao qual fazem alusão, seja na primeira página ou em seção mais específica ligada ao tema abordado. Assim, a charge alia-se ao fato social ao qual manifesta sua crítica, e nessa perspectiva, ela permite a expansão da reflexão acerca de um fato.

Neste sentido, apresenta-se a descrição das charges de Angeli selecionadas e se propõe, a análise por intermédio das leituras possíveis dos traços utilizados pelo cartunista e do emprego dos conceitos que fundamentam a Análise Crítica do Discurso, cujo conteúdo permite ao leitor compreender as denúncias veiculadas na charge.

5.1 ANÁLISES DAS CHARGES DE ANGELI

Angeli descortina o contexto da política desenvolvida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva por meio de trocadilhos e traços caricaturais que denunciam o estilo “mal educado” do chargista de elaborar a crítica.

O autor veicula em seu site oficial, entrevista concedida à TV UOL, cujo tema trata

da produção de seus personagens. Neste vídeo, Angeli relata que todos os personagens por ele caricaturados se mostram a frente do próprio chargista e revelam o comportamento de um grupo, uma tribo ou uma geração.

Angeli revela que sente prazer quando descobre alguma ligação do personagem com sua personalidade. Todavia, o chargista afirma que na charge recorre ao exagero, isto é, aciona um refletor maior sobre algum ponto de um personagem para transformá-lo em humor. O humor é feito de exagero, conforme sugere o chargista.

Retomando o que foi trabalhado sobre a charge cita-se Nery, que afirma “para ser decodificada, a charge necessita manter uma relação estreita com o cotidiano e o universo cultural do leitor” (NERY, 1998, p. 71-72). Os teóricos garantem que para a compreensão da charge há necessidade de entender o seu contexto histórico/temporal. Neste aspecto Nery ainda assevera ser a charge “um tipo de registro da história que necessita, para uma interpretação aberta estar relacionada aos eventos político culturais de seu tempo” (NERY, 1998, p. 87). De acordo seus estudos sobre o público leitor da charge:

A charge dirige-se a um público que está informado sobre os fatos incluídos na agenda da mídia, não substituindo a leitura dos textos jornalísticos informativos e opinativos. Portanto, esclarece o autor, que para ser decodificada, a charge necessita manter uma relação estreita com o cotidiano e o universo cultural do leitor (NERY, 1998, p. 71-72).

De acordo com Melo a charge é capaz de “influenciar um público maior que aquele dedicado à leitura atenta dos gêneros opinativos convencionais: editorial, artigo, crônica, etc” (MELO, 1994, p. 162). Para confirmar a importância relegada à charge o autor ainda explicita: “é que a imagem, na imprensa, motiva de tal modo o leitor e produz uma percepção tão rápida na opinião que se torna instrumento eficaz de persuasão” (MELO, 2003, p. 166).

O gênero chárstico tem como intuito ironizar, ridicularizar e, por meio do exagero, denunciar os problemas sócio-econômicos, culturais, raciais, étnicos, enfim, tudo que remete a estereótipos e fraquezas no processo de interação humana. Logo, ao denunciar os desvelos da sociedade, o humor veiculado na charge permite o refinar das ideias e o alargar da percepção crítica do leitor/expectador na construção dos sentidos. Assim, o trabalho com a charge permite ao leitor subverter o óbvio na dicotomia explícito/implícito.

Neste âmbito, o jogo de palavras e imagens que permeiam o gênero chárstico atua

diretamente na construção do sentido, no entanto, o leitor deve acionar o conhecimento prévio para que compreenda o contexto refratado na charge. A obra de Angeli reflete esse jogo de palavras e imagens, visto que o autor utiliza clássicos (obras de arte, ditos populares, slogans e outros recursos) em que “brinca” com as palavras/discurso atribuindo-lhe diferentes sentidos. Como citado anteriormente, o humor ambíguo e proposital que o caricaturista imprime à charge ao retratar as crises que permeiam a sociedade apresentam um caráter ideológico ao denunciar instantaneamente o contexto governamental, social ou individual, os quais remetem a cultura do país. De acordo com Confortin o humor engajado que permeia o gênero chárstico tem como finalidade:

A charge é essencialmente política em todos os sentidos de palavra, e obrigatoriamente, carrega grande força crítica, poder reivindicatório e contestador. A simbologia das personagens e temáticas de que o chargista se apossa indicam e apontam para um mundo vivido. Só tem sentido fazer charge de figuras públicas e que sejam reconhecidas pela grande massa da população, que é o que produz o impacto maior no humor (CONFORTIN, 1999, p. 84).

Os chargistas trabalham com o contexto da notícia, Angeli se apossa das informações que circulam na mídia e, desse modo, é necessário ter um conhecimento histórico-social das condições de produção destes gêneros para alcançar a materialidade discursiva, perceber a crítica que está implícita e que possibilita ao leitor um novo acesso, outro olhar. Todo discurso é ideológico, mesmo que se queira negar tal constituição.

Assim, por intermédio das palavras, das imagens, dos traços, das cores e de outros recursos gráficos, os quais funcionam como efeitos de sentido que corroboram na produção e interação na materialidade discursiva é possível compreender as contradições sociais por meio das charges de cunho político produzidas por Angeli, visto que o produto utilizado pelo chargista na produção do discurso diz respeito à realidade.

O leitor precisa acionar alguns conhecimentos na leitura das charges, visto que este gênero opera com ambiguidades, sentidos indiretos, implícitos e para compreendê-lo o leitor/expectador precisa entender os sentidos suscitados no discurso. Todavia para compreender a charge ainda deve-se entender a denúncia desenvolvida pelo chargista e interagir com autonomia textual.

O gênero chárstico elaborado por Angeli é constituído de humor crítico, fato este que torna possível a compreensão da sociedade devido à leitura que realiza dos efeitos de sentido

produzidos neste ato discursivo, o qual remete o leitor aos dados históricos, ideológicos e sociais que imiscuim-se ao discurso irônico e ambíguo da charge.

O aspecto visual é preponderante na contemporaneidade imersa em imagens e está associada às facilidades da imprensa, da fotografia, dos computadores e da televisão. Diante do contexto social vigente, a imagem assume um papel de igual importância no âmbito social e a charge constitui um destes recursos para a compreensão da realidade.

O trabalho realizado pelo chargista consiste em uma forma de discurso que é espaço de manifestação de outros discursos e de ideologias, cujo intuito se refere à produção e reprodução, formação e informação, além de sentidos acerca do que o autor da charge considera como tema a ser trabalhado e de seu discurso, além dos discursos que ele apresenta/representa e que compõem seu discurso. O gênero chárstico produz sentidos a partir de outros sentidos.

Nesta perspectiva, Angeli por meio de suas crenças e ideologias, tecidas por diversos elementos dialógicos constituidores de sua relação com o mundo e consigo elabora charges que abstraem a realidade.

Ao se considerar a charge uma linguagem social opinativa, atribui-se a esse gênero o papel de documento político-histórico, cuja função é refletir posições, crenças e ideologias de um grupo ou instituição acerca de temas públicos, reconhecíveis e discutidos durante uma conjuntura. Todavia, tal gênero pode ser representativo de um grupo e de seus paradigmas durante um período histórico, no entanto, não pode ser documento único da historiografia acerca de uma conjuntura.

Para fins de análise, foram selecionadas seis charges, cujas temáticas remetem ao governo e ao presidente da República. A primeira logo após a posse, e a segunda data do dia 03/02/2003; portanto, ambas do início do governo Lula. A terceira charge data de 28/03/2004, isto é, no segundo ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e retrata, conforme legenda “Lula e Dirceu após o escândalo Waldomiro”. A quarta charge data de 14/05/2004 e apresenta desenho do presidente publicado dois dias depois da tentativa de expulsão do país do jornalista Larry Rohter, que escreveu que Lula bebia demais. A quinta charge tem como temática a Fidelidade Partidária e, a sexta e última charge aqui analisada aborda como tema também a fidelidade partidária e tem como legenda “É melhor levar, chefia! O original não existe mais!

Desse modo, foram selecionadas algumas charges por meio de pesquisas no site

UOL, em que Angeli posta algumas charges produzidas para a *Folha de São Paulo* online. Os critérios utilizados para a seleção das charges aqui analisadas concernem em verificar aquelas que realizam críticas ao Presidente Lula acerca de seu comportamento, seu modo de governar o país e críticas ao Programa Fome Zero, “menina dos olhos” do Governo.

Sob esta lógica tem-se a charge “Além do Horizonte”, cujo conteúdo apresenta crítica explícita ao Fome Zero e ao ar messiânico de Lula. Na charge “A Alma do Negócio” também há crítica evidente ao Fome Zero, salientando o caráter de muita propaganda e pouca ação. Na charge “Coisa estranha, Dirceu! somos nós que estamos diminuindo ou é o palácio que está crescendo?” há uma retomada aos problemas relacionados ao Escândalo Waldomiro Diniz. Na charge “Poder Aprecie com Moderação”, Angeli aborda o episódio envolvendo o presidente Lula e o jornalista Larry Rohter, que escreveu que o presidente do Brasil é beberrão. Lula tentou expulsar o jornalista do país devido ao episódio. Na charge “Fidelidade Partidária” o chargista retrata as modificações ocorridas no interior do Partido dos Trabalhadores, cujos escândalos tem ofuscado a “estrela”. Na charge intitulada “Produtos Piratas” o autor assevera por meio do vendedor (figura ilustrativa) que o cidadão deve levar produtos da marca PT, visto que o original não existe mais. Este foi o percurso para a seleção das charges aqui estudadas sob o arcabouço teórico da Análise Crítica do Discurso.

O governo Lula iniciou em 2002 e, conforme se dizia à época, “a Esperança venceu o Medo”, ou seja, na visão dos que assumiam o poder, o povo brasileiro mostrava-se sequioso por ser governado por um político oriundo do Novo Sindicalismo e das classes populares. Eis o trabalho com as charges acima citadas.



Assim, na primeira charge, intitulada de “Além do Horizonte”, o cartunista tece críticas a certa visão messiânica da figura presidencial, herança maior da cultura política da Era Vargas e do Presidencialismo em geral. Lula é tido como um redentor por grande parcela da população, sobretudo a mais carente, por identificar-se com a sua origem, por mostrar que se ele ascendeu ao poder, e que eles também o podem fazer, reforçando a esperança de que, se ele está “lá” poderá “fazer alguma coisa pelos pobres”, coisa que o governo dos intelectuais e dos ricos não teria realizado.

Assim, no que tange à charge “Além do Horizonte”, Angeli apresenta a figura do “bom pastor”, vestido com manto que, por conseguinte, é envolvido pela faixa

presidencial, o que remete à figura “*sagrada*” do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O presidente Lula segura um cajado, que simboliza o poder e, em torno dele, há uma multidão de famintos e miseráveis que, por sua vez, ouvem o discurso do “bom pastor”, do “*santo detentor do poder*” ou do presidente da República, que anuncia:- “Famintos e miseráveis, sigam-me! Eu os conduzirei a um mundo de “quentinhas” e “cestas básicas!”

Tudo isso constitui intertextualidade com a figura bíblica de Moisés e com a libertação dos cristãos da escravidão no Egito. Lula aparece, ainda que de maneira jocosa como o líder. É necessário lembrar que a charge, pelos elementos gráficos que tem (o cenário desértico, o cajado, o líder barbudo vestido com uma túnica e o povo amarelo e desnutrido) remete a construções feitas sobre Antonio Conselheiro e sobre Canudos.

A Revolta ou Guerra de Canudos ocorreu no final do século XIX sob a liderança de Antônio Conselheiro, que acreditava ser um enviado de Deus para acabar com as contradições sociais. As ideias de Conselheiro arrebanharam grande número de seguidores que acreditavam na libertação advinda das mãos de seu líder, visto que o Nordeste brasileiro estava sob condições precárias, assolado pela fome, seca, miséria, violência e completo abandono por parte das autoridades. Cansados de perecer, a população mais carente encontra em Antônio Conselheiro uma possibilidade de Libertação (melhoria de suas condições de vida) e aliam-se ao beato.

A imagem de Lula na charge “Além do Horizonte” retoma o contexto histórico de Canudos, visto que a população mais carente do país vislumbra em Luiz Inácio Lula da Silva a solução para os problemas sociais que afetam a parcela mais carente do Brasil e Lula atua como uma espécie de “salvador da pátria”, em quem o povo brasileiro aposta a resolução/solução de todos os problemas e contradições existentes. Além das semelhanças entre os ideais da população e a manipulação de ambos os líderes, há também semelhanças físicas entre eles, pois os dois são barbudos, têm os olhos arregalados e a postura de liderança.

Assim, a figura da charge indica que o povo miserável é aquele que, seguindo-o será liberto da escravidão-fome. O recurso ao humor significa dúvida de que isto ocorrerá e se as consequências não estão atreladas apenas a imagem da eterna “santificação” de um político e da manutenção de dependência da população menos

favorecida com relação ao “seu” poder ou, ainda, a dúvida de esta proposta ser apenas mais uma promessa de campanha, de um discurso de político e de seus desdobramentos no que tange à perpetuação de uma lógica discursiva e de uma estrutura de poder. Será que isto ocorrerá mesmo? Ou com quais consequências? A da eterna “santificação” de um político e da manutenção de dependência da população mais pobre com relação ao “seu” poder? Ou será que se está apenas diante de mais uma promessa de campanha, de um discurso de político e de seus desdobramentos no que tange à perpetuação de uma lógica discursiva e de uma estrutura discursiva e de uma estrutura de poder?

O título da charge remete à canção “Além do Horizonte”, cujo intérprete é o cantor Roberto Carlos. A letra da composição apresenta alguns trechos que se aproximam da proposta do governo:

Além do horizonte deve ter
Algun lugar bonito pra viver em paz
Onde eu possa encontrar a natureza
Alegria e felicidade com certeza.
Lá nesse lugar o amanhecer é lindo
Com flores festejando mais um dia
Que vem vindo
Além do horizonte existe um lugar
Bonito e tranquilo pra gente se amar.
Lalalalalarala, lalalalalarala...

O título estabelece intertextualidade com a canção interpretada por Roberto Carlos, porém a imagem retoma o texto bíblico de *Números*, capítulo 10, versículos 11-36, em que Moisés fala ao povo no deserto. Aliás, o cenário em que ocorre o discurso do presidente parece um deserto, o que conduz à inferência de que o espaço é o sertão nordestino ou, ainda, um espaço desolador que abriga os pobres, o que remete ao entendimento de que ao retratar o presidente e seu governo da forma como o fez, a charge aponta que este está tentando fazer as manutenções abordadas nas análises acima. O humor aparece como artifício para apontá-las ou negá-las em uma crítica ao posicionamento governamental que corrobora e introduz no discurso a raiz comunista do chargista.

Ao pronunciar que conduzirá “famintos e miseráveis” a um mundo de

“quentinhas” e “cestas básicas”, Lula, sob a voz de Angeli, retoma o programa Fome Zero, cujas ações constituem ajuda financeira às famílias menos favorecidas que, provavelmente também recebem o cartão Bolsa Família e outros benefícios, como restaurantes populares, instrução sobre hábitos alimentares, a distribuição de vitaminas e suplementos, microcrédito, dentre outras iniciativas.

O recurso ao humor é uma forma do cartunista trazer à tona a possível baixa qualidade da alimentação, já que as ditas “quentinhas”, no imaginário popular corresponde à uma alimentação mais saborosa, e “cesta básica” remete a um contexto de miséria⁵.

Conforme documentos oficiais, o programa Fome Zero é definido no âmbito da Presidência da República como:

O **FOME ZERO** é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome (<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>, 2008. Acesso em 01/04/2008).

Ainda sobre o referido programa, é importante explicitar que, de acordo com o site do governo, as ações práticas do programa Fome Zero são delineadas como

A atuação integrada dos ministérios que implementa políticas fortemente vinculadas às diretrizes do FOME ZERO possibilita uma ação planejada e articulada com melhores possibilidades de assegurar o acesso à alimentação, a expansão da produção e o consumo de alimentos saudáveis, a geração de ocupação e renda, a melhoria na escolarização, nas condições de saúde, no acesso ao abastecimento de água, tudo sob a ótica dos direitos de cidadania (<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>, 2008. Acesso em 01/04/2008).

O programa Fome Zero, criado em 2003, no governo Lula, tem como intuito a erradicação da fome e da pobreza existente no país. O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome atua como responsável pela coordenação do programa que consiste em uma estratégia governamental para assegurar a todos o direito à

⁵ Aquele que depende da cesta básica, e portanto, da assistência social, não tem por seus próprios meios, o mínimo necessário para sobreviver.

alimentação.

Angeli ao elaborar a charge “Além do Horizonte” tece críticas explícitas ao assistencialismo e ao clientelismo apregoados no governo Lula, mais claramente aos Programas de Governo, os quais amparam os sujeitos em suas necessidades básicas. Desse modo, ao veicular o gênero chárstico em um jornal de elevada circulação como a *Folha de São Paulo* o cartunista explicita seu posicionamento político-discursivo para que os leitores, também eleitores, como analisa Alves (2005), tenham acesso a tal discurso.

Conforme apontam os estudos da Análise Crítica do Discurso entende-se que esta se interessa pelos estudos da linguagem e do poder, visto que os discursos materializam as relações de luta e os conflitos de classes que permeiam a sociedade e estes são evidentes na charge, visto a imagem do Presidente da República (representante da classe burguesa, os dominantes) e centenas ou milhares de famintos (representando a classe menos favorecida, os dominados) e a intersecção entre ambos é a relação de dominação. O presidente “todo poderoso” (controla a mente e a “fome”) deste povo (o qual se deixa manipular) por, muitas vezes, não compreender as relações de poder, controle e dominação que se estabelecem.

Na charge “Além do Horizonte” observa-se, por intermédio do conteúdo que permeia esse gênero, o modo como o domínio e a desigualdade são praticados, reproduzidos na sociedade. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva estabelece o controle de algumas parcelas da sociedade tanto por meio do poder que lhe foi concedido oriundo da eleição que o tornou o Presidente da República Federativa do Brasil, quanto por intermédio do poder estabelecido via controle da mente. Observou-se anteriormente que a população mais carente tem em Lula a imagem de um “salvador” ou de um grande pai que irá acolher e resolver os problemas da sociedade.

Neste sentido, o presidente exerce o domínio sobre a população a partir do domínio, hegemonia e controle da mente e estes resultam de seus discursos de cunho assistencialista e da imagem de bom samaritano que transmite na mídia (que atua em favor da dominação). Portanto, Lula controla a mente do povo para que alcance popularidade e desvia o foco para uma série de contradições que envolvem seus discursos e os ideais do Partido dos Trabalhadores, especificamente, em sua atuação nos primeiros anos, cujos princípios se distanciaram do que atualmente é desenvolvido

no PT.

A história política brasileira não é promissora à população mais carente. Desse modo, o PT soube como enredar a população por meio de discursos que envolvem a erradicação da fome, a diminuição das diferenças sociais a partir de Programas e Projetos de Governo, cujo objetivo é assistir a população mais necessitada de condições básicas de sobrevivência. Bombardeados por propagandas, discursos e por imagens de um Lula emotivo, o povo é manipulado por grupos dominantes, os quais atuam diretamente em na memória semântica ou memória social, visto que influenciam ou confirmam crenças, culturas apreendidas via interação discursiva.

Ainda pode-se asseverar por meio dos conceitos da Análise Crítica do Discurso que ao controlar a mente de parte do povo brasileiro, Lula objetiva imprimir credibilidade e legitimidade ao seu discurso. Tal afirmação aponta que os sujeitos são controlados para pensar que não têm capacidade de pensar e discriminar acerca do que querem, pois ocorre a limitação da liberdade ou da independência, fato resultante do controle das instituições ou sujeitos sobre os outros (dominados).

Conforme Dijk (1993), um grupo domina outro grupo se possui poder social sobre este e se pretende abusar deste poder em detrimento de seus próprios interesses e, contrário, aos interesses dos grupos dominados/controlados. Compreende-se que a legitimação do poder de Lula ocorre porque este detém o poder social, político, econômico e abusa destes poderes em detrimento dos interesses de um pequeno grupo, mas contrariamente aos interesses de uma nação.

Todavia, é possível “escapar” deste controle se houver a compreensão de que ele existe e que a mídia atua contra ou favorável a ele. No caso da charge “Além do Horizonte”, Angeli denuncia esta série de categorias discutidas pela ACD.

Segundo Falcone e Hoffnagel, no que tange ao controle social pode-se definir como:

O poder social é definido em termos de controle, isto é, de controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros. Tradicionalmente, controle é definido como controle sobre ações de outros. Se esse controle se dá também no interesse daqueles que exercem tal poder, e contra os interesses daqueles que são controlados, podemos falar de abuso de poder. Podemos tratar do controle sobre os discursos de outros, que é uma das maneiras óbvias de como o discurso e o poder estão relacionados: pessoas não são livres para falar ou escrever quando, onde, para quem, sobre o que ou como elas querem, mas são

parcial ou totalmente controladas pelos outros poderosos, tais como o Estado, a polícia, a mídia ou uma empresa interessada na supressão da liberdade da escrita e da fala (FALCONE; HOFFNAGEL, 2010, p. 18).

Para aqueles que estão no poder faz-se necessário controlar o discurso para, conseqüentemente, controlar mentes e ações. Um povo que não reflete sobre os eventos mentais, que não apresenta conhecimento também não tem ações organizadas e bem articuladas para fugir da dominação.

O controle do discurso ocorre por intermédio do controle do contexto (quem participa, quando, onde, como e com que objetivo dos eventos comunicativos), isto é, há uma espécie de regulação de acesso ao discurso, principalmente no que diz respeito à mídia destinada às massas.

Os grupos dominantes exercem o acesso ativo, visto que controlam os conteúdos a serem veiculados na mídia e as formas de mídia a serem ofertadas aos consumidores, os quais têm acesso mais ou menos passivo, embora possam resistir ao discurso dos meios midiáticos e refletir sobre a informação posta.

O conhecimento pessoal e social, as experiências prévias, as opiniões pessoais e os atos sociais, as ideologias, as normas ou valores, são alguns dentre outros fatores que estão intimamente relacionados ao controle da mente.

Pode-se afirmar que devido à variedade de recursos tecnológicos cria-se a falsa impressão de liberdade e diversidade, no entanto, esta ilusão pode mascarar a hegemonia ideológica que está a serviço da classe mais poderosa e que, por sua vez, investirá nos interesses dos grupos dominantes e na fabricação e vendas de tecnologias e conteúdos recheados de tal ilusão.

Atualmente pode-se definir o poder como poder simbólico. Este poder está assentado no acesso preferencial ou no controle do discurso público.

O controle do discurso público significa o controle da mente do público por meio da persuasão, sedução, doutrinação ou manipulação dos consumidores/sujeitos.

Neste sentido, os poderosos são as elites simbólicas, aqueles que detêm o acesso preferencial ao discurso público e que, desse modo, exercem o controle sobre o acesso das classes menos favorecidas. Ressalte-se que o poder simbólico pode derivar do acesso, do conhecimento, dos bens materiais.

Observe-se como as “quentinhas e cestas básicas” são ofertadas pelo governo

na charge abaixo.



3/2/2003

Legenda: Enquanto colegas saudavam a chegada do ex-operário ao poder, Angeli desconfiava: a charge acima foi feita no segundo mês do governo Lula

Nos primeiros meses de 2003, Angeli, ao contrário de outros chargistas brasileiros, que gastavam tintas a fim de ilustrar o ex-operário e líder sindical que chega à Presidência da República, denunciava o excesso de marketing e escassez de conteúdo de alguns programas do governo Lula, em especial do Fome Zero, conhecido como programa modelo do governo petista.

Logo, na segunda charge, elaborada no segundo mês de governo do representante do PT, Angeli atribui ao título “A Alma do Negócio” toda sua desconfiança no programa instituído pelo Ministério de Desenvolvimento Social e

Combate à Fome, visto que o cartunista deixa explícito que a alma do negócio é a propaganda.

Na charge, aparece uma família pobre, perfil padrão para usufruir do programa de combate à miséria. O grupo familiar aguarda o resultado de tal “política pública”. O cenário em que esperam pelo produto remete à periferia e às favelas ou comunidades. Nesse cenário, evidencia-se a falta de saneamento, moradias precárias, falta de coleta de lixo, enfim, falta de infra-estrutura mínima que assegure qualidade de vida. A imagem retoma certo estereótipo da pobreza: família numerosa, mal vestida, inclusive uma das crianças aparece nua. A família possui um cachorro vira-lata que, aliás, está babando só de imaginar o que será ofertado pelo Fome Zero. O vira-lata parece ler a logomarca do programa de Governo. Todos desesperançados, sujos e cansados após um longo dia de trabalho. É a versão moderna e terceiromundista do quadro “Os Comedores de Batatas”, de van Gogh. A obra “Os comedores de batatas” resume a miséria e a desesperança dessa gente humilde (camponeses).

Os comedores de batata



Imagem extraída do livro *Artistas Famosos – Uma Introdução à Vida e Obra de Van Gogh*, p. 12.

No livro intitulado *Artistas Famosos – Uma Introdução à Vida e Obra de Van Gogh*, o pintor escreveu “Estou disposto a trabalhar em uma tela que represente um grupo de camponeses em torno de um prato de batatas, ao anoitecer.” (HUGHES, 1998, p. 12).

O objetivo de Van Gogh era adquirir sucesso como artista, para tanto, almejava criar uma pintura holandesa clássica. Desse modo, o quadro “Os Comedores de Batata”, o qual fora pintado em 1885, reflete o caráter esmerado com tal obra, visto que o pintor “desenhou todas as figuras em separado, fez esboços de pessoas que via nas casas de camponeses que visitava, e fez pelo menos 30 estudos a óleo (HUGHES, 1998, p. 12).

A obra foi elaborada a partir de tons cinza, verde e marrom, porém avivadas por lâmpada amarelada. Contudo, os “Comedores de Batata” não foi bem aceita, visto que Van Gogh utilizou cores escuras e retratou os rostos dos camponeses de modo realista.

Os rostos estão pintados de maneira muito realista. Naquele tempo, muitos artistas pintavam românticas figuras de trabalhadores jovens, belos e felizes. Vicent trabalhou o rosto dos camponeses evidenciando suas marcas e expressões atormentadas. Mais impressionantes ainda são as mãos, nodosas e torcidas, sobre o prato de resplandecentes batatas (HUGHES, 1998, p.13).

Ainda de acordo com Van Gogh *apud* Hughes: “Estas pessoas (...) cavaram a terra com estas mesmas mãos que colocam no prato, ganhando honestamente sua comida” (VAN GOGH *apud* HUGHES, 1998, p. 13).

Ao retomarmos a discussão sobre a charge é importante ressaltar que, tal estereótipo da família pobre brasileira aguarda o retorno do programa coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, embaixo de um *outdoor* em que o slogan do governo aparece com uma categorização gráfica ampliada e estilizada da bandeira nacional em forma de mesa, destacando o programa “Fome Zero” sob a luz de diversos holofotes. Que é o que mais ilumina todas as favelas da São Paulo retratadas na charge.

O brasileiro pobre estará sob os holofotes do governo e de sua pátria na medida em que poderá comer!! Está é a visão da pobreza expressa pelo governo/pelo chargista (já se falou sem segurança alimentar aqui). Ao realizar a charge e colocar a fala do chefe da família Angeli retoma o discurso expresso em “Além do Horizonte”.

Ressalte-se que o recurso de iluminação utilizado por Angeli é semelhante ao utilizado por Van Gogh. O primeiro foca a luz na logomarca do programa Fome Zero e, em consequência, essa luz atinge a família, embora não de forma efetiva. Van Gogh apresenta cores claras (luz) sobre a família. Ambos os autores utilizam tons escuros para retratar a paisagem, a qual não tem nada de belo a ser contemplado, visto que as obras não são românticas.

No cotejo dos discursos veiculados nas charges “Além do Horizonte” e “A Alma do Negócio” conclui-se que o mundo de quentinhas e cestas básicas, leia-se “Fome Zero”, oferecido por Lula aos brasileiros mais carentes, não teve efetivação, pois há famílias aguardando ao resultado da propaganda. O enunciado ou título da charge “Alma do Negócio” remete a dois entendimentos: ou o de que deve haver muito marketing acerca do Fome Zero ou de que o Fome Zero é a alma do “negócio” de Lula,

aliás. Saliente-se que a logomarca e a vinheta do programa denominado “Fome Zero” são criações do publicitário e marketeiro de Lula, Duda Mendonça, que elencou uma série de pontos positivos para eleger Lula e a bancada do Partido dos Trabalhadores, segundo reportagem do *Diário Popular* veiculada em 2003.

O Programa “Fome Zero” compreende prioridade do governo Lula e sua logomarca apresenta a bandeira do Brasil de forma estilizada, bem como um GARFO e uma FACA dispostos sobre um PRATO azul posto em cima de uma MESA verde arranjada com toalha amarela. Ainda abaixo da ilustração aparece o enunciado: "Fome Zero - O Brasil que come ajudando o Brasil que tem fome" e o sentido deste enunciado (discurso) está intimamente relacionado à posição/disposição dos talheres, os quais sugerem o término de uma refeição. E, sobre tal fato, Duda Mendonça explica ao *Diário Popular* (2003) que a posição dos talheres simbolicamente retrata o objetivo do Governo, isto é, erradicar a fome.

Duda Mendonça, segundo relatos do *Diário Popular* (2003), ressaltou que não quis utilizar cenas de miséria, visto que o objetivo da campanha é enredar a sociedade, engajar e mobilizar os cidadãos a aderirem à campanha: "Ao criar (a campanha), pensei na mobilização e na esperança das pessoas com o presidente Lula" (*Diário Popular*, 2003).

Todavia, o sentido a que remete a charge é de contradição entre o que pontua o Governo em seus discursos e os Documentos Oficiais e o que ocorre diariamente no país, visto que a erradicação da fome não ocorreu e milhares de pessoas sequer têm acesso ao que seja o programa Fome Zero, por não terem acesso a uma série de recursos básicos para a sobrevivência e, dentre estes, destaca-se a informação.

Ressalta-se que cada item que compõe a logomarca do programa Fome Zero corresponde a um Ministério ou Conselho, no caso a MESA constitui sigla do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, cuja função é coordenar e selecionar a implantação das políticas relacionadas aos programas e ações na área de segurança alimentar, bem como gerenciar o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza⁶. O PRATO representa o programa de “Ação Todos Pela Fome

⁶ O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza foi instituído pela Emenda Constitucional nº 31, de 14/12/2000 e regulamentado pela Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001 e seu objetivo consiste na aplicação de recursos em ações para nutrição, habitação, educação e outros programas de cunho social.

Zero” e corresponde aos comitês organizados por Betinho. Os integrantes do PRATO são voluntários (igrejas, bairros, escolas, clubes e outros), isto é, estes serão responsáveis pela mobilização, recolhimento das doações e devolutiva destas para a sociedade. Ainda é função do PRATO organizar as doações de produtos não perecíveis e encaminhar, semanalmente, para o CRD (Centro de Recepção de Doações) ou para o COPO (Conselho Operativa da Campanha Fome Zero).

No que tange ao COPO pode-se dizer que este atua como Conselho Operativo da Campanha Fome Zero, em conjunto com Poder Público Municipal e a Sociedade Civil. Todavia, o COPO é parte do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Credenciar entidades e distribuir os alimentos não perecíveis arrecadados é função do COPO por meio de trabalho integrado com o PRATO.

Ainda há o SAL, isto é, Agente de Segurança Alimentar do Programa Fome Zero na presença de cidadãos da comunidade incumbidos de acompanhar o desenvolvimento das famílias que usufruíram dos projetos ofertados pelo governo. Estes sujeitos serão capacitados por componentes do TALHER, ou seja, educadores populares cuja finalidade é a capacitação de Agentes do Programa Fome Zero (SAL).

O TALHER (grupo de professores ou capacitadores) atua no auxílio à elaboração de materiais e metodologias utilizadas na capacitação do SAL. Estas informações foram extraídas do Programa Fome Zero, coluna de “Perguntas mais Frequentes”.

Logo, tem-se uma representação simbólica para todos os elementos figurativos que compreendem a logomarca Fome Zero. Saliente-se que a descoberta destes elementos aponta mais uma vez para o excesso de publicidade, de equipe técnica e pouca ação.

Assim como todos os primitivos operários modernos europeus eram miseráveis e acabaram, de alguma forma, sendo objeto de políticas de assistência social causando o surgimento do Welfare State. Troca-se a figura do ex-camponês do primeiro mundo retratado por Van Gogh, miserabilizado pela Revolução Industrial pela do favelado nordestino brasileiro desenhado por Angeli, este vitimado pelas péssimas condições sociais e econômicas de sua origem, pela ilusão de que no Planalto de Piratininga se “rastrelava dinheiro” e por processos econômicos que exclui cada vez mais os trabalhadores menos qualificados, os quais vêm sua condição social inalterada pela

ilusão de que no Planalto de Piratininga a oferta de emprego e a subsistência seriam certos e parece haver na charge dúvida acerca de Lula melhorar a situação de milhares de pessoas como ele, antes da chegada ao governo e se, de fato, este constitui seu projeto para melhorar a vida das pessoas pertencentes a classe menos favorecida.

Há uma aparente resposta negativa ao se observar que enquanto aguarda o produto anunciado no outdoor, o homem consola a esposa: - “Tenha calma, mulher! A propaganda eles já lançaram, agora só resta criarem o produto!” Desta forma, o título da charge remete ao dito popular “A propaganda é a alma do negócio” e, talvez, o discurso de Angeli seja expor que o programa “Fome Zero” é uma estratégia política ou, em outras palavras, uma propaganda do governo, porém sem conteúdo e aplicação prática, com o intuito de argumentar que, talvez o governo do PT em nada se diferenciará daqueles que fazem propaganda e inauguram belos prédios vazios.

Há ainda outra possibilidade de leitura a qual remete a crítica aos meios midiáticos como órgãos “produtores de ilusão”, visto que estes criam uma esfera de redenção sobre o presidente da República como se este tivesse condições de resolver todos os problemas que afligem a sociedade por meio de seus programas de governo.

Curiosamente, em São Paulo, enquanto Lula protagonizava as greves do ABC e enfrentava o regime militar, o então governador, cuja política o reprimia violentamente⁷, ficou famoso por inaugurar prédios vazios, ter políticas inócuas, porém espalhafatosas como a Paulipetro, e fundamentalmente por “roubar mas fazer”. Ao chargear o programa Fome Zero da maneira como faz e retomar o discurso de que este poderá manter aspectos conservadores da política brasileira, o desenho constroi e retoma colocações que o governo (ou governos) do PT em nada se diferenciam dos demais, negando o discurso de que o “modo petista de governar” é diferente.

Ressalte-se que a cor vermelha, verve do Comunismo e todas as críticas dirigidas ao governo Lula reaparecem no fundo cinza-azulado da charge. A perspectiva do cartunista de “ser contrário ao humor a favor” fica explícita nestas duas primeiras charges, assim como este também retoma sua linha discursiva de críticas sociais e políticas mordazes.

Esta charge permite citar que, mais uma vez, o governo por ter acesso aos meios de comunicação utiliza sua influência para manipular as pessoas por meio de

⁷ Paulo Maluf.

estratégias de marketing e propaganda de seus Programas de Governo. Contudo, nem todas as pessoas têm acesso às informações de que cada parte que integra a logomarca constitui um programa, Ministério ou projeto, visto que estes dados revelam ainda mais que a propaganda é a alma do negócio. E que para o governo não importa o resultado do produto, mais a propaganda e a manipulação da população para que o Partido dos Trabalhadores consiga exercer seu Poder e Hegemonia.

A família que aguarda a efetivação do Programa Fome Zero não tem acesso aos recursos mínimos de sobrevivência, enquanto Lula e o PT têm Acesso aos diversos meios midiáticos, isto é, exercem Poder sobre estes grupos por meio do Controle da Mente ao inculcar no cidadão a ideia de que receberá do Governo tudo que necessita para sobreviver: Fome Zero, Bolsa Família, Bolsa Gás, cotas nas universidades, enfim, uma série de benefícios dos quais os cidadãos de baixa renda nem sabem que existem e que compõem estratégias de Governo, visto que se não há a garantia de recursos mínimos de sobrevivência para a população, quem dirá o Acesso às informações, à instrução de boa qualidade.

No enunciado “Tenha calma, mulher! A propaganda eles já lançaram, agora só resta criarem o produto!”, fica explícito que a mulher está impaciente frente a uma promessa de governo que não se desenvolve e o homem a consola, no entanto, no consolo percebe-se a voz do personagem produzido por Angeli gritando (ponto de exclamação) e denunciando que o produto nem foi criado, a princípio, é propaganda, especulação! Contudo, embora haja evidências da falta de efetivação do que preconizam os Documentos Oficiais, o presidente Lula não deixa de ser conclamado como uma figura redentora, cuja finalidade é dar um novo rumo aos problemas do país e da população mais necessitada. Tal fato deve-se aos discursos do presidente e de seus seguidores (mentores intelectuais) que exercem de modo alucinante o Poder e o Domínio sobre o povo brasileiro, que mesmo diante da comprovação de que os problemas existem, é convidado a participar para ajudar o “Brasil que tem fome”.

A Dominação exercida sobre o povo ocorre porque Lula utiliza Modelos Mentais que retomam aspectos de sua infância pobre e da imagem de retirante nordestino que alcançou status e poder mundial, o que suscita a imagem de que se este homem passou por todas estas privações, seu governo será diferente. Observa-se que Luiz Inácio Lula da Silva vende uma imagem de herói do povo brasileiro por ter tido

origem humilde e, atualmente, governar a nação.

Desse modo, não é possível deixar de considerar o Contexto acima citado, visto da sua relevância no efeito discursivo de Lula, que sabe valer-se de sua imagem para exercer o domínio persuasivo ou hegemônico sobre os grupos dominados por intermédio de discursos veiculados na mídia ou no sistema educativo.

Para a produção ou compreensão dos discursos são necessárias propriedades da situação social as quais são estruturas mentalmente representadas e definem o contexto. A definição global da situação, o cenário (tempo, espaço) as ações em curso (discursos e gêneros discursivos), os participantes, assim como suas representações mentais: metas, conhecimento, opiniões, atitudes e ideologias são categorias as quais constituem o contexto.

Os membros dos grupos poderosos decidem os gêneros discursivos e atos de fala de determinado contexto. Uma das formas fundamentais de reproduzir a dominação e a hegemonia ocorre por meio do controle da mente dos sujeitos.

Ao controlar a mente dos sujeitos os grupos dominantes trabalham para que os dominados aceitem crenças, conhecimentos e opiniões, visto que por dominarem os discursos públicos são consideradas fontes confiáveis e autorizadas de discurso.

Em algumas situações os sujeitos por não possuírem o conhecimento e as crenças não questionam o discurso posto. Contudo, o controle tem seus limites, pois a compreensão, a formação e a mudança de crenças podem ocasionar na não aceitação do discurso posto pelo grupo dominante.

As formas de poder são efetivadas se houver o controle de membros de um grupo sobre outros e o acesso aos meios da produção discursiva for especial, o que ocasionará no controle e gerência das mentes do público.

Veja agora como a imagem do PT fica “arranhada” diante de alguns escândalos que envolvem o partido.



28/3/2004

Legenda: Lula e Dirceu após o escândalo Waldomiro

Na terceira charge da galeria, Angeli aciona o conhecimento de mundo do leitor, pois, sem o conhecimento do contexto político que permeia as ações do governo e as notícias sobre os escândalos que envolvem membros do partido em questão, haveria pouca compreensão da imagem que a charge suscita.

Retomando aspectos sobre a imagem, temos o presidente Lula e José Dirceu. Ambos se deslocam e observam o Palácio do Planalto, cenário em que Angeli retrata o contexto político que envolve o Partido dos Trabalhadores. A charge apresenta a caricatura de Lula e José Dirceu, em miniatura.

O discurso de Angeli parece demonstrar o “encolhimento” do presidente e de seu governo frente aos escândalos que envolvem a cúpula do PT. O presidente da República e o ministro aparecem como miniaturas e, desse modo, o Palácio do Planalto (Governo) apresenta proporções gigantescas. Tal fato pode estar relacionado aos baixos índices de aprovação do governo pós-escândalos envolvendo candidatos do

partido. Ainda, na charge, Lula questiona José Dirceu, então ministro da Casa Civil e seu braço-direito: “Coisa estranha, Dirceu! Somos nós que estamos diminuindo ou é o palácio que está crescendo?” Tal enunciado estabelece uma intertextualidade com o slogan utilizado pela marca Tostines, o qual dizia: “Vende mais porque é fresquinho ou é fresquinho porque vende mais” e a conclusão fica a critério do leitor.

No que se refere à charge acima a legenda afirma que Lula e José Dirceu são retratados após o Escândalo Waldomiro Diniz, portanto, temos que retomar o contexto em que tudo ocorreu para compreendermos o que Angeli objetiva informar ou denunciar aos leitores da *Folha de São Paulo*.

Diante do fato é necessário expor como se desenrolou o Escândalo Waldomiro, cujo principal envolvido tem seu nome citado como título/expoente do primeiro escândalo vultoso ocorrido na gestão de Lula. O caso Waldomiro aponta para irregularidades em licitação de contratos para loteria da Caixa Econômica Federal, bem como contrato de 650 milhões que supostamente seriam destinados à prestação de serviços e ainda cobrança de propinas envolvendo a multinacional Gtech.

De acordo com a reportagem denominada “CPI promove acareação entre envolvidos no escândalo Waldomiro Diniz”, veiculada na *Folha online*, a Gtech teria sofrido por parte de Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil, a cobrança de propina sob condição ou pretexto de renovar o contrato desta com a Caixa Econômica Federal.

O ex-assessor da Casa Civil ainda foi flagrado, em vídeo, ao solicitar propina à Carlos Augusto Ramos, também conhecido como Carlinhos Cachoeira, empresário de jogos. Salienta-se que, a partir destas acusações, vários nomes foram levantados como suspeitos e cúmplices de Waldomiro Diniz, conforme a notícia acima citada e postada no site <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u72669.shtml> Acesso em 01/04/2009.

Neste sentido, todo o desgaste provocado pelo Escândalo Waldomiro Diniz influenciou na diminuição de prestígio das figuras de Lula e José Dirceu, visto que o segundo foi considerado um dos ministros mais influentes do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no entanto, por ter um de seus homens de confiança envolvido em escândalos (fevereiro de 2004), sua credibilidade junto à sociedade diminuiu notoriamente.

Waldomiro Diniz, homem de confiança de Dirceu ao envolver-se em negociatas com bicheiros, favorecimento em contratos e contribuições ilícitas para campanhas eleitorais denigre a imagem do Partido dos Trabalhadores e, especificamente, de José Dirceu, que cedeu forçosamente espaço para Antonio Palocci.

O presidente da República nomeou José Dirceu em 1º de janeiro de 2003, ao cargo de ministro-chefe da Casa Civil, de acordo com a reportagem intitulada “Prestígio de Dirceu diminuiu com o caso Waldomiro”, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u74296.shtml>. Acesso em 02/03/2009.

Como já se mencionou, nesta pesquisa, a popularidade/aceitação de Lula e Dirceu diminuiu devido aos escândalos envolvendo o Partido dos Trabalhadores e, neste caso, trata-se do Escândalo Waldomiro Diniz, o qual abalou as estruturas do governo.

Diante deste episódio Lula alcançou os piores índices de aprovação em seu governo, de acordo com pesquisa realizada pela CNT/Sensus divulgada logo da sequência do Escândalo. Os índices revelam que a popularidade de Luiz Inácio Lula da Silva baixou de 59,9% em julho para 50% no mês de setembro. Em contraponto, a reprovação avançou de 30,2% para 39,4% ainda no período da pesquisa. É notória a diminuição nos índices de aprovação do governo Lula, visto que de 40,3% houve queda para 35,8%.

Contudo, nos primeiros seis meses de 2004, período em que eclodiram as denúncias do Escândalo Waldomiro Diniz, estes índices foram ainda mais baixos, alcançaram o percentual de 29,4%. A margem de erro divulgada pela empresa responsável pela pesquisa é de 3 pontos, conforme reportagem de Felipe Recondo, na Folha de São Paulo online, cujo título é ilustrativo da crise “Popularidade de Lula cai quase dez pontos, diz CNT/Sensus”, no site (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u72298.shtml>. Acesso em 02/03/2009).

Ainda de acordo com Recondo, “os índices desfavoráveis para o presidente e para o governo coincidem com o agravamento da crise política, que teve início no primeiro semestre, e com o envolvimento do PT nas denúncias de corrupção” da reportagem “Popularidade de Lula cai quase dez pontos, diz CNT/Sensus”, no site (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u72298.shtml>. Acesso em

02/03/2009).

Neste contexto de crise é inevitável a comparação entre governos e, assim, o governo Lula foi considerado por 48,9% da população como mais corrupto que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. O autor explicitou que a pesquisa ainda indagou os entrevistados acerca dos responsáveis pelos esquemas de corrupção e concluiu-se que esta se imiscui ao PT, resposta de 39,1% dos entrevistados.

Esboçou-se, até aqui, uma trajetória de como se deu o Escândalo Waldomiro Diniz, como aponta a reportagem da *Folha de São Paulo* online, site <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u71301.shtml>. Acesso em 02/03/2009. Registre-se que a *Revista Época* divulgou o conteúdo do vídeo em que Waldomiro Diniz aparece em negociações de propina que seria destinada a campanhas eleitorais do PT. As negociações envolveram Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, que entregou as gravações à imprensa.

Waldomiro solicita propina a Loterj (Loteria do Estado do Rio de Janeiro) para financiar as campanhas de Rosinha Matheus e Benedita da Silva e, ainda cita o candidato ao governo do DF, Geraldo Magela como um dos sujeitos a usufruir do dinheiro das negociatas.

Assim, o Ministério Público Federal investiga o caso e o governo promete auxiliar e investigar Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil.

Diante das acusações a oposição solicita CPI dos Bingos e o caso abala José Dirceu, o então Ministro da Casa Civil, o qual tinha ligações com Waldomiro Diniz.

Ao cogitar o afastamento do Ministro José Dirceu ocorre uma turbulência no mercado, pois jornais internacionais revelam o escândalo e há influência na economia.

Posteriormente ou concomitante, o efeito dominó assola os envolvidos e o Bispo Rodrigues é demitido pela Igreja Universal sob acusação de pactuar com Waldomiro no desvio de dinheiro da Loterj para fins eleitorais e parte da diretoria da Loterj é despedida por Rosinha.

Neste quadro Lula se vê obrigado a editar medida provisória que proíbe bingos e caça-níqueis no país. A multinacional Gtech e a Caixa Econômica Federal negam contrato milionário negociado por Waldomiro Diniz.

Embora o Escândalo tenha durado meses e gerado polêmicas em todo o país, algumas perguntas ficaram sem resposta: Waldomiro Diniz cometeu ato ilícito no

Planalto? José Dirceu sabia do histórico dele? Por que o ministro mantinha no cargo um assessor contra o qual pesavam acusações de envolvimento com o jogo clandestino e ingerência em contratos da CEF desde 2003? Quais os interesses do empresário de bingos Carlinhos Cachoeira em divulgar a fita? Quem ordenou/divulgou as gravações feitas no aeroporto de Brasília, em que Cachoeira conversa com Waldomiro? Qual a ligação entre Waldomiro e os donos de máquinas de apostas eletrônicas, acusados de testa-de-ferro da máfia italiana? Qual o papel de Waldomiro no grupo de trabalho criado por Lula para legalizar os bingos? Estas perguntas compreendem parte da reportagem veiculada pela *Folha de São Paulo* online, intitulada “Entenda o Caso Waldomiro”, acesso em 02/03/2009.

O escândalo Waldomiro Diniz, de certa forma, contribuiu para desmascarar a imagem de um Partido dos Trabalhadores coerente e preocupado com os anseios do povo. Nesta pesquisa, apontou-se, anteriormente, que uma forma de Poder consiste em ter Acesso aos meios de comunicação e exercer o domínio sobre estes para que veiculem um discurso favorável ao partido e a seus representantes. Contudo, existem formas de fugir do assujeitamento e a imprensa, na figura da *Revista Época*, divulgou vídeo de Waldomiro Diniz em negociações, o que culminou no escândalo.

Van (2005) ao abordar o papel da mídia na sociedade afirma que o conhecimento é fundamental para o estabelecimento da notícia. Todavia, não apenas os jornalistas devem ter conhecimento para produzir notícias, mas os leitores também necessitam de conhecimento para que ocorra a compreensão do que se pretende informar.

A notícia para Dijk é a relação entre o conhecido e o desconhecido. Neste sentido, o escândalo Waldomiro constitui notícia, pois a corrupção velada/mascarada foi revelada ao conhecimento de todos os que têm acesso aos meios de comunicação.

A imprensa, ao revelar os escândalos envolvendo alguns integrantes do Partido dos Trabalhadores conta com o conhecimento linguístico ou do gênero discursivo dos leitores para que interpretem o conteúdo da notícia. Ainda cabe ao leitor o conhecimento especializado do objeto para atribuir às instituições que noticiaram os fatos, as responsabilidades do que foi informado.

Segundo Dijk (2005), vários são os conhecimentos necessários para a interpretação do conteúdo da notícia, visto que dela depende o conhecimento pessoal

do leitor para que estabeleça associações com os dados apresentados. No caso do Escândalo Waldomiro os leitores/eleitores tiram suas conclusões baseados em velhos Modelos, isto é a recorrência de eventos anteriores acerca de corrupção na política.

O aprendizado dos leitores ocorre por intermédio da generalização e abstração dos Modelos apresentados pela mídia. No caso Waldomiro, percebe-se que o aprendizado dos leitores/eleitores apontou para uma descrença no governo Lula e seus representantes, mesmo que em poucas proporções. Entretanto, não se pode deixar de mencionar o Acesso Discursivo aos meios de comunicação e o Controle, uma vez que se sabe que os sujeitos que detêm maior controle sobre o discurso, também detêm o poder. Neste sentido, registre-se que a maioria dos brasileiros têm acesso às notícias veiculadas na mídia televisiva, a qual não enfoca com minúcia os fatos noticiados e/ou apresenta as notícias de forma maquiada. Os periódicos apresentam notícias com um grau de complexificação mais elevado e riqueza de detalhes para que os leitores tirem suas conclusões e ocorra o aprendizado.

Diante das denúncias, percebe-se um conflito entre instituições, de um lado o Partido dos Trabalhadores (instituição dominante) e de outro a Imprensa (dominante e dominada). A mídia é dominante por exercer poder sobre a população no sentido de deter informações indisponíveis e dominada por ter que atender às exigências do sistema para dizer o que diz, embora tenha condições de fugir do assujeitamento.

Contudo, àqueles que não compõem estes grupos, pelo menos, não de forma direta, ficam na intersecção, isto é, entre os discursos de Lula e o discurso da mídia. Estes grupos dominam o povo, de modo geral, por meio de Modelos discursivos, dominam a mente e, conseqüentemente, os discursos recorrentes a tais modelos veiculados pela mídia e atitudes dos receptores.

Também não se pode esquecer que as opiniões e ideologias da imprensa, isto é, a classe e a posição do jornal influenciam no conteúdo da notícia. Desta feita, Angeli expressa suas crenças e opiniões ao denunciar as mazelas do governo em suas charges. Assim, Dijk (1996) salienta que as ideologias implicam em crenças ou representações mentais.

Portanto, no ato da leitura ou da visualização das notícias, os leitores constroem modelos pessoais sobre os eventos e para entender ou interpretar os discursos é necessário re (construir) estes modelos. Desse modo, o contexto tem papel relevante,

pois os modelos contextuais influenciam no modo como se compreendem os discursos e os acontecimentos noticiados, bem como atuam diretamente nos modelos de acontecimentos.

É importante analisar por meio dos pressupostos da Análise Crítica do Discurso como o discurso público é controlado pelos grupos dominantes e como esse discurso controla a mente e a ação dos grupos menos poderosos, bem como verificar o que esse controle ocasiona aos grupos dominados.

O conhecimento e a informação constituem recurso simbólico de acesso à comunicação ou modo de exercer o controle e definir a base de poder de um grupo ou instituição sobre outro ou outros.

A maioria das pessoas têm controle passivo sobre o uso dos meios midiáticos. Dessa forma, se é sujeito passivo por acreditar e fazer o que quer ou o que querem que se acredite e se faça.

Tanto o contexto quanto as estruturas dos textos orais e escritos podem definir o acesso e o controle.

Observe-se como Lula entende o Poder que exerce na nação por meio da charge abaixo denominada “Poder”.

Sobre o deslumbre do presidente com as benesses do cargo



14/5/2004

Legenda: Desenho do presidente publicado dois dias depois da tentativa de expulsão do país do jornalista Larry Rohter, que escreveu que Lula bebia demais

No que tange ao governo Lula, outra charge retrata a postura do presidente. Na caricatura, Angeli apresenta Luiz Inácio Lula da Silva com mãos gigantescas que parecem estar prontas para esmagar o que e quem se mostrar em desacordo com o governo do PT.

As mãos de Lula lembram marretas ou soquetes (utensílio ou ferramenta para socar ou comprimir a terra), no entanto, as mãos em forma de soquete estão prontas para comprimir Larry Rohter. A caricatura ainda exprime que Lula está furioso e as pistas são os olhos arregalados, dentes cerrados, punhos fechados e cabeça soltando fumaça, Na acepção de Romualdo (2000, p.24) estes elementos constituem o “contexto intra-icônico”, isto é, relações entre os diferentes recursos gráficos da imagem. Estes elementos transmitem a ideia de ira do presidente Lula.

O presidente ainda é retratado como um orangotango, um primata por meio da postura (os braços longos para apoiar o corpo), corpo peludo e expressão agressiva. O comportamento primitivo, de sujeito hominizado também remete a figura dos primatas.

O nariz, orelhas e mãos vermelhas que remetem que “o sangue subiu”, está tomado pela ira. No imaginário popular as orelhas vermelhas também são sinal de que alguém está falando dele, no caso, o jornalista Larry.

No que diz respeito ao discurso escrito, Angeli estabelece uma intertextualidade com as propagandas de cerveja e as orientações do Ministério da Saúde, que suscitam: “Beba com moderação”, ao escrever “Poder aprecie com moderação”. A charge ainda retoma o episódio em que o presidente tenta expulsar o jornalista, Larry Rohter, o qual publicou que o presidente brasileiro bebe em demasia. Assim, ao que parece, Angeli estabelece uma intertextualidade intencional entre o slogan de bebida e a caricatura do presidente Lula.

No que diz respeito ao episódio envolvendo o jornalista do New York Times e o presidente da República, parece pertinente recorrer a Max Weber, por definir o Estado como um conjunto de pessoas que obedecem à autoridade dos detentores de poder. Contudo, para que os dominados obedeçam, é necessário que os detentores do poder apresentem autoridade reconhecida como legítima.

Segundo Weber, a dominação está atrelada a submissão, uma vez que a primeira consiste em exercer influência ou espécie de poder sobre o outro. O tipo de dominação está relacionado com os motivos ou objetivos almejados que podem ser materiais, afetivos ou racionais. Historicamente, o conceito de dominação, pode estar atrelado ao modo de produção e, mais precisamente, na relação entre dominador e dominado. A obediência significa que o “dominado” recebe a ordem como máxima para a sua conduta.

É importante ressaltar que, ao obedecerem às normas, os membros não estão obedecendo ao senhor, mas ao poder que lhe é empregado para executar tais ordens. Sobre tal proposição postula Weber

(...) Obedece-se não à pessoa em virtude de seu direito próprio, mas à *regra* estatuída, que estabelece ao mesmo tempo a quem e em que medida se deve obedecer. Também quem ordena obedece, ao emitir uma ordem, a uma regra: à ‘lei’ ou ‘regulamento’ de uma norma *formalmente* abstrata (...). Seu ideal é: proceder *sine ira et studio*, ou seja, sem a menor influência de motivos pessoais e sem influências sentimentais de espécie alguma, livre de arbítrio e capricho e, particularmente, ‘sem consideração da pessoa’, de modo estritamente formal segundo regras racionais ou, quando elas falham, segundo pontos de vista de conveniência ‘objetiva’ (Weber, 1989, pp. 128-129).

Em suma, o Estado, na concepção de Max Weber, se estabelece com a utilização da força, necessária para manter e sustentar um agrupamento político. Segundo o filósofo, o Estado não se estabeleceria se não se utilizasse da força. Logo, o Estado chama o monopólio da utilização da violência física no interior do próprio território. Weber (1968, p. 62) explicita que o Estado exerce o processo de dominação sobre o homem. De acordo com referido autor, o Estado Moderno é caracterizado como:

O Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão (WEBER, 1968, p.62).

A concepção de Weber sobre o poder parece pertinente quanto ao cotejo de tal conteúdo ao discurso produzido na charge, reflexo do comportamento do presidente da República. Retomando-se os estudos postulados por Dijk (1999) observa-se que a Análise Crítica do Discurso tem como foco o estudo de como se processa o abuso do Poder social, o Domínio e a Desigualdade, bem como o processo que engendra a reprodução e o combate destes no contexto social e político.

Neste sentido, sabe-se que a Dominação e o exercício de Poder ocorrem também por meio do discurso, cujo conteúdo reproduz o poder e, em consequência, como ocorre à desigualdade social. No enunciado “Poder Aprecie com Moderação” tem-se a confirmação de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está abusando de seu poder, visto que ao Angeli explicitar que o poder deve ser apreciado com moderação pressupõe que há abuso de poder por parte do governante.

Luiz Inácio Lula da Silva representa o grupo ou instituição dominante (o governo) e tem poder sobre a população (grupo dominado). No caso que envolve o jornalista e constitui a temática da charge, Lula tenta exercer seu poder por meio da força ao tentar expulsar Larry Rohter do país, no entanto, o jornalista compreende parte de uma instituição igualmente ou mais poderosa que o presidente brasileiro. Larry integra o New York Times, jornal de renome no mundo todo e de origem norte americana. A expulsão de Larry poderia ocasionar uma guerra diplomática entre Brasil

e Estados Unidos, o que seria prejudicial ao desenvolvimento do país e às relações internacionais tão prezadas por Lula.

Na verdade, o fato é que a imprensa (*New York Times*) também constitui uma forma de Acesso ao Poder e às relações de Dominação e Controle e ao ser afrontada pelo representante do Poder brasileiro, ambos disputaram a legitimação e o controle dos discursos, bem como o controle da mente do público leitor. Retoma-se, aqui, a concepção de que um grupo detém o poder se consegue controlar seus interesses e os interesses dos membros de outros grupos. O poder também está atrelado aos recursos sociais pertinentes a poucos: a força, o dinheiro, o status, a fama, o conhecimento, a informação, a cultura e várias formas de discurso público e da comunicação.

No que se refere à tentativa de abuso de poder de Lula, segundo os conceitos da ACD o discurso atua na reprodução do poder e do domínio da sociedade, visto que comanda as crenças e ações do outro (grupo dominado) em interesse dos grupos dominantes.

Ainda na disputa de poder entre Lula e o jornalista Larry conclui-se que, conforme Dijk (1999), os grupos poderosos têm acesso ao discurso público e a partir do discurso controlam as mentes do público ou dominados. Desse modo, muitos sujeitos compreendem o mundo acerca da ideologia ou dos discursos que a classe dominante apresenta e, portanto, contribui para a reprodução do domínio dos poderosos.

Dijk (1999) assevera que a ACD se interessa em como se reproduzem na sociedade o Poder e o Domínio. Diante disso, pontua que o controle social da mente é fundamental neste processo por influenciar as crenças de um grupo e controlar as ações deste. Eis a definição da reprodução de poder e da hegemonia.

Apesar da influência de grupos poderosos os jornais enquanto organizações e os jornalistas entendidos como sujeitos podem resistir (até certo ponto) a manipulação e elaborar notícias/charges conforme seu próprio posicionamento e interesses. Assim, o mesmo processo ocorre com os leitores/consumidores, pois os grupos são influenciados pelas notícias (charges) que leem ou veem, no entanto, sua compreensão e o modo como formulam suas opiniões e atitudes dependem de suas atitudes próprias e de ideologias compartilhadas com outros membros de grupo e de suas experiências pessoais.

O abuso de poder está relacionado à violação dos direitos sociais e civis, ou seja, negar o acesso a recursos de sobrevivência.

O poder do jornalista pode ser usado para informar o cidadão e também para desinformar, manipular ou prejudicar os sujeitos.

A charge discutida na sequência tem como temática a crise identitária que assola o Partido dos Trabalhadores.



- A camiseta está imunda. Mas, acredite: por baixo de todas estas crostas, ainda brilha uma estrela vermelha!

Na charge denominada “Fidelidade Partidária”, o personagem criado por Angeli faz menção ao símbolo do Partido dos Trabalhadores, quando enuncia: “ A camiseta está imunda. Mas, acredite: por baixo de todas estas crostas, ainda brilha uma estrela vermelha!”O leitor imediatamente associa a imagem da estrela ao Partido dos Trabalhadores, uma vez que o logotipo de tal partido é representado pela estrela de cinco pontas, de cor vermelha (símbolo do comunismo), na qual está grafada a sigla do partido (PT) com letra maiúscula e na cor branca, em sinal de destaque. O plano de fundo da charge, isto é, o cenário remonta ao botequim. O local pode ser identificado por meio da disposição dos balcões e objetos que compõem a cena (porta guardanapos, canudos, os bancos, copos e estufa de salgadinhos, etc.).

Os dois sujeitos que dialogam na cena parecem representar a Direita e a Esquerda, no que tange aos partidos políticos. O sujeito da Direita é retratado como um cidadão bem vestido e com traços fisionômicos sérios. O sujeito que representa a Esquerda na charge é retratado como um cidadão displicente com sua imagem, suas roupas estão sujas, especialmente a camisa na qual se encontra a estrela (símbolo do PT). O sujeito da Esquerda é barbudo, tem os cabelos compridos ou desalinhados pelo uso do boné, também vermelho; fato que remete ao Partido dos Trabalhadores.

O sujeito da Esquerda tenta convencer o de Direita de que a ideologia do Partido dos Trabalhadores permanece intacta, mesmo diante de tanta sujeira.

É importante ressaltar que o título da charge é “Fidelidade partidária”, no entanto, de quem é a “fidelidade” do povo, dos políticos? Parece que a fidelidade fica relegada ao povo, aos filiados ao partido, porém aos políticos cabe a “infidelidade” partidária. Ainda se pode afirmar que a fidelidade partidária também reflete a tentativa dos militantes do partido de ainda ver no PT os ideais primeiros. O petista ocupa o lugar esquerdo do quadro, enquanto o executivo, com pastinha, o direito. Desta forma, retoma a questão da esquerda e direita, e dos ideais que regem esses grupos. Querer fazer o outro acreditar é querer retomar o “espírito do partido”.

Quando Angeli escreve que “A camiseta está imunda. Mas, acredite: por baixo de todas estas crostas, ainda brilha uma estrela vermelha!”, o personagem criado pelo chargista não está apenas se referindo à sujeira (falta de higiene ou asseio), mas, sobretudo, à sujeira no sentido metafórico, leia-se corrupção que envolve os representantes do PT. O enunciado “por baixo de todas estas crostas, ainda brilha uma estrela vermelha!”, também pode gerar o entendimento de que o PT está por trás de episódios que envolvem sujeira, desonestidade, corrupção, no entanto, continua no poder. Esta charge retoma a charge trabalhada acima sobre o escândalo envolvendo Waldomiro Diniz e a cúpula do Partido dos Trabalhadores, cuja temática discute a imagem do governo mediante as acusações da mídia acerca da corrupção que tomou conta do partido.

O título “Fidelidade Partidária” apresenta tom irônico, visto que o Partido dos Trabalhadores ou seus representantes não estão sendo fiéis aos princípios que norteiam os documentos oficiais do partido. Tal fato remete aos conceitos que Dijk (1999) embasou de Fairclough e Wodak de que a Análise Crítica do Discurso aborda

problemas sociais; de que as relações de poder são discursivas; o discurso desenvolve um trabalho ideológico e de que o discurso é histórico.

Nesta acepção teórica, o enunciado “– A camiseta está imunda. Mas acredite: por baixo de todas estas crostas, ainda brilha uma estrela vermelha!” retoma o caráter ideológico e histórico do discurso, visto que faz refletir acerca dos princípios ideológicos do PT e das contradições existentes entre os ideais do Partido em sua gênese e do Partido dos Trabalhadores nos dias atuais, em que é entendido por alguns autores como “partido ônibus” ou “agarra tudo”. Dijk (1999) aponta para as relações existentes entre ideologia e discurso e sua relevância na manifestação discursiva.

Segundo Dijk (1997) é possível conceituar a ideologia como modelos básicos de cognição social, isto é, conhecimentos partilhados por membros de grupos sociais e, por isso, as ideologias organizam as representações sociais (atitudes e conhecimentos) de grupos e, conseqüentemente, as práticas sociais desenvolvidas por este grupo refletem e refratam a ideologia subjacente em seus modelos mentais. Neste sentido, a ideologia preconizada no Partido dos Trabalhadores reflete os modelos de cognição social e o processo de interação estabelecido entre seus membros.

Contudo, para Dijk (1999) as ideologias não são falsas ou certas, visto que sua função é ser eficaz ao promover os interesses de um grupo e proteger os interesses do grupo ao qual pertence.

A crise identitária ou crise de fidelidade do Partido dos Trabalhadores resulta da complexa interação entre grupos dominantes, dominados e opositores, bem como aos discursos que veiculam na sociedade e compreendem a desigualdade social e a legitimação do poder.

O conceito de Ideologia ainda consiste em crenças em comum que os sujeitos do mesmo grupo ou cultura possuem e estas são internalizadas por intermédio do processo de interação, ou seja, por meio de suas representações sociais, entendida como memória social. É importante lembrar que o indivíduo se apropria do conteúdo historicamente produzido a partir da interação comunicativa. Todavia, parece que no interior do Partido dos Trabalhadores a ideologia não alcança a totalidade, visto que parece ser a ideologia de um grupo restrito. Entretanto, sabe-se que no interior dos grupos alguns sujeitos pretendem exercer maior domínio e, para tanto, abusam do poder que lhes é concedido ao romper com leis, regras, normas, princípios, ou seja, a

ideologia que deveria regular as ações e o processo de interação entre os sujeitos.

Desse modo, abordam-se algumas características do poder, as quais são definidas como relações de poder social manifestadas por meio da interação, pois um grupo ou seus membros possuem poder sobre outro grupo ou seus membros quando as ações reais ou potenciais do primeiro exercem um controle social sobre o segundo. O exercício de poder de um grupo sobre o outro resulta no cerceamento da liberdade social do grupo dominado. Para que um grupo exerça domínio sobre outro deve ter controle de suas crenças, planos, interesses, ideologias, enfim, sobre as condições cognitivas. O objetivo desse domínio é controlar as informações ou opiniões necessárias para executar seus planos.

O poder do grupo dominante necessita da aplicação de sanções e de recursos socialmente valorizados, quais sejam: riqueza, status, autoridade, conhecimento, privilégios ou apenas pertencer ao grupo dos poderosos.

O grupo mais poderoso deve comunicar-se com o grupo menos favorecido a fim de dar comandos, fazer pedidos ou ameaçar. Para tanto, deve conhecer os desejos, as vontades, as preferências e as intenções dos dominados.

Na última charge retomam-se o caráter ideológico do discurso e a crise de identidade do Partido dos Trabalhadores, pois este é tratado como “produto pirata”.

PRODUTOS PIRATAS



- É melhor levar, chefia! O original não existe mais!

Na charge acima, intitulada “Produtos Piratas”, o personagem enuncia: “É melhor levar, chefia! O original não existe mais!”, o discurso retoma a discussão acerca da crise identitária que assola o PT, pois aquele “original”, cujos documentos e manifestos pregavam em favor das massas, não existe mais.

A cena ocorre em uma banca, popularmente denominada “camelô”, em que o vendedor tenta persuadir o cidadão (parecido ao da charge “Fidelidade Partidária”) a comprar os produtos da “marca PT”. Todavia, ao perceber que o comprador está relutante, desconfiado da mercadoria, o vendedor reforça que são produtos piratas, no entanto, não existe o produto original. Note-se que o vendedor é o típico trabalhador brasileiro que, em elevados índices, tenta “ganhar a vida” na informalidade devido ao desemprego.

No enunciado “– É melhor levar, chefia! O original não existe mais!”, Angeli denuncia que o Partido dos Trabalhadores, cuja gênese ocorreu no final da década de 70 e que tinha como foco uma revolução por meio de movimentos sindicais que garantiriam as mesmas condições de vida para todos os brasileiros, não existe mais. O Partido dos Trabalhadores atual perdeu sua originalidade, isto é, seus ideais e a ideologia pautada nos preceitos marxianos e de bases comunistas para aliar-se aos

partidos de direita e, em negociatas, cujo conteúdo abala as estruturas da nação.

Compreende-se que as ideologias são fenômenos sociais e expressam atitudes específicas de grupo, refratam o modo como concebem as relações de Poder, Controle, Acesso e Modelos.

Pode-se definir o micronível como o uso que se faz da linguagem, o próprio discurso, a interação e a comunicação discursiva e o macronível pode ser definido como as relações de poder e de dominação e, conseqüentemente, a desigualdade entre os grupos. Saliente-se que o micronível e o macronível se condensam/se fundem para formar a totalidade.

A existência de uma base de poder assegura a habilidade dos grupos de possuírem maior ou menor poder ao exercerem o controle sobre os atos e as mentes dos membros de outros grupos. Tal fato remete ao acesso privilegiado do grupo dominante a recursos sociais escassos, tais como a força, o dinheiro, o status, a fama, o conhecimento, a informação, a “cultura” ou, na verdade, as várias formas públicas de comunicação e discurso.

De acordo com Falcone e Hoffnagel:

É possível distinguir diferentes tipos de poder de acordo com os recursos empregados para exercê-lo: o poder coercitivo dos militares e dos homens violentos estará baseado principalmente na força; já os ricos terão poder por causa do seu dinheiro; enquanto o maior ou menor poder persuasivo de pais, professores ou jornalistas pode estar baseado no conhecimento, na informação ou na autoridade. Note também que raramente o poder é absoluto. Os grupos podem exercer maior ou menor controle sobre outros grupos ou apenas controlá-los em situações ou domínios sociais específicos. Além disso, os grupos dominados podem, em menor ou maior grau, aceitar, consentir, acatar, legitimar ou resistir a esse poder e até mesmo achá-lo ‘natural’ (FALCONE; HOFFNAGEL, 2010, p.117-118).

Os grupos dominantes podem ter seu poder relacionado a leis, regras, normas, hábitos, o que imprime a forma de “hegemonia”, conforme a denominação de Gramsci.

Conforme Falcone e Hoffnagel no que se refere ao controle da mente:

Constatamos que o acesso a formas específicas de discurso- por exemplo, da política, da mídia ou da ciência- é em si um recurso de poder. A ação é controlada através de nossas mentes. Assim, se somos capazes de influenciar as mentes das pessoas – por exemplo,

seu conhecimento ou suas opiniões- podemos indiretamente controlar (algumas de) suas ações, tal como sabemos, a partir da persuasão e da manipulação. Em síntese, aqueles grupos que controlam o discurso mais influente também possuem mais chances de controlar as mentes e as ações de outros (FALCONE; HOFFNAGEL, 2010, p.118).

CONCLUSÃO

O estudo permite compreender como as relações de Poder, Hegemonia, Ideologia, Controle, Domínio e Acesso são evidenciados por meio das charges políticas de Angeli, visto que estes incorporam as contradições sociais existentes e confirmam que todo discurso é ideológico em sua essência.

O chargista denuncia as relações de dominação que permeiam o contexto social, político e econômico do país, bem como de que forma o governo consegue se manter no poder por intermédio de políticas assistencialistas que garantem sua hegemonia perante a população mais carente, pois as charges revelam em sua materialidade linguística um conteúdo de crítica e de desconstrução do discurso do governo sobre si mesmo por intermédio do uso do humor e a *Folha de São Paulo*, lugar/instituição de onde Angeli enuncia atua como instrumento de Acesso (embora de poucos) à voz do chargista para que este revele o que ele entende ser o governo Lula.

Comparando os resultados destes estudos com outros já desenvolvidos, a exemplo de Alves (2008), o uso do humor reverte uma característica marcante do discurso político oficial. Nele o governante se “sacraliza” e constroi uma imagem do povo de uma maneira genérica para construir a si e a seu governo. O discurso presente nestas charges mostra que o chargista buscou fazer o contrário.

O trabalho desenvolvido com as charges produzidas por Angeli, sob o enfoque teórico da Análise Crítica do Discurso, remonta às hipóteses tecidas ao longo do desvelar desta dissertação, em que se pretendia dialogar acerca de quem é Angeli e como este sujeito pertencente à instituição *Folha de São Paulo* tece seu discurso acerca da imagem do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Conforme exposto no capítulo V, Lula é venerado no Brasil como o operário que chegou ao poder, reverenciado pela população mais carente e apregoadado como figura “sagrada”, como redentor do povo brasileiro, no entanto, Angeli “torce e distorce” a imagem de bom samaritano de Lula e escancara em suas obras a imagem de um Partido dos Trabalhadores diferente do que se preconiza em discursos inflamados à nação.

Nesse embate a *Folha de São Paulo*, lugar/instituição de onde Angeli enuncia atua como instrumento de Acesso (embora de poucos) à voz do chargista para que este revele

quem é o Presidente Lula, quais as intenções de seus Programas de Governo e qual o negócio que engendra as práticas ocultas do Partido dos Trabalhadores.

Todavia, como apresenta o arcabouço teórico da ACD, os grupos dominantes detêm o Acesso aos meios de comunicação pública e, conseqüentemente, sua Ideologia é veiculada por intermédio de Modelos Mentais (construídos a partir do que o imaginário popular quer ouvir ou de crenças e opiniões que nada acrescentam aos grupos dominados), mais que atuam como estratégias de Controle e Domínio da população. Domínio este que não ocorre pela força mais pela inculcação de valores e ideologias que o próprio Partido dos Trabalhadores rejeita.

Ao acompanhar-se a trajetória política do PT e, respectivamente de alguns de seus documentos oficiais percebem-se mudanças no discurso do partido. As principais são o aumento da tendência universalista, a diminuição do apelo classista, o crescimento da importância da via eleitoral, a oligarquização e hierarquização interna do partido e a maior utilização das estratégias de *marketing* político e eleitoral nas campanhas e na propaganda das administrações petistas.

Cabe ressaltar que essas transformações refletem uma alteração mais profunda no PT: sua modificação de um partido de massas para um partido *catch-all*, isto é, o partido de esquerda, calcado nos pressupostos do Materialismo Histórico Dialético e nos ideais do Comunismo não existe mais. Este fato pode ser lembrado por meio do enunciado proferido pelo personagem “É melhor levar, chefia! O original não existe mais”!

Sabe-se que negar aos sujeitos o Acesso ao conhecimento constitui uma forma de Domínio e Controle, visto que a falta de conhecimento auxilia na hegemonia dos grupos dominantes e no jugo dos dominados. Neste sentido, sem Acesso aos bens essenciais à sobrevivência, fica relegada ao último plano a notícia e o conhecimento.

Portanto, conclui-se que embora o jornalismo atue como cenário de conflitos por defender interesses de diferentes grupos sociais, alguns não sabem que a denúncia ocorre e outros não compreendem o motivo de tais rompimentos. Fato que remete, uma vez mais, a aceção teórica da Análise Crítica do Discurso, a qual postula que o contexto é fundamental para a compreensão das relações de poder que se estabelecem na sociedade e para o entendimento sobre a ideologia posta no gênero chágico por meio de um humor cínico, debochado, anarquista, transgressor de um ex-militante!

Os modos como as estruturas de discurso produzem, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam as relações de poder e de dominação que permeiam a sociedade são enfocados na Análise Crítica do Discurso.

A Análise Crítica do Discurso procura explicar as estruturas discursivas por meio da compreensão da interação e da estrutura social, portanto, vai além da mera descrição de estruturas.

Ressalte-se ainda que a Análise Crítica do Discurso estuda as relações de dominação sob a ótica do grupo dominado e em prol de seu interesse. O discurso dos grupos mais poderosos é avaliado por intermédio das experiências evidenciadas pelos grupos dominados.

Os analistas críticos do discurso são comprometidos e engajados em prol dos grupos menos poderosos da sociedade. Esse fato é evidenciado de modo explícito na posição dos estudiosos da ACD. Logo, pode-se afirmar que os analistas críticos do discurso refletem acerca dos compromissos assumidos na pesquisa e sobre a relevância destes estudos na e para a sociedade.

Contudo, o objetivo da ACD é analisar como grupos mais poderosos controlam os modelos mentais, os eventos públicos, o conhecimento social, as crenças e ideologias do público em geral.

REFERÊNCIAS

ALVES, Débora. *A imprensa e o PT: uma análise de aspectos da polêmica em torno do plano de governo 2002*. Campinas, São Paulo: [s.n], 2004.

ALVES, Gustavo Biasoli. *Jornais de São Paulo: a crise das políticas públicas no Brasil vista por seus editoriais (1989-1993)*, 1997. Dissertação (Programa de Mestrado em Sociologia) Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 1997.

ALVES, Gustavo Biasoli - *Estado. Desenvolvimento e Democracia*. In: AMORIM, Maria Salete de (org.) *Democracia e Participação: dimensões do neoliberalismo e da globalização*. Porto Alegre: Escritos Editora, 2008.

AZEVEDO, Clovis Bueno de. *A estrela ParTida ao meio: ambigüidades do pensamento petista*. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BETTO, Frei. *Lula, um operário na presidência*. São Paulo: Casa Amarela, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BRENNEISEN, Eliane; MENDONÇA, Sônia C. Poltronieri; ALVES, Gustavo Biasoli. *Relações entre Discurso Político e Discurso Jornalístico. Ciências Sociais em Perspectiva*. 2º Semestre, Cascavel: Edunioeste, 2006.

CAPELATO, M. H. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. *Os arautos do liberalismo. Imprensa paulista: 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, Maria Izabel Valladão de. *Crise ou falência: partidos políticos ontem e hoje* in: CARVALHO, Maria Izabel Valladão de. e RUA, Maria das Graças (Orgs). *O Estudo da política. Tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade a era da informação: economia, sociedade e cultura*. V.2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CÉSAR, Benedito Tadeu. *PT: a contemporaneidade possível*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

DALLAGNOL, Rafaela. *As Mudanças no PT: A Transformação de um Partido de Massas em um Partido Catch-All*. Goiânia: 2006.

DIJK, Teun A. Notícias e Conhecimento. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Volume II, nº 2, 2º semestre, 2005.

_____. Discurso Y manipulación: Discusión teórica y algunas aplicaciones. *Revista Signos*. Universidade Pompeu Fabra. España, 2006.

_____. Discurso, Poder y Cognición Social. Conferências de Teun A. van Dijk. *Cuadernos*. nº 2, Año 2. Maestría en Lingüística. *Escuela de Ciencia del Lenguaje y Literaturas*, Octubre, 1994.

_____. El conocimiento y las noticias. *Quadens de Filologia*. Estudis de Comunicació. Vol 1, 2002.

_____. *La multidisciplinaridad del análisis crítico del discurso: un alegato en favor de la diversidad*. Ruth Wodak & Michael Meyer, Métodos del análisis crítico del discurso. Barcelona: Gedisa, 2003.

_____. Discurso, Cognición y Sociedad. *Signos*. Teoría y práctica de la educación. Octubre-Diciembre, 1997.

_____. Estructuras textuales de las noticias de prensa. Análisi. *Quaderns de comunicació i cultura*, 7/8, Março, 1983.

_____. *Discurso y Dominación*. Universidad Nacional de Colombia. Sede Bogotá. Facultad de Ciencia Humanas. Grandes Conferencias en la Facultad de Ciencias Humanas, nº 4, Febrero de 2004.

_____. *Discurso, poder y acceso*. A trabe de Ouro (Santiago de Compostela). Tomo IV, 1993.

_____. *El análisis crítico del discurso*. In *Anthropos* (Barcelona), 186, septiembre-octubre, 1999.

_____. *Opiniones y ideologías en la prensa*. Voces y culturas, (10, II Semestre, 1996).

DULCI, Luiz. *15 anos de PT: Política como grande arte*. Teoria e debate, ano 10, n. 30, novembro/dezembro de 1995/ janeiro de 1996. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/new/article.php?storyid=1996>>. Acesso em 04/03/2009.

DUVERGER, Maurice. Os membros dos partidos in: CARDOSO, F. H. e MARTINS, C. E. *Política e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

FONSECA, J. da. *Caricatura: a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre: Artes e ofícios, 1999.

GRUDZINSKI, Sílvia Cristina. *Crerios Jornalísticos de Noticiabilidade Presentes na Rotina Produtiva Charge*. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Paraná, 2009.

KINZO, Maria D'Alva Gil. *Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.

_____. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

LAGE, Nilson. *Ideologia e Técnica da Notícia*. Editora Insolar: 2001.

LAGO, Pedro Côrrea. *Caricaturistas Brasileiros 1836-2001*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.

LEITÃO, Cláudia Sousa. *A Crise dos Partidos Políticos Brasileiros (Os dilemas da Representação Política do Estado Intervencionista)*. Fortaleza: Tipoprogresso, 1989.

LOREDANO, C. *Nássara desenhista*. Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional de Artes Plásticas, 1985.

MACPHERSON, C. B. *A Democracia Liberal: Origens e Evolução*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MAFFRE, Jean-Jaques. *A Vida na Grécia Clássica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

MARINGONI, Gilberto. Humor da charge política no jornal. *Comunicação & Educação*. São Paulo: Moderna, 1996.

MAUAD, Ana Maria. O olho da história: fotojornalismo e invenção do Brasil contemporâneo. In.: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006.

MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Mantiqueira, 2003.

MENEGUELLO, Rachel. *PT, a formação de um partido (1979–1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MICHELSONS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sergio Dayrell. (Org). *O jornal: da forma ao sentido*. 2. Ed. Brasília: UNB, 2002.

NERY, João Elias. *Charge e caricatura na construção de imagens públicas*. 1998. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

NERY, Laura. *Charge: cartilha do mundo imediato*. Revista SemeaR, Rio de Janeiro, v. 7. Disponível em: <http://www.lettras.puc-rio.br/catedra/revista/7Sem_10.html>. Acesso em 10/03/2009.

NOVAES, Adauto. *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

OLIVEIRA, Francisco de. *Qual é a do PT? In: E agora PT: caráter e identidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

OLIVEIRA, Neide Aparecida de Arruda; ALMEIDA, Lara Monique O. *Gêneros jornalísticos opinativos de humor: caricaturas e charges*. Janus, Lorena, ano 3, nº 4, 2º semestre de 2006.

PARANÁ, Denise. *O filho do Brasil: de Luiz Inácio a Lula*. São Paulo: Xamã, 1996.

PITKIN, H. F. O conceito de representação in: CARDOSO, F. H. e MARTINS, C. E. (Orgs.). *Política e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

PRZEWORSKI, Adam. Estratégia partidária, organização de classe e votação individual In: *Capitalismo e Social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

POMAR, Wladimir. Atos de hoje constroem o amanhã. Teoria e Debate, ano 2, n 4, setembro, 1988. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=338>>. Acesso em 27/02/2009.

POSSENTI, S. *Discurso, estilo e subjetividade*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RESENDE, V. M.; V. RAMALHO. *Análise de Discurso-Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

ROMUALDO, Edson Carlos. *Charge Jornalística: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de São Paulo*. Maringá: Eduem, 2000.

SINGER, André. O PT. São Paulo, *Publifolha*, 2001.

SODRÉ, Luiz Guilherme. O traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930. *Cadernos Avulsos*, nº 38, FCRB, Rio de Janeiro, 2001.

SOUSA, Pedro Jorge. *Teorias da Notícia e do Jornalismo*. Chapecó: Argos, 2002.

SOUZA, Helga Vanessa Assunção de. *A charge virtual e a construção de identidades*. Helga Vanessa Assunção de Souza. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

SOUZA, Leandro Almir Diniz. *Charge Jornalística: Um passeio pelas estratégias discursivas e pela construção do contrato de comunicação e do sujeito-destinatário nas*

charges de Angeli/Folha de São Paulo. Monografia. Centro Universitário de Belo Horizonte. UNI-BH, Belo Horizonte, 2007.

VAN DIJK, T. *Cognição, Discurso e Interação*. Editora Contexto, 2010.

VAN DIJK, T. *Text and context: explorations in the semantics and pragmatics of discourse*. London: Longman, 1977.

_____. *Prejudice in discourse: an analysis of ethnic prejudice in cognition and conversation*. Amsterdam: Benjamins, 1984.

_____. *Handbook of Discourse Analysis*. London: Academic Press, 1985. v. 4: Discourse Analysis in Society.

_____. *Racism in the press*. London: Arnold, 1986.

_____. *Discourse as social interaction*. London: Sage, 1997.

_____. *Ideology: a multidisciplinary approach*. London: Sage, 1998.

_____. *Discurso e poder* / Teun A. van Dijk; Judith Hoffnagel, Karina Falcone, organização. 2. Ed.- São Paulo: Contexto, 2010.

VENTURI, Gustavo. *Opinião pública, legislação eleitoral e democracia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

Weber, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo. Cultrix, 1972.

_____. Os tipos de dominação. In: Weber, Max. *Economia e sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília. 1991.

WEBER, Max. *A política como vocação*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

WERNECK SODRÉ, Nelson. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WODAK, R. Introduction. In: WODAK, R. *Language, power and ideology*. Amsterdam: Benjamins, 1989.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. In: Revista *Linguagem em (Dis)curso*, volume 4, número especial, 2004.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. O gigolô das palavras. In: LUFT, C.P. *Língua e liberdade: por uma nova concepção de língua materna e seu ensino*. Porto Alegre: L & PM, 1985.

FONTES

DOCUMENTOS DO PT

“Documentos básicos: manifestos, programa e estatuto” in: Resoluções de Encontros e Congressos, Partido dos Trabalhadores. Diretório Nacional do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

9º ENCONTRO Nacional do PT: carta-compromisso dos candidatos proporcionais e majoritários do PT, a conjuntura e a campanha e resolução sobre a fidelidade partidária. Referência obtida via base de dados: In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Fundação Perseu Abramo, 1994. Disponível em <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/wfdownloads/viewcat.php?cid=34>>. Acesso em 01/03/2009.

MANIFESTO de Lançamento. Referência obtida via base de dados: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Fundação Perseu Abramo, 1980. Disponível em: <www.fpabramo.org.br>. Acesso: 01/03/2009.

Site em comemoração aos 25 anos do Partido dos Trabalhadores <<http://www.pt.org.br/25anos>>. Acesso em 01/03/2009.

Trajetórias: da origem do Partido dos Trabalhadores à vitória de Lula. Referência obtida via base de dados: in: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Fundação Perseu Abramo, 2005. Disponível em: <www.fpa.org.br/memoria/trajetorias2003/trajetorias.htm> .Acesso em 01/03/2009.

Reportagem veiculada pela Folha de São Paulo online, intitulada “Entenda o Caso Waldomiro”, *Folha de São Paulo* online, site <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u71301.shtml>>. Acesso em 02/03/2009

Reportagem intitulada “Prestígio de Dirceu diminuiu com o caso Waldomiro”, <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u74296.shtml>>. Acesso em 02/03/2009.

Reportagem de Felipe Recondo, na Folha de São Paulo online, “Popularidade de Lula cai quase dez pontos, diz CNT/Sensus”, no site <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u72298.shtml>>. Acesso em 02/03/2009.

Reportagem “CPI promove acareação entre envolvidos no escândalo Waldomiro Diniz” postada no site <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u72669.shtml>>. Site da livraria Devir <<http://www.devir.com.br/index.php>>. Acesso em 01/04/2009.

Site do Programa Fome Zero. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e,2008>>. Acesso em 01/04/2008.

Site da Folha. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm>. Acesso em 02/03/2009.

PERIÓDICOS

NOVARO, Marcus. O debate contemporâneo sobre a representação política in: *Revista Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, nº42, julho 1995.

Azevedo, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opin. Publica* v.12 n.1 Campinas abr./maio 2006. SCIELO Brasil.

Fonseca, Francisco C. P. Mídia e democracia: falsas confluências: Revista de *Sociologia Política*. N.22 Curitiba jun. 2004. SCIELO Brasil.

Revista *Linguagem em (Dis)curso*, volume 4, número especial, 2004.

Revista *PJ: Br-Jornalismo Brasileiro*. Publicação Acadêmica de Estudos sobre Jornalismo e Comunicação. Nº 8 – julho 2007. Ano V.

Revista *Veja*. Edição 1966. 26 de julho de 2006, com reportagem de Renata Peña.

Viviane de Melo Resende & Viviane C. Vieira Sebba Ramalho. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 5, n.1, p. 185-207, jul./dez. 2004.

Manual de Redação: *Folha de S.Paulo*: Publifolha, 2008.

